



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MURILO PEREIRA ASSUMPÇÃO

**AS REPRESENTAÇÕES DE DIOCLECIANO (284-305 D. C.) E
CONSTANTINO (307-337 D. C.) NA PRODUÇÃO TEXTUAL
PAGÃ E CRISTÃ TARDO ANTIGA**

Londrina
2018

MURILO PEREIRA ASSUMPÇÃO

**AS REPRESENTAÇÕES DE DIOCLECIANO (284-305 D. C.) E
CONSTANTINO (307-337 D. C.) NA PRODUÇÃO TEXTUAL
PAGÃ E CRISTÃ TARDO ANTIGA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Selvatici.

Londrina
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Assumpção, Murilo Pereira.

As representações de Diocleciano (284-305 d. C.) e Constantino (307-337 d. C.) na produção textual pagã e cristã tardo antiga / Murilo Pereira Assumpção. - Londrina, 2018.
94 f.

Orientador: Monica Selvatici.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2018.
Inclui bibliografia.

1. Diocleciano - Tese. 2. Constantino - Tese. 3. Paganismo - Tese. 4. Cristianismo - Tese. I. Selvatici, Monica. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

MURILO PEREIRA ASSUMPÇÃO

**AS REPRESENTAÇÕES DE DIOCLECIANO (284-305 D. C.) E
CONSTANTINO (307-337 D. C.) NA PRODUÇÃO TEXTUAL PAGÃ E
CRISTÃ TARDO ANTIGA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Monica Selvatici
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Margaret Marchiori Bakos
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Renata Lopes Biazotto Venturini
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Londrina, 28 de agosto de 2018.

Dedico este trabalho a meus pais,
Emanuel e Conceição.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus.

Também agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, que contribuíram, através de seus ensinamentos, para a produção dessa dissertação.

Especificamente, agradeço à Profa. Dra. Monica Selvatici por sua atenção e orientação durante a realização dessa pesquisa, que culminou com a escrita desse trabalho.

Finalmente, agradeço a atenção da Banca Examinadora em ler e avaliar essa dissertação.

Direi do Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei (Salmos 91:2).

ASSUMPÇÃO, Murilo Pereira. **As representações de Diocleciano (284-305 d. C.) e Constantino (307-337 d. C.) na produção textual pagã e cristã tardo antiga.** 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

O objetivo geral dessa dissertação é apresentar algumas representações dos imperadores Diocleciano (284-305 d. C.), que empreende a “Grande Perseguição” (303-311 d. C.) contra os cristãos, e Constantino (307-337 d. C.), que protege e favorece o cristianismo, as quais encontramos na produção textual pagã tardo antiga (o “Panegírico de Constantino”, de um orador anônimo; o “Breviário Desde a Fundação de Roma”, de Eutrópio; o “Livro dos Césares”, de Aurélio Vitor; a “Nova História”, de Zózimo) e na produção textual cristã tardo antiga (“Sobre a Morte dos Perseguidores”, de Lactânio; a “História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesaréia) que utilizamos como fonte nessa pesquisa. Também utilizamos nesse trabalho os conceitos de representação, lugar social, *Dominato*, Antiguidade Tardia, *religio licita* e alguns procedimentos analíticos específicos de um documento antigo e escrito salientados por Pedro Paulo Abreu Funari (2003).

Palavras-chave: Representações. Diocleciano. Constantino. Paganismo. Cristianismo.

ASSUMPÇÃO, Murilo Pereira. **The representations of Diocletian (284-305 A. D.) and Constantine (307-337 A. D.) in late pagan and christian textual production.** 2018. Dissertation (Master in Social History) – State University of Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

The general objective of this dissertation is to present some representations of the emperors Diocletian (284-305 A. D.), who undertook the “Great Persecution” (303-311 A. D.) against christians, and Constantine (307-337 A. D.), which protects and favors christianity, which we find in late pagan textual production (the “Panegyric of Constantine” by an anonymous speaker; the “*Breviarivm ab Vrb Condita*” by *Eutropius*; the “*Liber de Caesaribus*” by *Aurelius Victor*; the “New History” by *Zosimus*) and in late christian textual production (“*De Mortibus Persecutorum*” by *Lactantius*; the “Ecclesiastical History” by Eusebius of Caesarea) that we will use in this research. We will also use in this work the concepts of representation, social place, *Dominato*, Late Antiquity, *religio licita* and some analytical procedures specific to an old and written document highlighted by Pedro Paulo Abreu Funari (2003).

Key words: Representations. Diocletian. Constantine. Paganism. Christianity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O <i>DOMINATO</i> E A ANTIGUIDADE TARDIA.....	17
2 A PRODUÇÃO TEXTUAL PAGÃ E CRISTÃ TARDO ANTIGA.....	21
2.1 Os “PANEGÍRICOS LATINOS”	21
2.2 O “PANEGÍRICO DE CONSTANTINO”	22
2.3 EUTRÓPIO.....	23
2.4 O “BREVIÁRIO DESDE A FUNDAÇÃO DE ROMA”	25
2.5 AURÉLIO VITOR	26
2.6 O “LIVRO DOS CÉSARES”	27
2.7 ZÓZIMO.....	28
2.8 A “NOVA HISTÓRIA”	29
2.9 LACTÂNCIO.....	30
2.10 A PRODUÇÃO TEXTUAL DE LACTÂNCIO	31
2.11 “SOBRE A MORTE DOS PERSEGUIDORES”	32
2.12 EUSÉBIO DE CESARÉIA.....	34
2.13 A PRODUÇÃO TEXTUAL DE EUSÉBIO DE CESARÉIA.....	35
2.14 A “HISTÓRIA ECLESIASTICA”	37
3 AS REPRESENTAÇÕES DE DIOCLECIANO (284-305 D. C.) NA PRODUÇÃO TEXTUAL PAGÃ E CRISTÃ TARDO ANTIGA	39
3.1 AS PERSEGUIÇÕES AOS CRISTÃOS NO IMPÉRIO ROMANO.....	39
3.2 O CONTEXTO HISTÓRICO DE DIOCLECIANO (284-305 d. C.)	47
3.3 AS REPRESENTAÇÕES DE DIOCLECIANO (284-305 d. C.) NA PRODUÇÃO TEXTUAL PAGÃ E CRISTÃ TARDO ANTIGA.....	53

4	AS REPRESENTAÇÕES DE CONSTANTINO (307-337 D. C.) NA PRODUÇÃO TEXTUAL PAGÃ E CRISTÃ TARDO ANTIGA	65
4.1	O CONTEXTO HISTÓRICO DE CONSTANTINO (307-337 d. C.)	65
4.2	AS REPRESENTAÇÕES DE CONSTANTINO (307-337 d. C.) NA PRODUÇÃO TEXTUAL PAGÃ E CRISTÃ TARDO ANTIGA.....	71
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS.....	90
	FONTES ANTIGAS	90
	ESTUDOS MODERNOS.....	90

INTRODUÇÃO

Os romanos atribuíam grande importância a sua vida religiosa, que estava associada a sua política. Primeiramente, podemos perceber isso através das lendas e histórias produzidas por esse povo para explicar as origens de sua *Urbs*, que estariam ligadas aos deuses, legitimando seu poder (FUNARI, 2004).

A religião romana¹ era politeísta, antropomórfica, ritualizada. Oferendas, procissões, rezas, juramentos, sacrifícios, eram práticas através das quais os romanos expressavam sua devoção e estabeleciam barganhas com os deuses: prometiam recompensas às divindades para obterem o apoio das mesmas em sua vida privada e pública. E a correta execução desses rituais garantiria a *pax deorum* (a paz dos deuses), a *concordia* entre os homens e os deuses, a manutenção de uma sociedade ordenada e segura (BELTRÃO, 2006; FUNARI, 2004; VEYNE, 2006).

Outra característica do politeísmo romano era a inovação: a incorporação de outros ritos, cultos, pois o domínio romano abrangia uma área vasta, o que proporcionou o contato com povos e religiões diferentes (BELTRÃO, 2006; FUNARI, 2004; VEYNE, 2006).

Porém, o politeísmo romano também valorizava as tradições, o *mos maiorum* (os costumes dos antigos romanos), pois a execução correta dos rituais agradaria aos deuses. Embora a religião romana fosse tolerante com religiões e cultos diferentes, pois “muitos cultos contemporâneos, e muitos deuses, deusas e ritos se assemelhavam aos seus” (BELTRÃO, 2006, p. 151), era intolerante com cultos considerados perigosos nos âmbitos político, religioso, social. Como exemplo dessa argumentação, citamos o culto a Baco (180 a. C.): mesmo não hostilizando os deuses, rituais e sacrifícios tradicionais da religião romana, é considerado uma ameaça a Roma e perseguido pelas autoridades romanas (BELTRÃO, 2006).

Além dos adeptos de Baco, outros grupos religiosos foram hostilizados pelo poder romano:

1 Nessa pesquisa também utilizaremos o termo paganismo, que se origina do vocábulo latino *paganus*, para nos referirmos à religião romana, já que o mesmo é utilizado pela historiografia. Desde o fim do século III d. C. ocorre a expansão do cristianismo nas cidades, mas no campo havia uma resistência em abandonar antigas crenças. Assim, *paganus*, que significa camponês, é associado a aquele que não é cristão, o antigo politeísta (FRANCO JÚNIOR, 2006; LEMOS, 2009).

Podemos identificar outros grupos religiosos no período posterior à Bacanalia, que foram objeto de uma limitada, mas hostil, ação das autoridades romanas. Os caldeus (presumidamente astrólogos) foram expulsos de Roma em 139 a. C.; seguidores de Ísis em várias ocasiões na República Tardia e no primeiro principado; judeus foram expulsos, possivelmente em 13, junto com os caldeus e certamente também depois (BELTRÃO, 2006, p. 155).

Essa atitude hostil também marcará a relação do Estado romano com o cristianismo². Até o ano 62 d. C., os cristãos viveram em paz: os romanos apresentam uma atitude benevolente para com o cristianismo, pois o surgimento e a expansão dessa religião não representaria algo novo, já que ela é reconhecida como uma seita judaica da Palestina. Além disso, embora os cristãos fossem monoteístas e rejeitassem os cultos pagãos e ao imperador romano, não eram hostis à ordem romana, à autoridade imperial, diferentemente do judaísmo e suas revoltas contra o Império Romano que ocorreram a partir de 66 d. C. (CHEVITARESE, 2006; SILVA, 2006).

Entretanto, entre o final do ano 62 d. C. e o início do ano 63 d. C., no governo do imperador Nero (54-68 d. C.), ocorre uma mudança na relação entre o Estado romano e o cristianismo, que será alvo de perseguições, pois as autoridades romanas considerarão essa religião uma ameaça, uma superstição nova, maléfica e perniciosa, porque os cristãos não aceitavam o culto a outros deuses e ao imperador romano. Em um primeiro momento essas perseguições serão empreendidas principalmente por comunidades locais. Posteriormente, do ano 250 d. C. até o século IV d. C., haverá uma perseguição mais sistemática promovida pelo imperador de Roma, como a “Grande Perseguição” (303-311 d. C.) contra os cristãos empreendida por Diocleciano (284-305 d. C.) e pelos outros tetrarcas (BELTRÃO, 2006; CHEVITARESE, 2006; FUNARI, 2004; SILVA, 2006).

Todavia, outra relação entre o Estado romano e o cristianismo será iniciada com o imperador Constantino (307-337 d. C.). Esse governante faz do cristianismo sua religião pessoal e a partir de então o culto cristão será protegido e favorecido pelo poder imperial, em detrimento do paganismo (SILVA, 2011).

Sendo assim, o objetivo geral dessa dissertação é apresentar algumas representações dos imperadores Diocleciano, que empreende a “Grande

2 De acordo com Chevitarese (2006), o cristianismo pode ser entendido como uma seita do judaísmo e como “um movimento multifacetado, que traz dentro de si vários grupos distintos, na medida em que ele é o resultado de um processo longo e variado, que se deu em tempos e lugares diferentes, com etapas e processos divergentes” (p. 164).

Perseguição” contra os cristãos, e Constantino, que protege e favorece o cristianismo, encontradas na produção textual pagã tardo antiga (o “Panegírico de Constantino”, de um orador anônimo; o “Breviário Desde a Fundação de Roma”, de Eutrópio; o “Livro dos Césares”, de Aurélio Vitor; a “Nova História”, de Zózimo) e na produção textual cristã tardo antiga (“Sobre a Morte dos Perseguidores”, de Lactâncio; a “História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesaréia) que utilizaremos nessa pesquisa³.

Para isso, é necessário discutirmos os conceitos de representação e lugar social.

O conceito de representação é discutido por Roger Chartier em “O mundo como representação”. De acordo com esse autor, a relevância concedida pelos historiadores à história das mentalidades, um domínio de pesquisa distinto da velha história das ideias e da história das conjunturas e estruturas, ocorreu em um contexto de renovação do trabalho histórico: esse contexto foi marcado pela emergência de novos objetos no seu questionário, o que significava constituir novos territórios do historiador pela anexação de territórios alheios; sobre esses novos objetos podiam ser postos à prova modos de tratamento inéditos, tomados de empréstimo às disciplinas vizinhas. Esse historiador apresenta algumas características específicas dessa história das mentalidades: a preferência pelo maior número e à pesquisa da cultura tida como popular, a confiança no numérico e na série, o gosto pela longa duração, o primado conferido ao recorte social e profissional (CHARTIER, 1991).

Essa história das mentalidades também abarca uma história das representações inscritas nos textos ou produzidas pelos indivíduos, a qual estuda a relação de representação, isto é, a relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga (as duas condições necessárias para que essa relação seja inteligível são as seguintes: o conhecimento do signo como signo, no seu desvio em relação à coisa significada, e a existência de

3 O tema das representações dos imperadores romanos já foi discutido por alguns autores: Esteban Moreno Resano (“El elogio del emperador Constantino en la literatura cristiana de su época”), Márcia Santos Lemos (“Cristãos, pagãos e cultura escrita: As representações do poder no Império Romano dos séculos IV e V d. C.”), Miguel Marvilla (“O Império Romano e o Reino dos Céus: a construção da imagem sagrada do imperador em *De laudibus Constantini*, de Eusébio de Cesaréia (séc. IV d. C.)”), Rosane Dias de Alencar (“As imagens de Constantino I nos documentos textuais dos séculos IV e VI: múltiplas faces do poder em Roma”) e Wilson José Sebastião (“A imagem idealizada do imperador Constantino no *De Mortibus Persecutorum* de Lactâncio (séc. IV d. C.)”) são alguns desses estudiosos.

convenções regulando a relação do signo com a coisa). Essa história das representações refuta a clivagem entre a objetividade das estruturas (a história, que reconstruiria as sociedades tais como eram) e a subjetividade das representações (uma outra história dedicada aos discursos e situada à distância do real) (CHARTIER, 1991).

Além dessas considerações, Chartier (1991) destaca que a noção de representação permite articular três modalidades de relação com o mundo social:

de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 1991, p. 183).

Chartier (1991) evidencia os significados contraditórios da palavra representação presentes no “Dicionário universal” de Furetière em sua edição de 1727: a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção entre o que representa e o que é representado; a representação é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa.

Chartier (1991) também ressalta que cada série de discursos deve ser compreendida em sua especificidade, isto é, inscrita em seus lugares (e meios) de produção, o que se associa ao conceito de lugar social, que é discutido por Michel de Certeau em “A Escrita da História”.

Para Certeau (1982), encarar a história como uma operação é tentar compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura) e é admitir que ela faz parte da realidade da qual trata, a qual pode ser apropriada enquanto atividade humana, enquanto prática: assim, a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita.

Um dos objetivos de Certeau (1982) é abordar o sistema atual da indústria historiográfica, que articula um lugar social e econômico de produção, as regras científicas de um domínio e a construção de um relato ou texto. Segundo esse autor, toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar social, econômico, político e

cultural de produção, o que implica um meio de elaboração que é circunscrito por determinações próprias (uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados), a qual está submetida a imposições, ligada a privilégios: é em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões se organizam. Ainda sobre o conceito de lugar social esse autor argumenta o seguinte:

Por sua vez, cada tempo “novo” deu lugar a um discurso que considera “morto” aquilo que o precedeu, recebendo um “passado” já marcado pelas rupturas anteriores. Logo, o corte é o postulado da interpretação (que se constrói a partir de um presente) e seu objeto (as divisões organizam as representações a serem reinterpretadas). O trabalho determinado por este corte é voluntarista. No passado, do qual se distingue, ele faz uma triagem entre o que pode ser “compreendido” e o que deve ser esquecido para obter a representação de uma inteligibilidade presente. Porém, aquilo que esta nova compreensão do passado considera como não pertinente – dejetado criado pela seleção dos materiais, permanece negligenciado por uma explicação – apesar de tudo retorna nas franjas do discurso ou nas suas falhas: “resistências”, “sobrevivências” ou atrasos perturbam, discretamente, a perfeita ordenação de um “progresso” ou de um sistema de interpretação. São lapsos na sintaxe construída pela lei de um lugar (CERTEAU, 1982, p. 15).

O real que se inscreve no discurso historiográfico provém das determinações de um lugar. Dependência com relação a um poder estabelecido em outra parte, domínio das técnicas concernentes às estratégias sociais, jogo com os símbolos e as referências que legitimam a autoridade diante do público são as relações efetivas que parecem caracterizar este lugar da escrita. Colocada do lado do poder, apoiada nele, mas a uma distância crítica; tendo em mão, imitados pela própria escrita, os instrumentos racionais das operações modificadoras dos equilíbrios de força a título de uma vontade conquistadora; reunindo as massas de longe (por detrás da separação política e social que as “distingue”), reinterpretando as referências tradicionais que existem nelas; a historiografia francesa moderna é, em sua quase totalidade, burguesa e – como estranhá-lo? – racionalista (CERTEAU, 1982, p. 21).

Certeau (1982) exemplifica as suas considerações teóricas e metodológicas através da sua própria prática historiográfica. Esse autor expõe que pretende analisar um período (a história moderna), um objeto (a história religiosa) e um lugar (a situação francesa), além das seguintes questões: o tratamento dado pela historiografia contemporânea à ideologia religiosa obriga ao reconhecimento da ideologia já investida na própria história; existe uma historicidade da história, a qual implica no movimento que liga uma prática interpretativa a uma prática social; a história oscila entre dois pólos: ela remete a uma prática, a uma realidade, e é um discurso fechado, o texto que organiza e encerra um modo de inteligibilidade; a

história é o nosso mito, a qual combina o pensável e a origem, de acordo com o modo através do qual uma sociedade se compreende.

Em nossa pesquisa também concedemos atenção ao conceito de lugar social, que é discutido por Chartier (1991) e Certeau (1982): é por isso que salientaremos o contexto histórico dos autores pagãos e cristãos e dos imperadores Diocleciano e Constantino, que analisaremos nesse trabalho.

Portanto, nessa pesquisa utilizaremos alguns autores pagãos: o nosso orador anônimo (o “Panegírico de Constantino”), Eutrópio (o “Breviário Desde a Fundação de Roma”), Aurélio Vitor (o “Livro dos Césares”), Zózimo (a “Nova História”), assim como alguns autores cristãos: Lactânio (“Sobre a Morte dos Perseguidores”), Eusébio de Cesaréia (a “História Eclesiástica”), os quais construíram representações de Diocleciano e Constantino (esses autores conceberam interpretações desses imperadores) a partir de seu lugar social (esses autores eram pagãos ou cristãos e próximos do governo imperial). São algumas dessas representações que apresentaremos nessa dissertação.

Nesse trabalho utilizaremos as seguintes edições das nossas fontes antigas: “Biógrafos e Panegiristas latinos” da Editora Aguilar; “Breviário Desde a Fundação de Roma”, “Livro dos Césares”, “Nova História” e “Sobre a Morte dos Perseguidores” da Editora Gredos; “História Eclesiástica” da Editora Paulus.

Para a análise das fontes históricas escolhidas, basearemos-nos em alguns procedimentos analíticos específicos de um documento antigo e escrito, salientados por Funari (2003): leituras sucessivas do texto como um todo; identificação das ideias principais de cada parágrafo; ordenação das mesmas em uma sequência; estudo do autor do documento escrito e o público para o qual ele é destinado; interesses e objetivos da obra. É relevante um roteiro mais detalhado para essa análise documental:

1. Aspectos externos, com estudo da tipologia de fontes [...], lugar de origem e datação do texto, estilo e características linguísticas; 2. Resumo, consistindo em uma sinopse do texto; 3. Contexto histórico, inserindo o texto em quadros cronológicos, geográficos e temáticos [...] específicos; 4. Explicação detalhada do documento envolvendo um estudo minucioso dos termos utilizados em seu contexto; 5. Autoria, inserindo o autor nas circunstâncias e no meio cultural; 6. Conclusão, incluindo o texto no contexto das abordagens historiográficas sobre o tema e o período; 7. Bibliografia consultada (FUNARI, 2003, p. 26-27).

Além disso, a fonte histórica deve ser analisada como um discurso, pois os

documentos “Enquanto discursos, possuem, necessariamente, autoria e público e, como todo discurso, têm estruturas superficiais e profundas” (FUNARI, 2003, p. 27).

Em termos da divisão do trabalho, a presente dissertação está estruturada em quatro capítulos.

No primeiro capítulo abordaremos o contexto histórico geral dos autores pagãos e cristãos e dos imperadores Diocleciano e Constantino, que analisaremos nessa pesquisa, o que nos leva a discutir os conceitos de *Dominato* e Antiguidade Tardia.

No segundo capítulo apresentaremos a produção textual pagã tardo antiga (o “Panegírico de Constantino”, de um orador anônimo; o “Breviário Desde a Fundação de Roma”, de Eutrópio; o “Livro dos Césares”, de Aurélio Vitor; a “Nova História”, de Zózimo) e a produção textual cristã tardo antiga (“Sobre a Morte dos Perseguidores”, de Lactâncio; a “História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesaréia), que utilizaremos nessa pesquisa.

No terceiro capítulo evidenciaremos as perseguições aos cristãos no Império Romano, o contexto histórico de Diocleciano e as representações de Diocleciano na produção textual pagã tardo antiga (o “Breviário Desde a Fundação de Roma”, de Eutrópio; o “Livro dos Césares”, de Aurélio Vitor) e na produção textual cristã tardo antiga (“Sobre a Morte dos Perseguidores”, de Lactâncio; a “História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesaréia).

No quarto capítulo ressaltaremos o contexto histórico de Constantino e as representações de Constantino na produção textual pagã tardo antiga (o “Panegírico de Constantino”, de um orador anônimo; a “Nova História”, de Zózimo) e na produção textual cristã tardo antiga (“Sobre a Morte dos Perseguidores”, de Lactâncio; a “História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesaréia).

1 O *DOMINATO* E A ANTIGUIDADE TARDIA

Iniciaremos nossa dissertação abordando o contexto histórico geral dos autores pagãos e cristãos e dos imperadores Diocleciano e Constantino, que analisaremos nessa pesquisa, o que nos leva a discutir os conceitos de *Dominato* e Antiguidade Tardia.

Como nesse trabalho analisaremos Diocleciano e Constantino, que se encontram no *Dominato*, interpretaremos esse período através de uma perspectiva culturalista, utilizando o conceito de Antiguidade Tardia para percebermos as transformações no mesmo e para não o compreendermos como declinante, como considerou parte da historiografia do século XIX.

O *Dominato* pode ser compreendido como uma “modalidade específica de sistema político-ideológico que vigorou no Império Romano entre fins do século III e fins do século V” (SILVA; MENDES, 2006, p. 193), o que corresponde ao período final do Império Romano,

[...] que se inicia [...] com a ascensão de Diocleciano ao poder, em 284 [...] e termina, segundo uma convenção ainda vigente nos meios acadêmicos, em 476, com a deposição de Rômulo Augusto por Odoacro, rei dos hérulos (SILVA; MENDES, 2006, p. 193).

Esse contexto histórico pode ser complementado com outra definição:

[...] uma entidade política fundada numa dinâmica particular de interação entre o Estado e a sociedade que se desenvolveu como uma estratégia reguladora diante de uma grave situação de instabilidade política com a finalidade de gerir as pressões externas e as dissensões internas (SILVA; MENDES, 2006, p. 197).

O conceito de *Dominato* será utilizado em detrimento do termo Baixo Império Romano, usualmente empregado por parte da historiografia, mas que remete a um “preconceito recorrente contra esse período, tido como um momento de declínio, queda, ruína ou esgotamento” (SILVA; MENDES, 2006, p. 193), o que pode ser exemplificado através da obra de Edward Gibbon, cujo título evidencia essa perspectiva: “História do declínio e queda do Império Romano”, publicada entre 1776 e 1788.

As interpretações historiográficas sobre o sentido do fim do mundo antigo podem ser classificadas em três vertentes: política, materialista, “culturalista”. Alguns autores enfatizam uma explicação política, considerando negativo o Estado dessa época histórica, se comparado ao da Antiguidade Clássica, tais como Mikhail Rostovtzeff (1972), Ferdinand Lot (1985), A. H. M. Jones (1979). Outros autores ressaltam uma explicação de caráter materialista desse período, isto é, político-ideológica, pois focam nas contradições do modo de produção escravista, tais como Perry Anderson com “Passagens da Antiguidade ao feudalismo” (1974). Além das interpretações mencionadas, há autores que possuem uma perspectiva “culturalista”, que adotam o conceito de Antiguidade Tardia e salientam o período não como decadente, mas original, cujas especificidades marcaram o fim da Antiguidade e a Idade Média, no qual há o “surgimento de novas concepções religiosas e estéticas, de novas invenções e técnicas artísticas que exercem uma inegável influência sobre as sociedades posteriores” (SILVA; MENDES, 2006, p. 195). São expoentes dessa última vertente Henri-Irénée Marrou e Peter Brown⁴.

O período final do Império Romano é alvo de múltiplas interpretações devido às especificidades e aos acontecimentos que marcaram essa temporalidade. Nesse contexto ocorre a desagregação do Império Romano do Ocidente, a “fusão da cultura pagã clássica com os valores cristãos” (SILVA; MENDES, 2006, p. 195) e a

afirmação de uma nova visão de mundo (no caso, a cristã), a emergência de um novo modo de produção em virtude da superação do escravismo e a instauração de um novo padrão de organização sociopolítica, com a difusão das relações pessoais e o enfraquecimento da autoridade imperial (SILVA; MENDES, 2006, p. 195-196).

Todavia, essa época não é marcada apenas por crises políticas, econômicas, internas, externas, como considerou parte da historiografia que a analisou, mas também por tentativas de reestruturação para que houvesse a unidade e a centralização imperial, o que se deu através de reformas, tais como as empreendidas por Diocleciano e Constantino, os “artífices do *Dominato*” (SILVA; MENDES, 2006, p. 196).

Assim sendo, compreenderemos o contexto histórico referente ao *Dominato* sob uma perspectiva “culturalista”, utilizando para isso o conceito de Antiguidade

4 Essas interpretações historiográficas sobre o sentido do fim do mundo antigo são discutidas em “Diocleciano e Constantino: A construção do *Dominato*”, de Gilvan Ventura da Silva e Norma Musco Mendes.

Tardia, em contraposição a uma postura historiográfica tradicional que compreendia o período final do Império Romano como decadente, marcado principalmente por inúmeras crises nos diversos âmbitos que constituem a sociedade, já que a mesma não remeteria mais ao período clássico romano.

De acordo com Julio Cesar Magalhães de Oliveira (2008), a construção do conceito de Antiguidade Tardia “como um período autônomo e distinto entre a Antiguidade Clássica e a Idade Média” (p. 124) foi uma importante revolução historiográfica. Ainda para esse autor, a terminologia Antiguidade Tardia foi consolidada por Henri-Irénèe Marrou, que salienta um Império renovado, rico e original com a construção da Tetrarquia⁵, e por Peter Brown, que difunde esse conceito “como um período longo, distinto e autônomo, englobando os últimos séculos da Antiguidade e os primeiros da Idade Média” (p. 125), sendo marcado por um mundo novo, criativo e sob uma dupla revolução social e espiritual.

Segundo Ronaldo Amaral (2008), a Antiguidade Tardia refere-se ao período de transição entre a Antiguidade Clássica e a Idade Média. De acordo com a historiografia tradicional do século XIX, esse período final do Império Romano é caracterizado por declínio e queda, o que evidencia ser uma postura preconceituosa, “cômoda e simplista”, já que o mesmo é marcado por mudanças e continuidades.

Cláudio Umpierre Carlan (2007) enfatiza os temas abordados prioritariamente por essa historiografia tradicional que compreendia o século IV como decadente: “Imperadores incompetentes, crise militar, invasão dos povos germânicos, chamados de bárbaros, ascensão do cristianismo, são identificados como os grandes causadores dessa impotência dos romanos em relação a esse conturbado período” (p. 1-2).

Para Amaral (2008), as transformações ocorridas nessa época foram numerosas e complexas: “Vão do social e do econômico [...] às relações do homem consigo próprio e com seu próximo; com a religiosidade, suas atitudes e sensibilidades [...] e das concepções religiosas, do sagrado e sua relação com o humano” (p. 3).

Segundo Carlan (2007), essa época é marcada pela reconstrução e apogeu, pois Diocleciano e Constantino empreenderam inúmeras reformas em diferentes campos: político, administrativo, financeiro, militar, cujo propósito era a tentativa de

5 No decorrer desse trabalho, apresentaremos algumas informações sobre a Tetrarquia.

reformatar e centralizar o Império Romano.

Além de Henri-Irénée Marrou e Peter Brown, outro autor que não caracteriza esse período como decadente, “baixo”, contraposto a uma “alta” Antiguidade Clássica, é Jacques Le Goff: de acordo com ele, nesse contexto há uma “dupla continuidade/virada em detrimento de ruptura” (AMARAL, 2008, p. 4).

Contudo, o conceito de Antiguidade Tardia é alvo de críticas e questionamentos, o que é importante de ser mencionado⁶. Hilário Franco Jr. constrói uma nova terminologia, “Primeira Idade Média”, pois o termo Antiguidade Tardia deveria ser superado: para ele, entre os séculos IV a VII há traços medievais

em seus mais variados âmbitos da vida social, como nos costumes; no vestuário; na escrita (o *codex* tomando o lugar do *volumen*); na religiosidade, agora centrada no além e na salvação, diferindo já dos credos e das necessidades religiosas da época clássica; na clericalização do saber e do ensino; e mesmo na institucionalização de uma religião única, com uma liturgia e um corpus canônico bem articulado, etc (AMARAL, 2008, p. 5).

A mudança na relação Império Romano – cristianismo acontece no século IV d. C., no qual ocorre o processo de cristianização da sociedade tardo antiga romana, a expansão da Igreja cristã nesse ambiente religioso (CRUZ, 2007; CRUZ, 2010). É por isso que não analisaremos o período em estudo como decadente, mas nos atentaremos para as mudanças e especificidades inerentes ao mesmo nos diversos âmbitos: político, administrativo, militar, econômico, religioso, para problematizarmos a mudança na relação Império Romano – cristianismo. Sobre isso, Peter Brown (1972, p. 35) afirma:

As profundas modificações religiosas e culturais do fim da Antiguidade não têm por teatro um mundo aterrado pela sombra de uma catástrofe. Longe disso, os homens dessa época formam uma sociedade rica e surpreendentemente compreensiva que se estabiliza e conquista uma estrutura significativamente diferente da classe romana do período clássico.

Os contextos históricos específicos dos autores pagãos e cristãos e dos imperadores Diocleciano e Constantino, que analisaremos nessa pesquisa, serão abordados nos próximos capítulos dessa dissertação.

6 Sobre as críticas ao conceito de Antiguidade Tardia, ver o artigo “O conceito de Antiguidade Tardia e as transformações da cidade antiga: o caso da África do Norte”, de Julio Cesar Magalhães de Oliveira, no qual esse autor destaca as críticas a esse termo realizadas pelos estudiosos Wolfgang Liebeschuetz e Andrea Giardina.

2 A PRODUÇÃO TEXTUAL PAGÃ E CRISTÃ TARDO ANTIGA⁷

Nesse segundo capítulo apresentaremos a produção textual pagã tardo antiga (o “Panegírico de Constantino”, de um orador anônimo; o “Breviário Desde a Fundação de Roma”, de Eutrópio; o “Livro dos Césares”, de Aurélio Vitor; a “Nova História”, de Zózimo) e a produção textual cristã tardo antiga (“Sobre a Morte dos Perseguidores”, de Lactâncio; a “História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesaréia), que utilizaremos nessa pesquisa.

2.1 Os “PANEGÍRICOS LATINOS”

A palavra “panegírico” é grega. Ela designava o discurso que se pronunciava ao final das assembleias solenes, e mais tarde se deu esse nome a um discurso laudatório. Como gênero literário, os panegíricos foram discursos pronunciados em honra de uma pessoa ou para glorificar uma entidade abstrata (a pátria, a religião, a santidade, o valor).

Em Roma, o gênero panegírico é mais tardio e surge com o engrandecimento da república e a necessidade de elogiar os heróis. Durante o Império, uma das principais atividades da nova sofística consistia em compor panegíricos latinos e gregos aos soberanos.

Os “Panegíricos Latinos” são os seguintes:

“Panegírico de Trajano”: Foi pronunciado por Plínio, o Jovem no dia primeiro de setembro do ano 100 d. C.

“Panegíricos de Maximiano”: Foram pronunciados por Mamertino em Tréveris nos anos 289 d. C. e 291 d. C.

“Panegírico de Constâncio”: Foi pronunciado em Tréveris no ano 297 d. C. ante Constâncio Cloro, com motivo de seu regresso da afortunada expedição da Bretanha. O autor é anônimo, mas sabemos que foi professor de eloquência em Autun e que era de idade avançada no momento de pronunciar o panegírico.

7 Esse segundo capítulo é baseado nas informações apresentadas pelos autores das introduções das fontes antigas que escolhemos para esse trabalho, os quais são os seguintes: Luis Escolar Bareño, Balbino Garcia Felix, Victor-Jose Herrero Llorente, Mateo Ibañez de Segovia, Francisco de P. Samaranch e Candido Sol (“Biógrafos e Panegiristas latinos”); Emma Falque (“Breviário Desde a Fundação de Roma”, de Eutrópio; “Livro dos Césares”, de Aurélio Vitor); José María Candau Morón (“Nova História”, de Zózimo); Ramón Teja (“Sobre a Morte dos Perseguidores”, de Lactâncio); Roque Frangiotti (“História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesaréia).

“Discurso de Eumênio em pró da restauração das escolas de Autun”: Foi pronunciado em Autun no ano 298 d. C. Eumênio exerceu o cargo de secretário particular de Constâncio e sabemos que era de origem grega e que seu avô era de Atenas.

“Panegírico de Maximiano e de Constantino”: Foi pronunciado em Tréveris no ano 307 d. C., em ocasião do matrimônio de Constantino com Fausta. O autor é desconhecido, possivelmente um discípulo de Mamertino.

“Panegírico de Constantino”: Foi pronunciado em Tréveris no ano 310 d. C., no dia seguinte à morte de Maximiano, por um autor anônimo de meia idade e professor de retórica.

“Discurso de ação de graças a Constantino”: Foi dedicado pela cidade de Autun em agradecimento pela redução de impostos e pronunciado em Tréveris por um autor anônimo, professor de eloquência e que ocupou um elevado cargo político.

“Panegírico de Constantino”: Elogio dirigido ao imperador por seu mandato bem-sucedido durante os quinze anos de governo, assim como a seus dois filhos, os césares Crispo e Constantino, o Jovem. Foi pronunciado em Roma no ano 321 d. C., na presença dos dois césares, por Nazário.

“Discurso de elogio ao imperador Juliano”: Foi pronunciado em Constantinopla no ano 362 d. C. É uma ação de graças pela elevação ao consulado que dirige Cláudio Mamertino ao imperador. Juliano concedeu a Mamertino outros cargos, como os de administrador do tesouro e prefeito da Ilíria.

“Panegírico de Teodósio”: Foi pronunciado em Roma no ano 389 d. C. por Latino Pacato Drepanio.

2.2 O “PANEGÍRICO DE CONSTANTINO”

O autor anônimo do “Panegírico de Constantino”, oriundo de Autun, era, no momento de pronunciar o discurso, um homem maduro – *mediae aetatis* (capítulo I, 1) – entre os quarenta e cinco e os cinquenta anos, o que indica que havia nascido entre 260-265 d. C.

Esse orador era pai de uma família numerosa: tinha cinco filhos, dos quais o maior, jovem ainda, desempenhava as funções de advogado geral do Fisco. O autor nos conta que foi professor de eloquência, advogado e que desempenhou funções palacianas.

O discurso, pronunciado em Tréveris, é posterior à morte de Maximiano, que ocorreu nos primeiros meses do ano 310 d. C. e é anterior à visita de Constantino a Autun, em 311 d. C.

Esse panegírico é um resumo dos feitos de Constantino, no qual o orador expõe, principalmente, as pretensões dinásticas e as crenças religiosas desse imperador e a morte de Maximiano, o que nos motivou a escolher esse documento histórico para o nosso trabalho.

2.3 EUTRÓPIO

É possível que Eutrópio tenha nascido na Itália ou na província da Ásia, pois seu nome é grego e viveu grande parte de sua vida no Leste, pouco depois do ano 320 d. C.

Pertenceu a uma família abastada, mas não senatorial, obtendo a formação para pertencer ao aparato administrativo do Estado, já que esse tipo de atividade atraía mais os *curiales* do que a nobreza senatorial. Possivelmente recebeu sua educação em Roma.

Seu primeiro cargo na administração foi como *epistularis* sob as ordens do *magister epistularum*. A promoção no *scrinium epistularum* ocorria por ordem de antiguidade, subindo degrau por degrau até chegar a ser *melloproximus* e finalmente *proximus*, o mais antigo do *scrinium*.

Eutrópio chegou a ser *magister epistularum* com Constâncio II e desempenhava esse cargo quando esse imperador morreu entre a Cilícia e a Capadócia em novembro de 361 d. C. Seu sucessor, o imperador Juliano, chegou a Constantinopla em dezembro desse ano e criou uma comissão ao mando do novo prefeito do pretório, que objetivava investigar as atuações anteriores e as atitudes para com o novo imperador de funcionários, membros do governo e altos oficiais. Eutrópio sofreu esse tipo de inquirições, mas foi absolvido de qualquer acusação, pois manteve seu cargo de *magister epistularum* e acompanhou Juliano em sua campanha contra os persas em 363 d. C.

Após a morte de Juliano em junho de 363 d. C., Eutrópio esteve entre os militares e funcionários da corte que se reuniram para eleger um novo imperador; não esteve entre os partidários de Joviano, mas sua carreira posterior indica que não ofendeu as facções em conflito. Não presenciou a repentina morte de Joviano com a

qual termina sua obra e sobre a qual oferece diversas hipóteses (X 18).

Valentiniano foi eleito imperador pelos chefes civis e militares em fevereiro de 364 d. C. Eutrópio não participou dessa eleição, mas ao final de sua obra após a morte de Joviano acrescenta que esse foi deificado pela benignidade dos imperadores Valentiniano e Valente (X 18), o que indica que o historiador seguiu trabalhando na administração imperial com Joviano e posteriormente com Valente.

Valente esteve lutando na região do Danúbio contra os godos durante os anos 367-369 d. C., juntamente com Eutrópio, que demonstra certos conhecimentos sobre essa região. Nesses anos foi nomeado *magister memoriae* de Valente, cargo que ocupava quando dedicou sua obra a esse imperador, em 369 d. C. Eutrópio entregou seu trabalho ao imperador quando esse havia celebrado seu triunfo sobre os godos e assumido o título de *Gothicus Maximus* após vencer Atanarico no verão de 369 d. C. O título da dedicatória que encabeça sua obra é o seguinte:

DOMINO VALENTI
GOTHICO MAXIMO PERPETVO AVGVSTO
EVTROPIVS V. C. MAGISTER MEMORIAE

Sobre o título de *u(ir) c(larissimus) magister memoriae*: na administração do Império Romano do Oriente existiam três *sacra scrinia*, que reuniam vários funcionários (*memoriales*, *epistulares*, *libellenses*), que auxiliavam o *magister memoriae*, *epistularum* e *libellorum*. O cargo de *magister memoriae* era o mais importante e o que tinha um maior número de funcionários.

Eutrópio era procônsul da Ásia em 371 d. C., mas seu proconsulado não teve um bom final, pois esteve envolvido em uma conspiração contra o imperador Valente. O historiador escapou das acusações, mas foi substituído como procônsul da Ásia por Festino de *Tridentum*, que pode ser identificado com Festo, o autor de outro *Breuiarium* dedicado a Valente.

O imperador Valentiniano I morreu em 375 d. C. e foi sucedido por Graciano. Graciano e Valente tiveram que enfrentar os godos, contra os quais Valente morreu combatendo em 378 d. C. Graciano escolheu Teodósio como corregente, que foi proclamado Augusto em 379 d. C. Depois de quatro anos de lutas e negociações a paz foi firmada com os godos em 382 d. C.

Nesses anos Eutrópio reaparece em Roma, para onde havia viajado depois

de 372 d. C. e onde havia conhecido Símaco, um importante orador e escritor daquele momento, que exerceu a prefeitura de Roma em 384 d. C. e o consulado em 391 d. C. Nosso historiador manteve boas relações com Símaco e com Teodósio, desempenhando cargos na administração ocidental antes de obter a prefeitura do Leste em 383 d. C.

A culminação da carreira de Eutrópio ocorreu em 387 d. C. quando compartilhou o consulado com o imperador Valentiniano II. Não conhecemos a data de sua morte: Símaco escreveu ao nosso historiador em 387 d. C. e Libânio em 390 d. C.

2.4 O “BREVIÁRIO DESDE A FUNDAÇÃO DE ROMA”

No “Breviário Desde a Fundação de Roma” (“*Breviarivm ab Vrb Condita*”) encontramos dois gêneros historiográficos: *breuiarium* e biografias.

O gênero historiográfico do *breuiarium* teve um grande êxito em Roma, pois se tratava de um gênero pedido pelo público: os leitores preferiam as obras breves, especialmente quando se tratava da história de sua civilização, pois queriam conhecer o essencial; a difusão da cultura tinha como consequência o aumento do número de cópias manuscritas e era mais fácil publicar obras mais breves; o ensino abrangia todos os níveis, de maneira que necessitavam de manuais.

Eutrópio expõe sua intenção ao escrever o “Breviário Desde a Fundação de Roma” na dedicatória ao imperador Valente: se trata de um compêndio da história de Roma desde a fundação da cidade até o imperador Joviano, que é sucedido pelos imperadores Valentiniano I e Valente. Assinala que reuniu “com brevidade” (*breui narratione*) os fatos da história de Roma, acrescentando sucintamente (*strictim additis etiam his...*) os mais destacados da vida dos imperadores:

Como Vuestra Bondad quiso, he reunido, por orden cronológico y con brevedad, los hechos de la historia de Roma más sobresalientes, tanto los referidos a los asuntos militares como a los civiles, desde la fundación de la ciudad hasta nuestros días; también añadí sucintamente los más destacados de la vida de los emperadores, con el fin de que la mente divina de Vuestra Serenidad pueda alegrarse de haber secundado en el gobierno del imperio las acciones de hombres ilustres, incluso antes de conocerlas por su lectura.

A história do Império Romano é narrada através de retratos biográficos dos imperadores. O esquema seguido em todos é o mesmo: origem, vida privada, formação militar, política interna, retrato (costumes, cultura, gostos literários...), morte, duração do reinado, elogio ou condenação do imperador.

2.5 AURÉLIO VITOR

Sexto Aurélio Vitor nasceu na província da África em 320 d. C.

Foi filho de um humilde camponês, mas isso não impediu que o futuro historiador recebesse uma educação na África, em Cirta ou Cartago, e em Roma: “[...] y yo en especial, que, nacido en el campo de un padre pobre e inculto, he alcanzado una vida bastante honrosa hasta este momento gracias a tan grandes estudios [...]” (20, 5).

Aurélio Vitor viveu em Roma entre os anos 337 e 357 d. C., onde presenciou alguns acontecimentos: a ausência de festejos para celebrar a fundação de Roma em 348 d. C.: “[...] también en mi tiempo [...] después de mil cien años no se celebró el aniversario de la ciudad: hasta tal punto ha disminuido día a día el interés por la ciudad de Roma” (28, 2); a revolta civil causada pela tomada do poder de Magnêncio e a revolta de Nepociano em 350 d. C.: “[...] resultó hasta tal punto nefasto para el pueblo Romano y para los senadores, que por todas partes las casas, las plazas, las calles se llenaron de sangre y de cadáveres como si fueran tumbas” (42, 6).

O autor assumiu a tarefa de escrever sua obra após o ano 358 d. C., pois registra um terremoto que atingiu Nicomédia em agosto desse ano: “[...] Éfeso en Asia y Nicomedia en Bitinia, destruidas por un terremoto, de la misma manera que en nuestro tiempo Nicomedia, durante el consulado de Cereal” (16, 12). No último capítulo assegura que Constâncio havia reinado durante vinte e três anos como imperador, isto é, desde 9 de setembro de 337 d. C., o que indica que escrevia isso depois de setembro de 360 d. C. Também assinala que Constâncio tinha dado um rei aos sármatas, o que ocorreu em 358 d. C. Portanto, começou a escrever sua obra em 359 d. C. e a terminaria depois de setembro de 360 d. C., talvez na primavera de 361 d. C. quando foi publicada pela primeira vez. Pode ter escrito toda a obra em Sírmio a pedido de Constâncio II.

Foi nomeado governador da *Pannonia Secunda* e homenageado com uma estátua de bronze pelo imperador Juliano em 361 d. C. Não sabemos quanto tempo

ocupou esse cargo, pois seu sucessor, Fortunato, tomou posse em 365 d. C.

Também foi nomeado prefeito da cidade de Roma pelo imperador Teodósio em 388 d. C. ou 389 d. C. Não sabemos se, depois de ser governador da *Pannonia Secunda* e antes de ser prefeito da cidade de Roma, teve outra responsabilidade política. Talvez tenha sido procônsul da África nesses anos, pois era comum que os que pertenciam ao Senado ocupassem, ao menos, um proconsulado antes de obter a prefeitura da cidade. Não ocupou esse cargo durante muito tempo, pois foi sucedido por Gaio Rufio Albino em junho de 389 d. C.

Sexto Aurélio Vitor morreu por volta do ano 389 d. C.

2.6 O “LIVRO DOS CÉSARES”

Algumas obras, que formam um *corpus* documental, são atribuídas a Aurélio Vitor, dentre as quais somente uma é sua com segurança: o “Livro dos Césares” (“*Liber de Caesaribus*” ou simplesmente “*De Caesaribus*”, que recebe o título de “*Aurelii Victoris Historiae abbreviatae*” nos manuscritos). Essa obra chegou até nós como a terceira e última parte desse *corpus* que contém outros dois opúsculos: a “*Origo gentis Romanae*” e o “*Liber de uiris illustribus Urbis Romae*”.

A “*Origo gentis Romanae*” aborda as origens míticas e lendárias de Roma; o “*Liber de uiris illustribus Urbis Romae*” expõe os personagens ilustres da monarquia e da república; e o “Livro dos Césares” narra a história do Império Romano desde Augusto até a data de sua composição, sob Constâncio II, em 360 d. C. Os autores dessas três obras são diferentes, mas viveram todos no século IV d. C. Como as três obras compreendem toda a história de Roma, desde as origens até 360 d. C., um copista antigo ou medieval agrupou todas em um conjunto nomeado de “*Historia tripertita*”.

Outra obra relacionada com Aurélio Vitor é o “*Epitome de Caesaribus*”: um resumo do “Livro dos Césares” que fez um autor desconhecido desenvolvendo algumas passagens e acrescentando os reinados seguintes de Constâncio II até a época de Teodósio.

Aurélio Vitor divide a história do Império Romano em seis períodos no “Livro dos Césares”: a) da ascensão ao poder de Augusto à morte de Nero; b) de Galba à morte de Vitélio; c) de Vespasiano à morte de Domiciano; d) de Nerva a Alexandre Severo; e) de Maximiano a Tácito; f) de Caro a Constâncio II.

No “Livro dos Césares” também encontramos dois gêneros historiográficos: *breuiarium* e biografias.

Aurélio Vitor e Eutrópio são autores pagãos que não abordam a conversão do imperador Constantino ao cristianismo e os progressos feitos por essa religião, que vai avançando nesse século. Na opinião de E. Malcovati esse comportamento é comum aos escritores pagãos e à sociedade pagã de seu tempo⁸.

2.7 ZÓZIMO

Zózimo era originário de Constantinopla ou residiu nela uma parte de sua vida, pois somente assim se explica a descrição da cidade contida em II 30, 2-31, 3.

A data de produção da “Nova História”, e, portanto, a época em que viveu Zózimo, está inserida entre dois limites cronológicos. Uma citação (em V 7, 1) de Olimpodoro de Tebas, cuja obra histórica se estendia até o ano 425 d. C., oferece o *terminus post quem*, enquanto que o *terminus ante quem* é dado pela menção de Zózimo na “História Eclesiástica” (V 24) de Evágrio Escolástico, terminada em 592-594 d. C. Evágrio fala de Zózimo como fonte do historiador Eustacio de Epifânia, que havia deixado sua obra inacabada de forma que essa chegava até o ano 502 d. C. Segundo a historiografia bizantina, as composições históricas não deveriam tratar o reinado do imperador em que apareciam; se Eustacio trata o ano de 502 d. C., pertencente ao mandato de Atanásio I (491-518 d. C.), sua obra foi publicada após esse imperador, provavelmente no reinado de Justino I (518-527 d. C.): a utilização de Zózimo por Eustacio implica que a “Nova História” circulava antes de 518-527 d. C.

Quando Zózimo trata, em II 38, das inovações fiscais de Constantino – o crisárguiro, a fixação do *munus* distribuído pelos pretores ao tomar posse de seu cargo e o *follis* – a sequência do texto indica que essas imposições haviam sido abolidas no momento em que se compôs a “Nova História”, o que data tal composição após maio de 498 d. C., data da supressão do crisárguiro, a última carga abolida.

A “Biblioteca” de Fócio (códice 98) contém dois dados biográficos sobre

⁸ Esse parágrafo é baseado nas informações apresentadas por Emma Falque, que é a autora da introdução do “Livro dos Césares”, de Aurélio Vitor, e do “Breviário Desde a Fundação de Roma”, de Eutrópio, a qual utiliza as seguintes obras de E. Malcovati: “I breviari del IV secolo” e “Le traduzioni greche di Eutropio”.

Zózimo: era *comes* (título honorífico) e antigo *advocatus fisci* (exercia a defesa dos bens do Estado e do imperador) – esse dado também aparece no título do manuscrito que transmite a “Nova História” (*Codex Vaticanus Graecus 156*) – e professava a religião pagã (vinculava a decadência do Império Romano ao abandono do culto tradicional) – isso também é inferido da leitura da “Nova História”.

O autor da “Nova História” é relacionado com outros Zózimos: o Zózimo de Gaza ou Ascalona referido na “Suda”, o mencionado por Cedreno, o suposto autor de uma vida de Demóstenes, o discípulo de Procópio de Gaza.

2.8 A “NOVA HISTÓRIA”

Após alguns capítulos iniciais em que Zózimo declara suas intenções, expõe os princípios de sua filosofia histórica e analisa a Grécia e a Roma republicana (capítulos 1-5), a “Nova História” entra em seu tema central: a história da Roma imperial. Ao final do capítulo 71, que conclui o relato do reinado de Probo (morto em 282 d. C.), o texto oferece uma lacuna provocada pelo desaparecimento do quarto *quaternio* do *Vat. Graec. 156*; a narração prossegue em 305 d. C., ano da abdicação de Diocleciano, após uma digressão sobre os Jogos Seculares situada no livro II. A lacuna abarca o relato correspondente a 23 anos.

A digressão sobre os Jogos Seculares (capítulos 1-7) inicia o livro II, que se encontra dividido em três partes. A primeira parte conta as lutas de Constantino até sua instalação no trono como soberano único (capítulos 8-28); depois de um capítulo em que expõe a conversão desse monarca ao cristianismo, Zózimo entra na segunda parte, onde trata das reformas administrativas e militares de Constantino (capítulos 30-38); após mencionar a morte do monarca e narrar sumariamente os eventos acontecidos dessa até o ano 350 d. C. (capítulos 39-41), a “Nova História” relata a usurpação de Magnêncio (capítulos 42-54) e finaliza com um capítulo dedicado à morte do César Galo.

O livro III é centrado em Juliano. Depois de narrar a ascensão de Juliano ao cesarato (capítulos 1-2), seus feitos na Gália (capítulos 3-8), seu levante contra Constâncio e sua instalação no trono (capítulos 9-11), Zózimo inicia uma detalhada exposição da expedição persa de Juliano: 23 capítulos (12-34) são dedicados a esse episódio – cuja duração foi de uns quatro meses (de março a julho de 363 d. C., quando se firmou a paz com os persas) – e a suas consequências. Os dois últimos

capítulos narram a morte de Joviano (em 364 d. C.) e a subsequente eleição de Valentiniano.

A primeira parte do livro IV (capítulos 1-24) é dedicada ao reinado de Valentiniano e Valente; a vitória de Valente sobre Procópio (capítulos 4-8) e a morte de Valente na guerra contra os godos (capítulos 20-24) são abordadas. A segunda parte é centrada em Teodósio; as usurpações de Máximo (capítulos 35-37 e 42-47) e de Eugênio (capítulos 52-58) e as lutas e os acordos com os godos são tratados. A morte de Teodósio conclui o livro.

Os acontecimentos ocorridos entre 395 d. C. e 409 d. C. são o tema do livro V, cujos primeiros 25 capítulos estão dedicados quase exclusivamente ao Oriente; intrigas da corte bizantina, rebelião de Gainas e turbulências produzidas em Constantinopla ao redor de João Crisóstomo são os temas principais do relato. A partir do capítulo 26, o texto sofre uma brusca mudança, pois trata exclusivamente dos assuntos do Oeste desde 406-7 d. C. Essa última parte expõe os eventos que rodearam a morte de Estilício (capítulos 26-35) e a guerra de Alarico na Itália até o outono de 409 d. C. (capítulos 36-51).

O livro VI relata as origens da usurpação de Constantino III (capítulos 1-5) e as guerras de Alarico na Itália. O livro finaliza subitamente pouco antes do saque de Roma por Alarico (24 de agosto de 410 d. C.) após somente 13 capítulos.

De acordo com L. Cracco Ruggini, Zózimo realizou um projeto idêntico, porém inverso ao dos autores das “Histórias Eclesiásticas”. Esses autores apresentaram o curso dos acontecimentos como um processo que culmina com a instalação no trono do imperador cristão. Zózimo objetivava provar como o abandono da religião tradicional fora a causa da decadência de Roma ao produzir uma perda da proteção que os deuses concediam ao Império⁹.

2.9 LACTÂNCIO

Lucius Caelius (ou *Caecilius*) *Firmianus Lactantius*, africano da Numídia, nasceu em 240 d. C. Esse escritor também foi contemporâneo da perseguição aos

9 Esse parágrafo é baseado nas informações apresentadas por José María Candau Morón, que é o autor da introdução da “Nova História”, de Zózimo, o qual utiliza as seguintes obras de L. Cracco Ruggini: “Sofisti greci nell’Impero romano”, “Simboli di battaglia ideologica nel tardo ellenismo”, “Pubblicistica e storiografia bizantine di fronte alla crise dell’Impero romano” e “The Ecclesiastical Histories and Pagan Historiography: Providence and Miracles”.

cristãos de Diocleciano e do governo favorável a esse grupo religioso de Constantino, acontecimentos que são salientados em “Sobre a Morte dos Perseguidores”.

Lactâncio era professor de retórica (foi discípulo de Arnóbio, que lhe ensinou retórica, mas que não exerceu influência doutrinal sobre ele) e Diocleciano o convida, assim como o gramático Flávio, para ensinar retórica latina em Nicomédia, a nova capital do Império Romano¹⁰. Porém, essa cidade era grega, havia escassez de discípulos e Lactâncio se dedica aos seus escritos.

Diocleciano decretou a perseguição contra os cristãos em fevereiro de 303 d. C. Nesse período, Lactâncio encontrava-se em Nicomédia e já havia se convertido ao cristianismo na África ou em Nicomédia. Durante o governo de Diocleciano não foi perseguido por ser cristão, pois permaneceu em Nicomédia até 305 d. C.

Constantino convidou Lactâncio, com idade avançada, à Gália, a Tréveris, a capital do Império Romano, para a instrução literária de seu filho Crispo, o que não ocorreu antes de 313 d. C.

Lactâncio morreu aproximadamente em 320 d. C.

2.10 A PRODUÇÃO TEXTUAL DE LACTÂNCIO

Lactâncio produziu muitas obras, mas a maioria encontra-se perdida, como três obras de caráter profano produzidas em sua juventude: “*Symposium*” ou “Banquete”, “*Hodoeporicum*” ou “Itinerário”, “*Grammaticus*”; muitos livros de cartas: quatro livros dedicados a Probo, dois a Severo, dois a Demétrio, que datam do fim de sua vida; tratado em dois livros dedicados a Asclepiades, que havia escrito e dedicado um tratado “*De Providentia*” a ele.

As obras dogmáticas preservadas, além de “Sobre a Morte dos Perseguidores”, são: “*De opificio Dei*”, “*Divinae institutiones*”, “*De ira Dei*”, “*Epitome*”. Nas “*Institutiones*”, obra em sete livros, composta entre 305 e 313 d. C., o autor se contrapõe aos filósofos pagãos, pois estes haviam escrito contra os cristãos no período da perseguição de Diocleciano, e defende os dogmas e a moral cristã. No início e no final da obra há duas dedicatórias a Constantino, que foram adicionadas

¹⁰ Com a construção do sistema tetrárquico por Diocleciano, Roma passou para um segundo plano com a oficialização das novas capitais Aquileia e Tréveris, no Ocidente, Sírmio e Nicomédia, no Oriente (FUNARI; SILVA; MARTINS, 2008).

posteriormente.

Além das obras de caráter dogmático, há um escrito em verso, “*De aue Phoenice*”.

2.11 “SOBRE A MORTE DOS PERSEGUIDORES”

A obra “Sobre a Morte dos Perseguidores” (“*De Mortibus Persecutorum*”) foi composta entre os anos de 314-315 d. C. Lactâncio utilizou para a sua produção documentos oficiais, informações de primeira mão, sua experiência direta, pois foi contemporâneo de alguns acontecimentos que narra, como a perseguição aos cristãos de Diocleciano e a liberdade de culto atribuída a esse grupo religioso por Constantino. Isso faz dessa obra uma fonte histórica para a época da Tetrarquia e dos primeiros anos do governo de Constantino.

Lactâncio era cristão e defensor dos ideais senatoriais, aristocráticos. Com isso, sua interpretação dos acontecimentos é permeada por sua ideologia pró-cristã e senatorial e por seu entusiasmo em relação ao triunfo de Constantino e do cristianismo após anos de perseguição. Ramón Teja, responsável pela tradução e comentários de “Sobre a Morte dos Perseguidores”, salienta: “Lactancio, con su ideología cristiana y prosenatorial, no podía por menos que ver en Constantino un milagro del cielo” (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*, p. 36).

“Sobre a Morte dos Perseguidores” é composta por 52 capítulos. Os acontecimentos principais que encontramos nessa obra são os seguintes: a Introdução à obra é dedicada a Donato, que sofreu a perseguição de três governadores sucessivos da Bitínia, o prefeito do pretório Flaccino, Sosiano Hierocles e Prisciliano. O destino dos imperadores perseguidores dos cristãos, como Nero, Domiciano, Décio, Valeriano, Aureliano (capítulos II-VI). As ações de Diocleciano, Maximiano e Galério; o início da perseguição aos cristãos; a abdicação de Diocleciano e Maximiano; a nomeação dos novos Césares, Severo e Maximino Daia (capítulos VII-XIX). As ações de Galério como Augusto; a proclamação de Constantino como imperador, sucedendo seu pai Constâncio Cloro, que determinou a devolução da liberdade religiosa aos cristãos (capítulos XX-XXIV). O reconhecimento de Constantino como César por Galério; a proclamação de Maxêncio como imperador em Roma; a volta de Maximiano ao poder; a derrota e a morte de Severo; a intenção mal sucedida de Galério de restabelecer sua autoridade

na Itália; a tentativa fracassada de Maximiano contra Maxêncio; a proclamação de Licínio como Augusto; a retirada de Maximiano junto a Constantino na Gália e sua morte depois de duas tentativas fracassadas de acabar com a vida do imperador cristão (capítulos XXV-XXX). Maximiano foi o primeiro dos imperadores perseguidores dos cristãos a sofrer o castigo divino e morrer; Galério, instigador da “Grande Perseguição”, publica um Edito que concedia liberdade de culto aos cristãos e morre vítima de uma grave doença (capítulos XXXI-XXXV). Com a morte de Galério, Licínio e Maximino Daia disputam o poder no Oriente imperial romano, realizando um acordo de divisão territorial; Maximino reinicia a perseguição, mesmo com as ameaças de Constantino; Diocleciano morre e Maximino estabelece uma aliança com Maxêncio (capítulos XXXVI-XLIII). Constantino invade Roma, derrota Maxêncio e se alia a Licínio; Licínio e Maximino se enfrentam e o último é derrotado; Licínio publica no Oriente um Edito de liberdade religiosa aos cristãos; Maximino morre; Licínio mata os familiares dos tetrarcas sobreviventes, como Prisca, esposa de Diocleciano e Valéria, filha deste e esposa de Galério (capítulos XLIV-LI). A obra termina com um canto de louvor a Deus, pois este protegeu o povo e exterminou os inimigos do cristianismo (capítulo LII).

Para Ramón Teja, a tese da obra é a seguinte: “todos los emperadores perseguidores han sido malos emperadores, pues sólo un mal emperador puede perseguir la justicia, y todos padecieron una muerte miserable” (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*, p. 25).

Para confirmar sua tese, Lactâncio demonstra que todos os imperadores perseguidores dos cristãos, considerados maus governantes, sofreram uma morte rápida, violenta, miserável, que era decorrente de um castigo divino, como Nero, Domiciano, Severo, Décio, Valeriano, Aureliano, Diocleciano, Maximiano, Galério, Maximino Daia. Além disso, esses imperadores eram portadores de diversos vícios: cruéis, arbitrários, luxuriosos, extravagantes, inimigos dos cristãos, de toda a população, cujas disposições políticas, administrativas, econômicas, fiscais, eram reprováveis, pois acarretaram consequências ruins para o Império. E possuíam uma origem não nobre, costumes bárbaros e rústicos, desprezo pelos valores intelectuais, romanos, nobres, senatoriais.

Ao contrário, os imperadores que favoreceram os cristãos, Constantino e Licínio, não possuíam defeitos, mas eram bons imperadores, caracterizados por inúmeras qualidades. Por exemplo, o Senado concedeu o título de Augusto a

Constantino após a derrota de Maxêncio e a entrada do imperador cristão em Roma, o que se contrapõe à política de Diocleciano, que era desfavorável ao Senado. Esses bons imperadores, pró-senatoriais e cristãos, triunfam, são agraciados pelo Deus do cristianismo.

Nessa obra também há uma ênfase no que se consolidará a partir de Constantino: a associação do Estado imperial romano com o cristianismo. A Igreja cristã concede apoio moral e religioso para a política de Constantino. A Igreja também recebeu o apoio da política romana, pois esse imperador concede liberdade de culto e favorece a religião cristã, o que contribui para a expansão e consolidação da mesma.

Deste modo, “Sobre a Morte dos Perseguidores”, de Lactâncio, e a “História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesaréia, apresentam a seguinte tendência: a vitória de Constantino sobre seus inimigos, que eram imperadores pagãos e perseguidores dos cristãos, e do cristianismo sobre o paganismo.

2.12 EUSÉBIO DE CESARÉIA

Eusébio nasceu em Cesaréia, na Palestina, entre os anos de 260-265 d. C. Bispo erudito, tratou em suas obras de história, geografia, exegese, apologia, teologia, eloquência, as quais são relevantes para a compreensão do período inicial da Igreja Cristã.

Esse bispo cristão vivenciou os acontecimentos analisados nessa pesquisa, os quais aborda em suas obras: a “Grande Perseguição” aos cristãos empreendida pelo imperador Diocleciano e a benevolência de Constantino com o cristianismo.

Pânfilo, sábio e seguidor de Orígenes, erudito cristão, foi preso durante a perseguição de Diocleciano, em 15/11/307 d. C. Eusébio acompanha o amigo na prisão, na qual compuseram uma Apologia a Orígenes. Pânfilo é decapitado em 16/10/310 d. C. Após esse acontecimento, o bispo completa essa obra apologética e escreve uma biografia de seu amigo, em 311 d. C.

Em seguida, o bispo se refugiou em Tiro e no Egito, onde foi preso. Em 311 d. C., com a proclamação do Edito de Tolerância religiosa por Galério, retorna à Palestina e refuta as acusações de Hiérocles, governador da Bitínia, contra os cristãos. Nesse período finaliza a redação dos oito primeiros livros da “História Eclesiástica”, mas continua pesquisando e elaborando essa obra, além de outras.

Em um contexto caracterizado pela atitude benevolente de Constantino ao cristianismo, Eusébio tornou-se sacerdote e, em 311 d. C., bispo. Entre 315-316 d. C. participou da festa da dedicação da Igreja de Tiro, na qual pronunciou um panegírico.

Eusébio era simpatizante e partidário da doutrina de Ário, que é destituído de suas funções pelo Sínodo de Antioquia (323-324 d. C.). Devido a esse posicionamento, o bispo é excomungado por um Sínodo de Antioquia, em 324 d. C., mas é reabilitado no ano seguinte, participando do Concílio de Nicéia, que foi dirigido por Constantino. Esse imperador rejeita as ideias de Ário, o que leva Eusébio a aceitar a “consustancialidade ao Pai”. Porém, após esse Concílio, o bispo continua defendendo Ário, contra os defensores da “consustancialidade do Verbo com o Pai”. Também participou do Sínodo de Antioquia, em 331 d. C., do Sínodo de Tiro, em 335 d. C.

Em 335 d. C., Eusébio voltou a Jerusalém para a dedicação da Basílica do Santo Sepulcro. Em seguida, foi a Constantinopla participar dos trinta anos do governo de Constantino, no qual foi o orador a homenagear esse imperador. Eusébio escreveu “*Vita Constantini*”, mais um panegírico do que uma biografia, a pedido de Constantino, para rebater as acusações dos pagãos contra ele, obra que é terminada após a morte do imperador. Essas atitudes demonstram que Constantino estimava e favorecia o bispo, o qual era devoto desse governante e desenvolveu a ideia de imperador cristão. Assim, o bispo defendeu o cristianismo, que seria a religião verdadeira, pois resistiu às perseguições, e que foi favorecido por Constantino, que também venceu seus inimigos, unificando o Império Romano.

Eusébio de Cesaréia morreu, provavelmente em Cesaréia, em 30/05/339 d. C.

2.13 A PRODUÇÃO TEXTUAL DE EUSÉBIO DE CESARÉIA

Eusébio é conhecido como “Heródoto cristão”, “pai da história eclesiástica”, devido a suas obras históricas, mas pesquisou e redigiu diversos tipos de obras, tais como obras exegéticas, obras teológicas, obras apologéticas, discursos, cartas, obras históricas, as quais serão mencionadas a seguir.

Obras exegéticas: “*Onomasticon*”, cujo prefácio indica alguns escritos de Eusébio, hoje perdidos: interpretação dos termos etnológicos da Bíblia, topografia da

Judéia, planta de Jerusalém e do Templo; “Questões sobre o Evangelho e suas soluções”; “Tratado sobre a Páscoa”; “Os cânones evangélicos”; “Comentários dos salmos”; “Comentário sobre Isaías”; “Comentário sobre São Lucas”.

Obras teológicas: “*Contra Marcellum*”; “*De ecclesiastica theologia*”; “Sobre a teologia da Igreja”.

Obras apologéticas: “Introdução elementar geral” (composta de 10 livros, dos quais restam poucos sob o título de “Éclogas proféticas”); “Contra Porfírio”; “Teofania”; “Contra Hiérocles”; “Confutação e defesa”; “Apologia pró Orígenes”; “Preparação evangélica”; “Demonstração evangélica”.

Discursos: discurso pronunciado em Tiro, entre 314-325 d. C., devido à dedicação de uma Igreja; discurso que foi proferido em Constantinopla, em 335 d. C., em comemoração aos trinta anos de reinado de Constantino; discurso sobre o martírio pregado em Antioquia; discurso de Constantino à assembleia dos santos, “à Igreja de Deus”, presente na “*Vita Constantini*”, que é atribuído a Eusébio.

Cartas: carta dirigida a Carpiano, tratando de questões bíblicas e que é a introdução aos “Cânones evangélicos”; carta a Flacilo, bispo de Antioquia, em que refere sua polêmica com Marcelo de Ancira, que é a introdução ao “Tratado sobre a Teologia católica”; terceira carta à Igreja de Cesaréia, escrita após o Concílio de Nicéia, em que expõe sua atitude no concílio; carta endereçada a Constança, irmã de Constantino e viúva de Licínio, sobre a imagem de Cristo.

Obras históricas: “Crônica”; “*Vita Constantini*”, que não é uma biografia, mas um panegírico da vida do imperador, escrito após a morte do mesmo. Nessa obra Constantino é visto como o amigo de Deus, o modelo de cristão, o novo Moisés, sendo destacadas suas virtudes e ações e não seus aspectos negativos. No apêndice dessa obra, há uma “*oratio*” de sexta-feira santa “À assembleia dos santos” (*Ad coetum sanctorum*), que é uma apologia da religião cristã, demonstrando a divindade de Cristo, a quem Constantino atribui o mérito dos sucessos na guerra. Nos manuscritos da “*Vita Constantini*” há o “Louvor de Constantino” (*Laus Constantini*), sob cujo título estão reunidos dois escritos, o discurso oficial pronunciado por Eusébio devido ao 30º aniversário de Constantino, em 335 d. C., e o escrito que Eusébio apresentou ao imperador pela dedicação da Igreja do santo Sepulcro, em Jerusalém. O “Elogio de Constantino” é o panegírico que coroa os dois opúsculos (a *Laus Constantini* e o “Discurso” do imperador, a *Oratio ad coetum sanctorum*...);

Eusébio também produziu a “História Eclesiástica”, considerada uma obra histórica, o que evidenciaremos a seguir.

2.14 A “HISTÓRIA ECLESIASTICA”

A “História Eclesiástica” é importante para a compreensão da história dos primeiros séculos do cristianismo, da Igreja Cristã, e porque o autor utilizou, citou e preservou diversas fontes, tais como documentos oficiais, dos arquivos do Estado romano.

Essa obra é composta de dez livros que não foram produzidos de uma só vez: os sete primeiros livros já haviam sido publicados antes da “Grande Perseguição” aos cristãos empreendida por Diocleciano, em 303 d. C. Após, Eusébio produz os três últimos livros, nos quais aborda acontecimentos contemporâneos, como a perseguição de Diocleciano e a liberdade religiosa atribuída por Constantino.

Eusébio expõe o que objetiva em sua “História Eclesiástica”:

A sucessão dos santos Apóstolos, assim como o intervalo de tempo entre o Salvador e nós; a enumeração de tantos e tão importantes eventos no curso da História Eclesiástica; quantos nela mencionados presidiram e governaram com destaque as dioceses mais ilustres; em cada geração, quantos foram deputedos para ministrar a palavra divina oralmente ou por escrito; quantos e quando os que, arrastados a erros extremos pela atração de novidades, anunciaram e introduziram uma falsa ciência (1Tm 6,20), e semelhantes a lobos rapaces (At 20,29) cruelmente dizimaram o rebanho de Cristo.

Além disso, as tribulações sobrevindas a toda a nação judaica, logo após as insídias contra nosso Salvador; quantos, quais em que tempo os ataques dos pagãos contra a palavra divina; os grandes varões que, em várias épocas, por ela suportaram suplícios e combateram até o derramamento do sangue; sobretudo, e entre nós, os testemunhos prestados e a benevolência misericordiosa do Salvador para conosco – tudo isso julguei conveniente transmitir por escrito [...] (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. I, 1, 1-2).

E destaca sua metodologia: “[...] Colherei nesta espécie de Prado espiritual as passagens mais apropriadas dos autores antigos, tentando reuni-las organicamente numa descrição histórica [...]” (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. I, 1, 4).

Deste modo, a “História Eclesiástica” apresenta as etapas da Igreja cristã desde o nascimento de Cristo até a vitória de Constantino sobre os imperadores Maxêncio, em 312 d. C., e Licínio, em 324 d. C., o que representa o triunfo de Constantino e da Igreja cristã. Nesse ínterim aborda a sucessão dos bispos das

principais Igrejas, a dificuldade das mesmas durante o período das perseguições aos cristãos, o diálogo/enfrentamento verbal com os pagãos e judeus, o surgimento das heresias/heréticos.

Nessa fonte histórica obtemos informações das perseguições aos cristãos no contexto da Tetrarquia. Após o décimo livro dessa obra há um opúsculo sobre “Os mártires da Palestina”, escrito provavelmente em 313 d. C., em que o autor aborda as perseguições e execuções dos cristãos nas províncias do Oriente durante a perseguição de Diocleciano (302-305 d. C.), de Galério (306-311 d. C.), de Maximino (311-313 d. C.), dentre os quais podemos citar os presbíteros Pânfilo e Silvano, de Gaza.

Na obra também é ressaltada a vitória de Constantino sobre seus inimigos e do cristianismo sobre os pagãos, a qual possui um objetivo apologético: segundo Eusébio, a vitória do cristianismo sobre os adversários pagãos demonstra a legitimidade e o apoio divino a essa religião.

Constantino enfatiza uma nova política religiosa, que se inicia com o Edito de Tolerância de Galério, de 311 d. C., que finaliza as perseguições aos cristãos, concedendo liberdade de culto à Igreja oriental, autorizando a reconstrução dos lugares de reunião dos cristãos. Em 313 d. C., Constantino concede à Igreja privilégios políticos, sociais, econômicos, religiosos, legais, através do chamado “Edito de Milão”, como a liberdade de culto, a restituição dos bens confiscados, a construção de igrejas e basílicas, como a de São Pedro, em Roma.

Deste modo, a Igreja cristã triunfa e se associa à política imperial romana. Tanto Eusébio de Cesaréia, na “História Eclesiástica”, como Lactâncio, em “Sobre a Morte dos Perseguidores”, demonstram uma euforia com o novo status do cristianismo: o triunfo dessa religião, a associação da mesma com o Estado imperial romano, o aniquilamento dos imperadores pagãos.

3 AS REPRESENTAÇÕES DE DIOCLECIANO (284-305 D. C.) NA PRODUÇÃO TEXTUAL PAGÃ E CRISTÃ TARDO ANTIGA

Nesse terceiro capítulo evidenciaremos as perseguições aos cristãos no Império Romano, o contexto histórico de Diocleciano e as representações de Diocleciano na produção textual pagã tardo antiga (o “Breviário Desde a Fundação de Roma”, de Eutrópio; o “Livro dos Césares”, de Aurélio Vitor) e na produção textual cristã tardo antiga (“Sobre a Morte dos Perseguidores”, de Lactâncio; a “História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesaréia).

3.1 AS PERSEGUIÇÕES AOS CRISTÃOS NO IMPÉRIO ROMANO

Como Lactâncio e Eusébio de Cesaréia enfatizam que Diocleciano empreendeu a “Grande Perseguição” aos cristãos, é necessário tecermos algumas considerações sobre as perseguições aos cristãos no Império Romano, pois antes da “Grande Perseguição” empreendida por Diocleciano, outros imperadores romanos concederam atenção aos cristãos, perseguindo-os.

O cristianismo é uma religião proveniente do judaísmo, composta pelos seguidores de Jesus Cristo. Até o ano de 62 d. C., a relação entre os cristãos e o poder imperial romano era tolerável, o que se transforma a partir de 64 d. C., ano em que ocorre a perseguição aos cristãos pelo imperador Nero (54-68 d. C.). Com isso, no período entre a perseguição do imperador Nero, em 64 d. C., até o “Edito de Galério”, em 311 d. C., o cristianismo é perseguido: a religião cristã é considerada ilícita e alguns cristãos são denunciados, acusados, interrogados, torturados, condenados, presos, executados (DANIEL-ROPS, 1988; FREDRIKSEN, 2007; OTERO, 2000; SILVA, 2011).

As perseguições aos cristãos no Império Romano podem ser divididas em duas fases distintas. A primeira delas corresponde ao período que vai do ano 64 d. C. ao ano 192 d. C., e é local, aleatória, esporádica, espontânea e não sistemática, geral, nem premeditada. Outras características dessa fase são: o cristianismo é considerado um culto não permitido; a relação entre as comunidades cristãs, a população pagã e as autoridades imperiais romanas (governadores de província) é conflituosa, pois os cristãos são interrogados e obrigados a sacrificar e a desprezar Cristo; os magistrados romanos objetivam a manutenção da ordem e possuem

permissão imperial para o cumprimento dos processos contra os cristãos, abertos através de denúncias feitas por pagãos e cristãos divididos pelas heresias; há uma ambiguidade na aplicação de leis contra os cristãos e uma hesitação das autoridades em efetuar um processo jurídico sistemático (DANIEL-ROPS, 1988; FREDRIKSEN, 2007; OTERO, 2000; SILVA, 2011; SILVA, 2006). De acordo com Silva (2011):

[...] as ações persecutórias ocorridas neste período podem ser caracterizadas como assistemáticas, localizadas, mobilizadas pela população local ante problemas circunscritos – pestes, inundações, secas –, ou pela vontade pessoal de um imperador – como Nero (SILVA, 2011, p. 39).

Sobre essa primeira fase das perseguições aos cristãos, Daniel-Rops (1988) acrescenta:

Em consequência desta política, a perseguição assume características particulares em todo o século II. É local e esporádica; nunca geral ou premeditada pelas autoridades. Desencadeia-se por pressão das massas; onde estas se agitam e se revoltam, o poder as acompanha. E a sua feição dependerá, em grande medida, do funcionário que estiver representando a autoridade imperial em cada momento. Veremos magistrados que estenderão a mão aos culpados, contentando-se com que eles queimem o menor grão de incenso no altar dos ídolos para os porem em liberdade, mas encontraremos outros, terrivelmente zelosos, que levarão longe o interrogatório, o inquérito e a tortura. O equilíbrio entre o rigor dos princípios e a intenção moderadora dos imperadores dependerá, em última análise, do acaso e dos acontecimentos (p. 172).

Durante o governo do imperador Cláudio (54 d. C.) ocorre uma suposta expulsão dos cristãos de Roma por esse governante. Para Silva (2006), isso é uma extrapolação do texto de Suetônio (69-141 d. C.), “A Vida dos doze Césares” (121 d. C.), no qual esse autor afirma que o imperador teria banido da *Urbs* “judeus que se sublevavam incessantemente sob a instigação de certo *Chrestos*” (p. 245).

Porém, o primeiro episódio persecutório no Império Romano é protagonizado pelo imperador Nero (54-68 d. C.), em 64 d. C., após a ocorrência de um incêndio em Roma, que causou muitos mortos e desabrigados. Segundo Tácito (55-120 d. C.), em 57 d. C, Pompônia Grecina, aristocrata e talvez cristã, foi acusada de “superstição estrangeira”. Ainda de acordo com o autor, o imperador Nero foi suspeito de iniciar o incêndio e por isso os cristãos foram utilizados como bodes expiatórios, acusados do crime por serem detestados pelas suas infâmias e por nutrir ódio pelo gênero humano. Para Suetônio (70-130 d. C.), a motivação desse

acontecimento é religiosa (*superstitio nova*) (CHEVITARESE, 2006; SILVA, 2011).

Nero não objetivava realmente castigar os cristãos devido a algum crime cometido por eles, mas apaziguar a ira dos seus súditos apontando culpados para o incêndio em Roma. Esse episódio é relevante, pois cria um precedente que culminará na perseguição aos cristãos por outros imperadores romanos (CHEVITARESE, 2006; DANIEL-ROPS, 1988; FREDRIKSEN, 2007; OTERO, 2000; SILVA, 2011): “De 64 a 314, não se passará um único dia sem que pese sobre uma alma fiel a ameaça de um fim terrível; contar-se-ão aproximadamente tantos anos sangrentos como anos de calma espalhados no meio daqueles” (DANIEL-ROPS, 1988, p. 155).

Vespasiano (69-79 d. C.) e Tito (79-81 d. C.) conhecem cristãos na Judéia e concluem que esse grupo não seria perigoso politicamente ao Império. E na família Flávia havia cristãos, no ramo ligado a Flávio Sabino, irmão de Vespasiano (CHEVITARESE, 2006).

Domiciano (81-96 d. C.), entre 92 d. C. e 96 d. C., persegue os cristãos devido à acusação de ateísmo (*impietas*), recusa em adorar os deuses de Roma e o imperador, que exigia ser chamado de “*dominus et deus*” (CHEVITARESE, 2006; DANIEL-ROPS, 1988):

As perseguições desencadeadas por Domiciano contra os cristãos tiveram um significado de longo alcance no futuro desenvolvimento das relações entre Império romano e cristianismo, pelas seguintes razões: (a) as perseguições ajudaram a identificar o cristianismo, antes confundido como um ramo do judaísmo (...), gozando do estatuto de *religio licita*, como uma *superstitio illicita*, além de ser visto como uma forma de ateísmo (*impietas*) e de impiedade (*maiestas*). Com Domiciano, os cristãos passaram a ser vistos como uma religião transgressora; (b) as perseguições de Domiciano afetaram não apenas Roma, mas todo o Império; (c) a presença de importantes nomes de algumas das mais influentes famílias romanas aponta para a cristianização de segmentos do alto estrato social romano (CHEVITARESE, 2006, p.168-169).

Nessa primeira fase de perseguição aos cristãos, não há a promulgação de um edito geral contra esse grupo, mas os governadores de província consultam o imperador sobre o cristianismo, cuja resposta era o *rescriptum*, que tinha força de lei. Como exemplo disso, na carta de Plínio, o Moço ao imperador Trajano (98-117 d. C.), de 112 d. C., e na resposta do imperador Trajano a Plínio, o Moço, obtemos informações de outro episódio envolvendo as autoridades romanas e os cristãos (SILVA, 2006).

Plínio, o Moço, governante das províncias da Bitínia e do Ponto, na Ásia Menor, escreve uma carta ao imperador Trajano, na qual solicita instruções sobre como agir com os cristãos, que eram acusados de *impietas* (ateísmo), *superstitio illicita* e falta de reverência ao imperador, o que evidencia crimes nos âmbitos religioso e político. Trajano orienta que Plínio, o Moço deveria recusar denúncias anônimas e punir os cristãos convictos e as falsas acusações. Para que o acusado não fosse punido, o mesmo deveria sacrificar aos deuses de Roma (CHEVITARESE, 2006; DANIEL-ROPS, 1988; FREDRIKSEN, 2007; FUNARI, 2003; OTERO, 2000; SILVA, 2011; SILVA, 2006).

Esse rescrito de Trajano a Plínio, o Moço foi muito utilizado no século II d. C., pois orientou a atitude das autoridades romanas em relação às comunidades cristãs: não perseguir os cristãos, mas punir os que chegassem às autoridades. Por exemplo, o imperador Adriano (117-138 d. C.), aproximadamente em 125 d. C., em seu decreto ao procônsul da Ásia do ano 124-125 d. C., Minício (ou Minúcio) Fundano, ordena que os cristãos só poderiam ser perseguidos por crimes não religiosos e que os falsos acusadores deveriam ser punidos (CHEVITARESE, 2006; DANIEL-ROPS, 1988; OTERO, 2000).

Antonino Pio (138-161 d. C.), reverente aos deuses romanos, não empreende uma ação sistemática contra os cristãos, mas aplica a jurisprudência anticristã dos seus predecessores (CHEVITARESE, 2006; DANIEL-ROPS, 1988).

Marco Aurélio (161-180 d. C.), seguindo a jurisprudência de Trajano, persegue os cristãos, pois a população das províncias responsabiliza esse grupo religioso pelos problemas que afetam o Império Romano, já que o mesmo rejeita a religião tradicional romana. Por exemplo, em 177 d. C. há a execução dos “mártires de Lyon” pelo governante da Gália, Lugdunensis, que pune indivíduos que prejudicavam a paz com seus novos cultos (CHEVITARESE, 2006; DANIEL-ROPS, 1988; OTERO, 2000; SILVA, 2006).

No ano 190 d. C., sob o governo do imperador Cômodo (177-192 d. C.), o último imperador da dinastia dos Antoninos, os cristãos de Roma são perseguidos, mas Márcia, amante desse governante, intercede por esse grupo religioso. Durante essa dinastia, a perseguição anticristã objetiva a manutenção da ordem e não contrariar a opinião pública (CHEVITARESE, 2006; DANIEL-ROPS, 1988; OTERO, 2000).

Septímio Severo (193-211 d. C.) proíbe a conversão ao judaísmo e ao

cristianismo, o que provoca perseguições aos cristãos nas comunidades cristãs de Alexandria, África e Roma (OTERO, 2000; SILVA, 2011).

Júlia Maméia, mãe de Severo Alexandre (222-235 d. C.), aproximadamente em 230 d. C, ordena que enviados imperiais trouxessem até ela Orígenes, erudito cristão, para ouvir seus ensinamentos. E o autor cristão Sexto Júlio Africano (160-240 d. C.) dedica sua obra *Kestoi* a Severo Alexandre, que, segundo a História Augusta (IV d. C.), venerava em seu *lararium* também a imagem de Jesus Cristo (SILVA, 2006).

No governo do imperador Maximino (235-238 d. C.), as perseguições recomeçam em 235 d. C., já que esse governante expede decretos contra os chefes da Igreja de Roma, Palestina, Ásia Menor, e afasta da corte funcionários cristãos (OTERO, 2000).

A partir do século III d. C., ocorre a segunda fase das perseguições aos cristãos, que se inicia com as perseguições de Décio (249-251 d. C.) e Valeriano (253-260 d. C.) e prossegue até a “Grande Perseguição” de Diocleciano e de seus colegas tetrarcas (DANIEL-ROPS, 1988; FREDRIKSEN, 2007; OTERO, 2000; SILVA, 2011):

A partir de meados do século III, o poder imperial romano passou a capitanear as ações persecutórias, que podem, então, ser caracterizadas como sistemáticas, globais e mobilizadas por editos imperiais que buscavam legislar sobre uma unidade normativa de culto que tinha por objetivo manter a *pax deorum* (“paz dos deuses”) (SILVA, 2011, p. 40).

A primeira perseguição sistemática aos cristãos é empreendida pelo imperador Décio (249-251 d. C.), que decreta que todos os cidadãos do Império Romano deveriam sacrificar aos deuses tradicionais perante uma autoridade imperial, objetivando restaurar o *mos maiorum* (DANIEL-ROPS, 1988; FREDRIKSEN, 2007; SILVA, 2011; SILVA, 2006).

O imperador Valeriano (253-260 d. C.) promulga em 257 d. C. dois editos de perseguição contra o cristianismo, determinando que os membros do clero cristão sacrificassem aos deuses de Roma, sob pena de confisco, exílio, condenação às minas dos líderes cristãos e morte de libertos ou escravos cristãos (SILVA, 2011; SILVA, 2006).

Em 260 d. C., Valeriano é aprisionado e morto pelos persas sassânidas e Galieno (253-268 d. C.), seu filho e co-imperador, autoriza os líderes cristãos a

presidir celebrações religiosas e devolve os locais de culto e os bens às comunidades cristãs. Esse período de crise do poder imperial romano corresponde à “Pequena Paz da Igreja” (260-303 d. C.) no qual o cristianismo se expande e se fortalece (SILVA, 2011; SILVA, 2006).

Também há mártires sob os governos de Cláudio, o Gótico (268-270 d. C.) e de Aureliano (270-275 d. C.), mas devido a retaliações de autoridades provinciais e comunidades locais. Nesse momento as relações Império – Igreja Cristã também são institucionais, como atesta a Petição a Aureliano, solicitando que o imperador depusesse Paulo de Samóstata do episcopado de Antioquia, sob a acusação de heresia. Aureliano, que objetivava restaurar o mundo romano e a moral do Império, instituindo o culto do Sol, intencionava retomar a perseguição, mas foi assassinado antes (SILVA, 2006).

Após esse relato de alguns episódios persecutórios ocorridos contra os cristãos no Império Romano, podemos enfatizar algumas motivações que levaram as comunidades e as autoridades locais e os imperadores romanos a concederem atenção aos seguidores de Cristo, perseguindo-os¹¹.

O fenômeno histórico das perseguições aos cristãos empreendidas pelo imperador romano entre os séculos I-IV d. C. é marcado por abordagens historiográficas distintas e/ou divergentes, que partem do seguinte problema: “se a cultura religiosa romana possuía como ponto fundamental o seu caráter integrador [...] que permitia o aprofundamento dos processos de romanização, por que os primeiros cristãos foram perseguidos?” (SILVA, 2011, p. 29-30).

Como exemplo dessa historiografia que discute as perseguições aos cristãos no Império Romano, podemos citar os seguintes estudiosos: Geoffrey Ernest Maurice de Ste Croix (“¿Por que fueron perseguidos los primeros cristianos?” e “¿Por que fueron perseguidos los primeros cristianos? Una replica”), Adrian Nicholas Sherwin-White (“¿Por que fueron perseguidos los primeros cristianos? Una correccion”), Paul Veyne (“Culto, piedad y moral en el paganismo grecorromano”) e William Hugh Clifford Friend (“El fracaso de las persecuciones en el Imperio Romano”), cujas abordagens não são excludentes, mas complementares para a compreensão de algumas motivações das perseguições aos cristãos no Império

11 Diogo Pereira da Silva (“As perseguições aos cristãos no Império Romano (séc. I-IV): dois modelos de apreensão”) e Luis Alberto de Boni (“O estatuto jurídico das perseguições dos cristãos no Império Romano”) também evidenciam discussões historiográficas sobre as perseguições aos cristãos no Império Romano.

Romano.

De acordo com Geoffrey Ernest Maurice de Ste Croix, em “¿Por que fueron perseguidos los primeros cristianos?” e em “¿Por que fueron perseguidos los primeros cristianos? Una replica”, as perseguições aos cristãos no Império Romano ocorreram porque os cristãos não cultuavam os deuses de Roma, o que quebrava a *pax deorum* (“paz dos deuses”) e gerava um descontentamento popular contra esse grupo considerado perigoso e sedicioso (STE CROIX, 1981).

Os cristãos esbarraram em dois importantes problemas político-religiosos, que opunham o cristianismo ao Império Romano: não cultuavam os deuses romanos e o imperador, o que representava uma ameaça à segurança, à ordem do Estado e reforçava o ódio da população pagã contra esse grupo religioso. Sobre a recusa dos cristãos em cultuar os deuses de Roma:

Nunca como antes tiveram as gentes razões para crer que os deuses haviam retirado sua proteção ao Império, os quais durante tanto tempo haviam salvaguardado com tanto amor, e qual podia ser a causa de sua cólera senão o abandono cada vez maior em que havia caído a fé dos maiores, as falsas doutrinas daqueles “ateus” que recusavam a luz e aborreciam a humanidade (FRIEDLAENDER, 1984, p. 1101).

Os cristãos também recusavam-se a praticar o culto ao imperador. A partir do Principado, Augusto (27 a. C.-14 d. C.), o primeiro dos *princeps*, assim como seus sucessores até o século IV d. C., se tornou membro de todos os colégios sacerdotais, um *pontifex maximus*, obtendo a aquisição do ofício sacerdotal e das iniciativas religiosas (BELTRÃO, 2006; OTERO, 2000): “[...] uma vez que o detentor do poder religioso é o mesmo indivíduo que mantém o controle político do novo regime do Império, rapidamente ele se tornou o “cabeça” da religião do Estado e suas ações cada vez mais refletem essa posição” (BELTRÃO, 2006, p. 147).

Outra inovação desse contexto foi o culto ao imperador, santificado após sua morte, o que provoca conflitos com judeus e cristãos. A recusa em adorar o imperador como um deus correspondia ao crime de lesa majestade, isto é, um crime político contra o Estado (BELTRÃO, 2006; OTERO, 2000).

A situação dos cristãos se agravava devido à opinião pública hostil em relação a sua religião. Sobre a motivação da primeira perseguição aos cristãos, a do imperador Nero, vimos Tácito ressaltar que os cristãos eram “pessoas odiadas pelas suas infâmias”, odiadores do gênero humano. Com isso, serão atribuídas aos

cristãos falsas acusações de crimes, calúnias e zombarias, tais como canibalismo, orgias coletivas, incesto, bruxaria, incêndios, que desencadearão a hostilidade e as perseguições contra eles (DANIEL-ROPS, 1988; DELUMEAU, 2000; SILVA, 2006).

Além disso, a opinião pública utilizará os cristãos como bodes expiatórios: em um determinado contexto de crise, os cristãos serão culpados pela mesma. Tertuliano (160-220 d. C.), em sua “Apologética” (197 d. C.), demonstra essa tendência: “Se o Tibre chega às muralhas, se o Nilo não se eleva até os campos, se o céu não provê chuva, se há terremotos, se há fome ou peste, imediatamente grita-se, 'Os cristãos ao leão'. Tantos para um?” (DANIEL-ROPS, 1988, p. 167; SILVA, 2011, p. 35).

Para Adrian Nicholas Sherwin-White, em “¿Por que fueron perseguidos los primeros cristianos? Una correccion”, as perseguições aos cristãos no Império Romano se baseavam na *contumacia*, isto é, na obstinação dos cristãos em não cometer apostasia nem sacrificar aos deuses e ao imperador, o que desafiava o poder das autoridades (SHERWIN-WHITE, 1981).

Segundo Paul Veyne, em “Culto, piedad y moral en el paganismo grecorromano”, as perseguições aos cristãos no Império Romano foram motivadas pela rejeição a um grupo híbrido, impuro, ambíguo, inclassificável, anormal, não conhecido, que contrariava o *mos maiorum* (“o costume dos ancestrais”) e a unidade religiosa e moral da coletividade (VEYNE, 2009).

William Hugh Clifford Frend, em “El fracaso de las persecuciones en el Imperio Romano”, aponta algumas causas do fracasso das perseguições aos cristãos no Império Romano, dentre as quais citaremos a seguinte: nos três grandes territórios do Império, isto é, Anatólia, Egito e o Norte da África, a segunda metade do século III presenciou a conversão ao cristianismo de um grande número de populações rurais, pois essa religião deu norte a uma massa de descontentes com a situação social, política e econômica (FRIEND, 1981).

Portanto, para os romanos o culto aos deuses e ao imperador era o que possibilitava a paz no Império Romano em momentos, como no século III d. C., de crise e transformação política, econômica, social, militar, cultural, de instabilidade e fragilidade do poder imperial, de conflitos internos e externos. Com isso, a população local, as autoridades governamentais, os imperadores, perseguem os cristãos, um grupo diferente, que cultuava um único deus e que possuía ritos religiosos e formas de culto diferentes, rejeitando e se chocando com a religião tradicional romana.

Assim, esses indivíduos se transformam nos principais inimigos internos do Império, já que rompiam a manutenção da *pax deorum*, do *mos maiorum*, isto é, colocavam em risco a relação do Império com os deuses, a manutenção de um Império seguro, ordenado e feliz.

3.2 O CONTEXTO HISTÓRICO DE DIOCLECIANO (284-305 d. C.)

Para analisarmos a relação do imperador Diocleciano com o cristianismo, é necessário compreendermos o contexto histórico no qual esse político romano encontra-se inserido, pois sua atitude para com os cristãos está associada a um período precedente de crise no Império Romano denominado pela historiografia como “Anarquia Militar”, “Crise do Terceiro Século”, “Período dos Imperadores Soldados” (235-284 d. C.), e às tentativas de reestruturação desse sistema político em crise (GONÇALVES, 2006).

O último imperador da dinastia dos Antoninos (96-192 d. C.), Cômodo (181 d. C.-192 d. C.), é assassinado a mando do Prefeito do Pretório, Leto, em 192 d. C., assim como seu sucessor, Públio Hélio Pertinax (193 d. C.). Isso provoca outra crise sucessória no Império Romano. Como podemos depreender desses acontecimentos, a Guarda Pretoriana adquire relevância política durante a dinastia dos Antoninos:

De defensores da pessoa do Imperador, os membros da Guarda foram assumindo inúmeras outras funções, como a defesa do Palácio e da família do Príncipe, até chegarem a ponto de se sentirem os responsáveis pela proteção do cargo imperial e pela indicação dos soberanos (GONÇALVES, 2006, p. 176).

Após Pertinax, Dídio Juliano (193 d. C.) é indicado pelo Senado, mas não recebe o apoio das tropas estacionadas nas fronteiras. As legiões da Panônia aclamam Septímio Severo (193-211 d. C.); as da Síria, Pescênio Nigro; as da Bretanha, Clódio Albino. Em 193 d. C., Septímio Severo entra em Roma, fomenta a morte de Dídio Juliano, reforma a Guarda Pretoriana, vence Pescênio Nigro e Clódio Albino e indica seus filhos Caracala (198-217 d. C.) e Geta (209-211 d. C.) como seus sucessores imperiais. Assim, inicia-se a dinastia dos Severos (193-217 d. C.), considerados os responsáveis pelas crises no Império, entre os séculos II e III d. C. (GONÇALVES, 2006).

Septímio Severo morreu de doença em 211 d. C., na cidade de York, enquanto lutava contra invasores na Bretanha. De acordo com Dion Cássio, o último conselho de Septímio Severo a seus filhos e herdeiros, Caracala e Geta, foi o seguinte: “Permaneçam unidos, enriqueçam os soldados e não se preocupem com os demais” (GONÇALVES, 2006, p. 180).

Após a morte de Septímio Severo, ascendem ao poder seus dois filhos Caracala e Geta. Este último é eliminado pelos centuriões sob a ordem de Caracala, que por sua vez é assassinado por comandados de seu Prefeito do Pretório, Opélio Macrino, em 217 d. C. (GONÇALVES, 2006).

As legiões do Oriente buscam eleger como imperador Advento, Prefeito do Pretório, que declina do convite. Então elegem Macrino (217-218 d. C.), outro Prefeito do Pretório, que não é aceito pela aristocracia e pelas legiões do Ocidente. Macrino e seu filho Diadumeniano (217-218 d. C.) são mortos na Bitínia pelos soldados que antes haviam legitimado seu governo. Em 218 d. C., Heliogábalo (218-222 d. C.) é apresentado às tropas como sucessor dos Severos e como filho de Caracala, porém, é eliminado em 222 d. C. pelos Pretorianos (GONÇALVES, 2006).

O cargo imperial é entregue pelos Pretorianos a Severo Alexandre (222-235 d. C.), que é assassinado a mando de um soldado trácio, Maximino (235-238 d. C.). O Senado reage a seu governo e sustenta a insurreição do procônsul da província da África, Gordiano I (238 d. C.), que assume a púrpura imperial com o seu filho, Gordiano II (238 d. C.) (GONÇALVES, 2006; SILVA, 2006).

Com isso, há o início de uma guerra civil, marcada por conflitos internos e externos: num período de cinquenta anos, mais de vinte imperadores se sucedem, reinando muitas vezes simultaneamente, o que indica o colapso da autoridade imperial romana. No Ocidente, há a organização de um reino independente formado pelas Gálias, Bretanha e norte da Península Ibérica, o Império das Gálias (260-274 d. C.), tendo como titulares Póstumo (260-268 d. C.), Vitorino (268-270 d. C.) e Tétrico (270-274 d. C.). No Oriente, Zenóbia, rainha do Império de Palmira (261-271 d. C.), se lança sobre o Egito e a Ásia Menor. Também há oposição na Mesopotâmia com a Pérsia Sassânida (GONÇALVES, 2006; SILVA, 2006).

Deste modo, há o início de um período denominado como “Anarquia Militar”, “Crise do Terceiro Século”, “Período dos Imperadores Soldados”, o qual será finalizado com a ascensão de Diocleciano ao poder (GONÇALVES, 2006).

Enquanto Maximino lutava contra invasores, Gordiano I e seu filho, Gordiano

II, são proclamados imperadores, mas acabam mortos pelas legiões imperiais, em 238 d. C. O Senado indica os senadores Pupieno (238 d. C.) e Balbino (238 d. C.) como imperadores, mas soldados provinciais matam Pupieno, Balbino e Maximino. Gordiano III (238-244 d. C.), neto de Gordiano I, com 13 anos e sob a tutela do Prefeito do Pretório Timesiteu, é aclamado imperador, mas é morto pelos soldados. Após Gordiano III, Filipe, o Árabe (244-249 d. C.), é aclamado imperador e acaba assassinado pelas legiões (GONÇALVES, 2006).

O imperador romano seguinte é Décio (249-251 d. C.), comandante do exército do Danúbio, proclamado imperador por suas tropas e que morre, assim como seu filho Herênio, em combate contra os Godos. Décio realiza uma perseguição contra os cristãos que, por não cultuarem os deuses pagãos e o imperador, são responsabilizados pelos problemas enfrentados pelos romanos. Isso demonstra uma transformação na relação Império Romano – cristianismo, pois nos primeiros anos da Anarquia Militar não há uma atitude hostil do poder imperial para com os cristãos. Por exemplo, para Eusébio de Cesaréia, o intelectual cristão Orígenes trocava correspondências com Filipe, o Árabe e sua esposa Otacília Severa (GONÇALVES, 2006; SILVA, 2006).

Treboniano Galo e Volusiano (251-253 d. C.) sucedem Décio. Batalham contra Godos, Francos, Alamanos e morrem em combate. Emílio Emiliano mantém-se no poder por apenas alguns meses do ano de 253 d. C. e também morre em combate. É sucedido por Valeriano (253-260 d. C.), que é capturado, escravizado e assassinado pelos persas. Seu filho Galieno (260-268 d. C.) o sucede e é morto por suas legiões. Cláudio, o Gótico (268-270 d. C.) ascende ao poder, mas morre em combate contra os Godos. Aureliano (270-275 d. C.) é o próximo imperador, luta contra Alamanos, Marcomanos, Vândalos, Godos e morre em combate (GONÇALVES, 2006).

Tácito (275-276 d. C.), Probo (276-282 d. C.) e Caro (282-283 d. C.) são imperadores que se sucedem e que morrem em combate. Os filhos de Caro, Carino (283 d. C.) e Numeriano (284-285 d. C.) adquirem o título imperial, mas são assassinados por suas legiões (GONÇALVES, 2006).

Portanto, os termos “Anarquia Militar”, “Crise do Terceiro Século”, “Período dos Imperadores Soldados”, mostram a situação do Império Romano: povos “bárbaros” ameaçavam as fronteiras imperiais; bons generais eram necessários para resolver essa situação; esses generais eram aclamados imperadores pelas legiões

nas fronteiras para substituir os governantes mortos em batalha contra os invasores. Com isso, no período da “Anarquia Militar” há a sucessão de vários governantes imperiais que:

[...] a) eram aclamados pelos legionários estacionados nas fronteiras, na procura por bons generais capazes de rechaçar as invasões e proteger os limites do Império; b) ficaram pouco tempo no governo; c) acabaram morrendo pelas mãos dos invasores ou por revoltas dentro das tropas insatisfeitas com suas estratégias de combate; d) raramente conseguiam indicar seus sucessores; e) dificilmente tinham tempo de imputar uma característica própria ao seu governo, que não fosse a mera necessidade de defender as fronteiras. Deste modo, o nome de Anarquia se deve ao tempo curto de governo dos imperadores deste período, e o adjetivo militar vem da necessidade de todos demonstrarem serem bons combatentes e de terem sido escolhidos pelos legionários (GONÇALVES, 2006, p. 186).

Enfim, o imperador que sucede Numeriano é Diocleciano, proclamado imperador pelas legiões, em um momento de superação da “Anarquia Militar” devido às medidas governamentais empreendidas por Aureliano, Probo e Caro. Esse imperador desenvolverá reformas político-administrativas, legislativas, militares, sociais, econômicas, fiscais, monetárias, buscando o reequilíbrio, a restauração, a unidade do Estado romano e evitar os problemas característicos da “Anarquia Militar”, tais como os evidenciados a seguir (GONÇALVES, 2006; MENDES; SILVA, 2006):

A crise política se expressava pela intervenção constante das legiões da fronteira, pelas lutas civis e pela impossibilidade de se organizar novas dinastias no poder, visto que não se conseguiu implementar uma política sucessória coerente. Um imperador legítimo nada mais era que um usurpador vitorioso. A crise militar também era profunda, pois havia invasores atacando em várias frentes, tanto no Ocidente quanto no Oriente. E os ataques eram contínuos e fortes, como nunca haviam sido anteriormente. Também se percebia uma crise econômica, refletida nos gastos continuados com o exército, com a corte e com a burocracia, que crescia com a ausência do imperador em Roma, empenhado em estar nas várias frentes de batalha nas fronteiras. Além disso, há muito que as pilhagens eram executadas pelos invasores em direção aos territórios romanos, e não mais dos romanos em territórios invadidos. Os escravos rarearam e se tornavam caros, o que impulsionou a implantação do sistema do colonato, como forma de garantir mão-de-obra para as *villae* e para os *latifundia*. A pirataria no Mar do Norte aumentava, e o banditismo chegava a altas taxas. As cidades se esvaziavam, com os aristocratas fugindo da cobrança de impostos e da ameaça de invasões (GONÇALVES, 2006, p.187-188).

Uma das medidas empreendidas por Diocleciano para combater problemas políticos, administrativos, militares, é a instauração da Tetrarquia, um sistema de governo que dividia o poder entre quatro governantes e que se baseava em três princípios: “a hierarquia fixada pela antiguidade no cargo; a cooptação entre os Césares no reconhecimento da preeminência dos Augustos e os vínculos familiares de adoção e casamento” (MENDES; SILVA, 2006, p. 200).

Assim, em 286 d. C., Diocleciano nomeia Maximiano (286-305 d. C.) como César e depois como Augusto. Após, proclama Galério (305-311 d. C.) como César. Já Maximiano nomeia Constâncio Cloro (305-306 d. C.) como César. No ápice desse sistema político imperial estava Diocleciano como *Augustus senior*, dito *Iovius*, descendente de Júpiter; Maximiano era auxiliar de Diocleciano, dito *Herculius*. Em seguida, estavam os Césares, Galério e Constâncio Cloro. Cada um desses governantes ficou com uma parcela do Império Romano para defender e administrar: Diocleciano governaria o Oriente e o Egito; Galério, a Grécia e as províncias do Danúbio; Maximiano, a Itália e a África; Constâncio Cloro, as províncias ocidentais e os Alpes Gálicos (MENDES; SILVA, 2006).

Diocleciano dizia-se *Iovius* e Maximiano, *Herculius*. Isso é uma associação mítico-religiosa, o que enfatizava a *auctoritas* de Diocleciano, o *Augustus senior*, sobre os outros governantes:

Ao intitular-se *Iovius*, Diocleciano passava a representar a sagacidade, o domínio e a soberania. Maximiano, como *Herculius*, representava a força e a execução. Já os Césares eram considerados *fili Augustorum*. Os Augustos, portanto, se encontravam em um patamar mais elevado, encarregados de traçar a política imperial a ser executada pelos Césares (MENDES; SILVA, 2006, p. 199-200).

Uma prática sagrada que envolvia o *dominus* era a cerimônia *adoratio purpuræ*, o ato de ajoelhar-se e beijar a barra do manto do imperador, que é mencionada pela primeira vez por Amiano Marcelino (330-391 d. C.) (MENDES; SILVA, 2006; SILVA, 2006).

Diocleciano enfrenta em seu governo problemas políticos, econômicos, militares, internos, externos. Para solucioná-los e para consolidar seu poder, realiza diversas reformas. Nesse contexto, o cristianismo se apresenta para Diocleciano e para os outros tetrarcas como o último obstáculo à reestruturação imperial, o que motiva o empreendimento da “Grande Perseguição” contra os cristãos, considerados transgressores, ateus, ímpios, pois se recusavam a cultuar os deuses de Roma e o

imperador como um deus, o que quebrava a *pax deorum*, a “paz dos deuses”, que não protegiam mais o Império Romano¹².

De acordo com Paul Veyne, em “Culto, piedad y moral en el paganismo grecorromano”, Diocleciano buscou estabelecer a pureza moral no Império Romano para que os deuses fossem indulgentes com Roma, os quais veriam que os súditos do imperador levam uma vida piedosa, devota, tranquila e pura (VEYNE, 2009).

Contudo, alguns estudiosos tecem outras interpretações sobre a “Grande Perseguição” contra os cristãos empreendida por Diocleciano e pelos outros tetrarcas.

Para Moses I. Finley, em “El emperador Diocleciano”, que utiliza Lactâncio e Eusébio de Cesaréia em sua argumentação, não havia nenhum motivo político ou social para que Diocleciano perseguisse os cristãos:

Otro fracaso fue la persecución de los cristianos. Aquí no parece que subyaciera ningún problema político, como fue el caso en anteriores persecuciones. Los cristianos desempeñaban cargos públicos, eran tan leales (o tan indiferentes) al Estado como cualquier otro grupo, y no existía una gran demanda popular que exigiese su persecución, como por ejemplo hacerlos cabeza de turco por la peste o el hambre; dicho en pocas palabras: no existía ninguna razón social o política visible de acuerdo con la que Diocleciano, ya casi al final de su mandato, de pronto tratase de acabar con aquella religión. ¿Por qué fue así? Lactancio nos lo narra con cierto detalle. Un día, relata, cuando Diocleciano estaba celebrando un sacrificio, sucedió que algunos de los cristianos presentes hicieron la señal de la cruz, con lo que expulsaron a los demonios y estropearon los ritos paganos. Diocleciano entró en cólera y azuzado por su César, el semibárbaro Galerio, promulgó el primero de una serie de edictos que fueron el origen de la “Gran Persecución”. El resto de la narración de Lactancio es complicada, pero está claro que, en su opinión, el principal responsable era Galerio y no Diocleciano, y que la motivación estaba en la piedad de los paganos, conjuntada con la ira de un autócrata al ser escarnecido: nada más sutil ni complejo que esto. No veo razón alguna para dudar de esta exposición, que procede de una fuente tan hostil al emperador y que está corroborada por el otro único testigo importante de aquel tiempo, o sea, por Eusebio el obispo de Cesarea (FINLEY, 1975, p.194).

Segundo Tim Cornell e John Matthews, em “Roma: Legado de um império”, o

12 Essa explicação para a “Grande Perseguição” contra os cristãos empreendida por Diocleciano e pelos outros tetrarcas é baseada em alguns autores: Ana Teresa Marques Gonçalves (“Os Severos e a Anarquia Militar”), Diogo Pereira da Silva (“As perseguições aos cristãos no Império Romano (séc. I-IV): dois modelos de apreensão”), Douglas Raphael Machado Gobato e Renata Lopes Biazotto Venturini (“*De Mortibus Persecutorum* de Lactâncio e a perseguição de Diocleciano aos cristãos no século IV d. C.”), Gilvan Ventura da Silva (“A relação Estado/Igreja no Império Romano: séculos III e IV”), Gilvan Ventura da Silva e Norma Musco Mendes (“Diocleciano e Constantino: A construção do *Dominato*”) e Julio Cesar Magalhães de Oliveira (“A perseguição de Diocleciano na África e os autos da repressão à Igreja de Cirta: os *Acta Munatii Felicis*”).

período do reinado de Diocleciano em que teve início a “Grande Perseguição” contra os cristãos não foi, de um ponto de vista político ou militar, crítico ou inseguro. A força motivadora foi o colega de Diocleciano, Galério, que tinha um ódio ao cristianismo e impôs essa atitude ao *Augustus senior*, o que é afirmado em algumas fontes cristãs contemporâneas. A perseguição geral foi motivada pelo fracasso de um sacrifício em Nicomédia, quando um funcionário imperial ali presente foi visto a persignar-se para evitar a poluição pelos ritos (CORNELL; MATTHEWS, 1996).

Outras informações sobre a “Grande Perseguição” contra os cristãos empreendida por Diocleciano e pelos outros tetrarcas serão apresentadas posteriormente.

3.3 AS REPRESENTAÇÕES DE DIOCLECIANO (284-305 d. C.) NA PRODUÇÃO TEXTUAL PAGÃ E CRISTÃ TARDO ANTIGA

Diocleciano é representado de um modo negativo na produção textual pagã tardo antiga (o “Livro dos Césares”, de Aurélio Vitor; o “Breviário Desde a Fundação de Roma”, de Eutrópio) que utilizaremos nesse capítulo. Aurélio Vitor (o “Livro dos Césares”) e Eutrópio (o “Breviário Desde a Fundação de Roma”) criticam esse imperador porque ele permitiu que o proclamassem deus e o adorassem em público.

O paganismo tradicional romano incorporou o culto ao imperador, o qual tinha dois referenciais: o culto aos deuses e os funerais dos nobres romanos. Os imperadores romanos eram divinizados após a sua morte, de acordo com o modelo mítico de Rômulo e de Hércules e o exemplo de Júlio César. Os imperadores não recebiam honras divinas durante a sua vida, havendo apenas o culto a sua pessoa nas províncias governadas por dinastias helenísticas, tais como os Selêucidas, da Síria, e os Lágidas, do Egito, nas quais os soberanos eram considerados seres divinos. As tentativas de introduzir o culto ao imperador vivo em Roma durante o Alto Império fracassaram, mas o imperador vivo foi se cercando de um aparato cerimonial que o separava da elite romana e o aproximava dos deuses durante o Baixo Império: Aureliano (proclamou-se *deus et dominus natus* em suas emissões monetárias), Diocleciano (intitulou-se *deus et dominus*, proclamou-se *Iovius* e introduziu na corte o rito da *adoratio purpurae*, o que vimos anteriormente) e Maximiano (proclamou-se *Herculius*, o que também já vimos) são alguns exemplos desse fenômeno histórico (BELTRÃO, 2006; PINTO, 1997; SILVA, 2006; SILVA;

MENDES, 2006).

Alguns membros da elite romana tinham dificuldades de aceitar que se tratasse um homem como um deus. Por exemplo, Sêneca, em sua sátira, a “Apocoloquintose do Divino Cláudio”, escrita no início do reinado de Nero, ridiculariza a figura do imperador Cláudio, mostrando-o indigno da *apotheosis* (transformação em deus). Aurélio Vitor, no “Livro dos Césares”, afirma que Diocleciano foi o primeiro imperador, depois de Calígula e de Domiciano, a vestir-se como um *dominus*, a permitir que o proclamassem deus e o adorassem em público. Para esse autor:

Pero cuando se descubrió el crimen a causa del olor del cuerpo en descomposición, por decisión de los generales y de los tribunales, se eligió a Valerio Diocleciano debido a su sabiduría. Él mandaba las tropas de la guardia y fue un gran hombre, a pesar de que tenía las siguientes costumbres: fue el primero que deseó vestidos recamados de oro y el brillo de la seda, de la púrpura y de las piedras preciosas para su calzado. Y aunque estas cosas son propias más bien de un espíritu lleno de orgullo y desmesurado que de un ciudadano, sin embargo son poco en comparación con las demás. Pues fue el primero de todos después de Calígula y de Domitiano que permitió ser llamado «señor» públicamente, ser adorado y ser invocado como un dios. Por estos hechos, en la medida en que puedo juzgar, he descubierto en que los más humildes, especialmente cuando llegan a los altos cargos, no tienen medida en su soberbia y ambición. Por ello Mario, en tiempo de nuestros padres, y éste en nuestra época pasaron los límites comunes, puesto que un espíritu que no ha disfrutado del poder es insaciable, como el de un hombre que ha salido de la abstinencia. Por esto me asombra que la mayoría acuse de soberbia a la nobleza, la cual, recordando sus orígenes patricios, tiene algún derecho a sobresalir un poco como compensación de las molestias con las que es abrumada. Pero estas faltas en Valerio fueron borradas por otras buenas cualidades; por esto mismo, porque se dejaba llamar señor, actuó como un padre y es bien sabido que este sabio varón quiso demostrar que la crueldad de los hechos era más perjudicial que la de las palabras [...] Pues cuando supo, después de la muerte de Carino, que en la Galia Heliano y Amando, después de haber reunido un grupo de campesinos y ladrones, a los que los indígenas llaman bagaudas, y de devastar extensos campos, atacaban la mayoría de las ciudades, inmediatamente nombra emperador a Maximiano, un amigo leal, aunque poco civilizado, y buen soldado, sin embargo, y de buen carácter. A él, por su devoción a esta divinidad, se le dio el sobrenombre de Herculio, como a Valerio se le había dado el de Jovio; éste fue también el origen del nombre impuesto a unas tropas auxiliares que sobresalieron especialmente en el ejército (Aurelio Víctor. *Libro de los Césares*. 39).

Essa informação também é apresentada por Eutrópio no “Breviário Desde a Fundação de Roma”:

Diocleciano fue de natural astuto, sagaz y de muy sutil talento, y que quería satisfacer su propia severidad a costa del odio ajeno. Sin embargo, fue un emperador muy diligente y hábil y el primero que introdujo en el Imperio Romano una práctica más propia de la realeza que de la libertad romana, pues ordenó que debían postrarse ante él todos cuando le saludaran. Vistió ropas y calzado adornados con piedras preciosas, cuando antes la insignia del emperador era sólo la clámide de púrpura mientras que en el resto no había atributos especiales (Eutropio. *Breviario*. IX 26).

Diocleciano envejeció, como un ciudadano común, en una villa que no está lejos de Salonas, mostrando una inusitada rectitud, pues desde el inicio del Imperio Romano fue el único de todos los emperadores que se retiró voluntariamente desde tan alta cumbre a la ciudadanía y a la vida privada. Así pues, le tocó en suerte lo que a ninguno, desde que nacieron los hombres: el ser deificado a pesar de haber muerto como un simple ciudadano (Eutropio. *Breviario*. IX 28).

Entretanto, a maioria da população do Império Romano aceitava que o imperador pudesse ser tratado como um deus.

Diocleciano também é representado de um modo negativo na produção textual cristã tardo antiga (a “História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesaréia; “Sobre a Morte dos Perseguidores”, de Lactâncio) que utilizaremos nesse capítulo. Eusébio de Cesaréia (a “História Eclesiástica”) e Lactâncio (“Sobre a Morte dos Perseguidores”) criticam esse imperador porque ele empreende a “Grande Perseguição” contra os cristãos.

De acordo com Eusébio de Cesaréia, em sua “História Eclesiástica”, o período anterior à “Grande Perseguição” empreendida por Diocleciano é favorável aos cristãos, pois esse grupo religioso vivia em paz, era respeitado pelas autoridades romanas e não era obrigado a realizar os sacrifícios da religião pagã:

Ultrapassa nossas forças expressar de modo adequado a grandeza e a qualidade do respeito e da liberdade de que, antes da perseguição contemporânea, usufruía a pregação da religião do Deus do universo, anunciada por Cristo a todos os homens, gregos e bárbaros, a fim de ser vivida.

Comprova-o a benevolência dos príncipes para com os nossos. Chegavam a confiar-lhes o governo de províncias e livrá-los da angústia ocasionada pela obrigação de sacrificar, pois sentiam grande simpatia por nossa religião (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 1, 1-2).

Para o bispo cristão, a concessão dessa liberdade ao cristianismo proporcionou a expansão dessa religião a membros da corte imperial e aos príncipes, entre fins do século III d. C. e o início do século IV d. C. Por exemplo, segundo Lactâncio, em “Sobre a morte dos perseguidores”, a esposa de

Diocleciano, Prisca, e sua filha, Valéria, teriam adotado essa religião, embora provavelmente tenham sido apenas catecúmenas. Eusébio de Cesaréia aborda essa ascensão social do cristianismo no seguinte trecho de sua “História Eclesiástica”:

Que dizer dos que residiam na corte imperial e dos próprios príncipes? Eles permitiam aos familiares, às esposas, aos filhos, aos servos agir em sua presença com liberdade relativamente à religião, por palavras e obras, sendo-lhes de certo modo lícito gloriar-se do livre exercício da fé. Consideravam-nos mais dignos de favor que seus companheiros de serviço (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 1, 3).

Os cristãos seriam acolhidos pelos funcionários locais, pelos procuradores e governadores, e poderiam realizar suas reuniões, que demandavam a construção de muitas igrejas no fim do século III d. C.:

Notava-se também o acolhimento que recebiam os chefes de cada Igreja da parte de todos os procuradores e governadores. Como ainda descrever as inúmeras assembleias e a multidão das reuniões em cada cidade e os notáveis concursos de povo nas casas de oração? Por este motivo, não bastavam mais as construções antigas, e em cada cidade, elevavam-se espaçosas e amplas igrejas (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 1, 5).

Todavia, como vimos anteriormente, o período que antecede Diocleciano não é tão favorável aos cristãos. Embora desde Valeriano, que empreende perseguições contra os cristãos em 257-258 d. C., a Igreja não sofresse nenhuma outra perseguição sistemática, o bispo cristão exagera em sua argumentação, já que os imperadores romanos e a maioria da população eram pagãos.

De acordo com Eusébio de Cesaréia, a causa da “Grande Perseguição” de Diocleciano foi o desregramento da conduta cristã. Os cristãos viviam em conflito, o que provoca uma punição do Deus dos seguidores de Jesus Cristo e a consequente perseguição desse grupo religioso:

Mas, a inteira liberdade degenerou em relaxamento e descuido. Nós nos invejávamos, injuriávamos mutuamente, e quando havia oportunidade, pouco faltava para que nos combatêssemos com as armas, ou com as lanças das palavras; os chefes em desavença com os chefes, o povo contra o povo. A maldita hipocrisia e a dissimulação haviam atingido o mais alto grau de malícia. Então, como habitualmente, o juízo de Deus, que governava com suavidade e medida, era protelado (ainda se reuniam as assembleias). Foi entre os irmãos que pertenciam ao exército que começou a perseguição. Com certa insensibilidade, descuidávamos de tornar a divindade propícia em nosso favor. Agíamos como ateus, julgando não constituírem nossos

interesses objeto de licitude e vigilância divina e acumulávamos as maldades, umas sobre as outras. Os pretensos pastores, desdenhando as normas da piedade, lançavam-nos apaixonadamente em muitas contendas; nada mais faziam que entregar-se a disputas, ameaças, invejas, inimizades e ódios recíprocos; ambicionavam ardorosamente o poder, qual tirania. “O Senhor, em sua ira, escureceu a filha de Sião! Do céu, precipitou sobre a terra a glória de Israel! No dia de sua ira esqueceu-se do estrado de seus pés. O Senhor afogou todas as belezas de Israel e demoliu todas as fortalezas” (Lm 2, 1-2) (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 1, 7-8).

Para o bispo cristão, a perseguição começou no exército e muitos soldados sofreram as consequências por não renunciarem sua fé em Jesus Cristo, tais como as seguintes: o rebaixamento de categoria, a exclusão do exército, que começou de modo esporádico por volta de 295 d. C., a morte. Em Tebessa, o cristão Maximiliano recusou-se a incorporar-se às tropas e foi morto. Em Tigi, o centurião Marcelo abandonou as armas, pois sua religião proibia sacrificar aos deuses e aos imperadores, e foi executado; Cassiano, que se posicionou contra esse acontecimento, também foi morto:

Com efeito, muito recentemente quem havia recebido o poder (...) como se acordasse de profundo sono, após o intervalo decorrido desde Décio e Valeriano, empreendeu a luta contra as igrejas, secreta e ocultamente. Não começou de uma vez a luta contra nós, mas concentrou os esforços apenas contra os que estavam nos acampamentos, pois julgava que, se previamente vencesse no combate contra eles, captaria facilmente os outros. Viu-se grande número dos componentes das fileiras do exército abraçarem voluntariamente a vida privada a fim de não se tornarem apóstatas da religião do Criador do universo (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 4, 2).

Nesta ocasião, sucedeu raramente que, um ou outro dentre os fiéis teve de pagar sua piedosa resistência não somente com a perda de sua posição, mas com a morte. Quem dirigia o processo, agia precavidamente. Não ousava avançar até a efusão do sangue senão relativamente a poucos, temendo talvez a multidão dos fiéis e recuando, receoso de excitar de uma só vez a guerra contra todos (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 4, 4).

Segundo Lactâncio, as perseguições contra os cristãos empreendidas por Diocleciano foram motivadas pela maldade e pelo caráter supersticioso desse governante. Os cristãos se recusavam a praticar os cultos pagãos tradicionais, o que caracterizava um comportamento subversivo e perigoso para a ordem do Estado romano: “Algunos, llevados de su odio personal contra los cristianos, opinaron que éstos debían ser eliminados en cuanto enemigos de los dioses y de los cultos públicos” (Lactancio. Sobre la muerte de los perseguidores. 11, 6). Lactâncio

acrescenta outras informações sobre esse assunto:

Se encontraba a la sazón en Oriente, y Como, por Ser timorato, era alicionado a escudriñar el futuro, se entregaba a sacrificar animales para descubrir el porvenir en sus vísceras. Con tal motivo, algunos de los ministros del culto que creían en el Señor se santiguaron en la frente con el signo inmortal, mientras le asistían en el sacrificio. Hecho esto, los demonios se pusieron en fuga y los sacrificios se vieron perturbados. Comenzaron a temblar los arúspices, pues no veían en las vísceras las señales de costumbre y repetían una y otra vez los sacrificios, como si éstos hubiesen sido vanos. Mas las víctimas sacrificadas, una y otra vez, no daban resultado alguno. Entonces el maestro de los arúspices, Sages bien por haberlo sospechado, bien por haberlo observado, declaró que la causa de que los sacrificios no diesen resultado era que personas profanas participaban en las ceremonias divinas. Entonces, furiosa, ordenó que sacrificasen no sólo los ministros del culto, sino también todos los que se encontraban en palacio y, caso de que se negasen, que fuesen obligados a ello a fuerza de azotes. Asimismo dio órdenes escritas a los jefes de las unidades militares para que se obligase también a los soldados a realizar los sacrificios nefandos, so pena de que quienes no obedeciesen fuesen expulsados del ejército (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 10, 1-6).

Contudo, de acordo com Lactânncio, Diocleciano se opunha ao martírio cristão, pois esse ato perturbaria a paz imperial e porque os cristãos consideravam que a morte era um ato de fé em Jesus Cristo. Para esse imperador, portanto, seria suficiente apenas a proibição do cristianismo entre os funcionários do palácio e entre os soldados:

Así pues, durante todo el invierno ambos emperadores tuvieron reuniones a las que nadie era admitido y en las que todos creían que se trataban asuntos del más alto interés público la. El anciano se opuso a su apasionamiento tratando de hacerle ver lo pernicioso que sería turbar la paz de la tierra mediante el derramamiento de la sangre de muchas personas. Insistía en que los cristianos acostumbren a morir con gusto y que era suficiente con prohibir la práctica de esta religión a los funcionarios de palacio y a los soldados (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 11, 3).

Diocleciano decretou quatro editos gerais e sistemáticos de perseguição. O primeiro edito foi promulgado em Nicomédia, em 25/02/303 d. C., o qual estabeleceu o confisco de Escrituras e de obras cristãs e a prisão dos cristãos que não cumprissem essa ordem. Algumas consequências desse edito para os cristãos foram as seguintes: a destruição de suas igrejas e a incineração de suas Escrituras, a destituição de seus cargos e de suas dignidades oficiais, a privação de seus

privilégios, o confisco de seus bens¹³, a proibição de suas alegações em juízo, a prisão de libertos e de escravos (MAGALHÃES DE OLIVEIRA, 2010; SILVA, 2011; SILVA, 2006).

Em relação ao início dessa perseguição contra os cristãos, Eusébio de Cesaréia atém-se à Palestina, onde o primeiro edito chegou no fim de março, próximo à festa da Páscoa, o que também é evidenciado por Lactâncio. Para o bispo cristão, esse primeiro edito determinou o fechamento e a destruição de igrejas, a incineração de suas Escrituras, a cassação de funções, a prisão e o suplício dos membros das comunidades cristãs:

Todas essas coisas, efetivamente, se realizaram em nossa época, quando vimos com nossos próprios olhos as casas de oração completamente arrasadas, de alto a baixo, as Escrituras divinas e sagradas entregues ao fogo no meio de praças públicas, os pastores das igrejas dissimulando-se vergonhosamente aqui e ali ou capturados ignominiosamente e insultados pelos inimigos [...] (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 2, 1).

No décimo nono ano do reinado de Diocleciano, no mês de Distros (que os romanos denominam março), na proximidade da festa da Paixão do Salvador, por toda a parte foram afixados os editos imperiais que ordenavam arrasar as igrejas até os alicerces e jogar as Escrituras ao fogo. Proclamavam cassados os que estavam em função e privados da liberdade os que se achavam a serviço de particulares, se permanecessem fiéis a sua profissão de cristãos (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 2, 4).

Lactâncio também tece considerações sobre o início das perseguições contra os cristãos sob Diocleciano. Segundo esse autor, essa perseguição foi inesperada, ocasionando uma situação desfavorável aos integrantes das comunidades cristãs: a pilhagem e a destruição de suas igrejas, a incineração de suas Escrituras, a perda de suas honras e de suas dignidades, o sofrimento de ações judiciais, a impossibilidade de defesa de alguns possíveis crimes:

Al amanecer de este día – ejercían, a la sazón, el consulado ambos ancianos, el uno por octava vez, el otro por séptima vez –, cuando la luz era

13 O autor Julio Cesar Magalhães de Oliveira, em “A perseguição de Diocleciano na África e os autos da repressão à Igreja de Cirta: os *Acta Munatii Felicis*”, apresenta uma nova tradução precedida de um comentário histórico dos *Acta Munatii Felicis*, autos da busca e do confisco dos bens da Igreja de Cirta, no Norte da África, em cumprimento ao primeiro edito da perseguição de Diocleciano. De acordo com esse documento, alguns bens eclesiásticos confiscados foram os seguintes: “dois cálices de ouro; seis cálices de prata; seis jarrinhos de prata; uma panelinha de prata; sete lamparinas de prata; dois porta-velas; sete suportes pequenos de bronze com suas lamparinas; também onze lamparinas de bronze com suas correntes; 82 túnicas femininas; 38 véus; 16 túnicas masculinas; 13 pares de sandálias masculinas; 47 pares de sandálias femininas; 19 capas rústicas” (MAGALHÃES DE OLIVEIRA, 2010, p. 29).

aún tenue se presentó de improviso en la iglesia el prefecto acompañado de los jefes y tribunos militares y de los funcionarios del fisco. Arrancan las puertas y busca la imagen de Dios; descubren y queman las Escrituras; se les permite a todos hacer botín; hay pillajes, agitación, carreras (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 12, 2).

Al día siguiente se publicó un Edicto en el que se estipulaba que las personas que profesasen esta religión fuesen privadas de todo honor y de toda dignidad y que fuesen sometidas a tormento, cualquiera que fuese su condición y categoría; que fuese lícita cualquier acción judicial contra ellos, al tiempo que ellos no podrían querellarse por injurias, adulterio o robo; en una palabra, se les privaba de la libertad y de la palabra (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 13, 1).

Os três editos de perseguição seguintes, os quais foram promulgados por Diocleciano até 304 d. C., estabeleceram medidas mais duras contra os cristãos, tais como as seguintes: a prisão dos líderes eclesiásticos, a obrigação de sacrificar aos deuses pagãos primeiramente para os clérigos e posteriormente para todos os cristãos, a execução dos cristãos que descumprissem essa norma (MAGALHÃES DE OLIVEIRA, 2010; SILVA, 2011; SILVA, 2006):

Tal foi o primeiro edito contra nós; pouco tempo depois, apareceram outros editos, ordenando primeiro que se pusessem no cárcere por toda a parte os chefes das Igrejas; logo em seguida, que se utilizassem todos os meios para forçá-los a sacrificar (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 2, 5).

O segundo e o terceiro editos de perseguição contra os cristãos foram promulgados por Diocleciano no segundo semestre de 303 d. C. De acordo com Eusébio de Cesaréia, esses editos determinavam que os prisioneiros sacrificassem, ato este que concederia a liberdade aos mesmos, os quais sofreriam os suplícios caso os sacrifícios não fossem realizados:

Os primeiros editos foram novamente seguidos de outros, segundo os quais os prisioneiros que sacrificassem recuperariam a liberdade, enquanto os que resistissem seriam atormentados por inúmeros suplícios. Como, desta vez ainda, seria possível enumerar a multidão dos mártires de cada província e sobretudo da África, Mauritânia, Tebaida e Egito? Neste último país, certo número já havia emigrado para outras cidades ou províncias, onde se distinguiram pelo martírio (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 6,10).

O segundo edito de perseguição estabelecia a prisão dos bispos, diáconos e clérigos. Nesse momento esses líderes da Igreja Cristã são presos e obrigados a sacrificar, além de ocorrer o confisco de bens eclesiásticos, a destruição de textos

bíblicos e de igrejas, a proibição de reuniões para a realização de cultos religiosos (MAGALHÃES DE OLIVEIRA, 2010; SILVA, 2011; SILVA, 2006). Isso ocorre em um momento em que a Igreja Cristã já havia se expandido e se consolidado no território imperial romano:

Os cristãos se tornaram as principais vítimas dessa nova política em decorrência de sua própria organização. À diferença dos grupos esparsos, autônomos e heterogêneos dos primeiros tempos, as comunidades cristãs do século III haviam ganhado visibilidade, tornando-se cada vez mais uniformes e hierarquizadas, unidas em torno de suas lideranças episcopais. De Décio a Diocleciano, os imperadores buscaram obter a conformidade de seus súditos cristãos atacando precisamente essa estrutura organizacional (MAGALHÃES DE OLIVEIRA, 2010, p. 21).

O terceiro edito de perseguição promulgado por Diocleciano determinava a liberdade aos cristãos somente após a realização de sacrifícios (MAGALHÃES DE OLIVEIRA, 2010; SILVA, 2011; SILVA, 2006). Eusébio de Cesaréia relata o que ocorreu após a promulgação desse edito, isto é, entre 7 de junho e 17 de novembro de 303 d. C.: os chefes das igrejas são presos, sofrem vários castigos e são mortos em nome de sua fé em Jesus Cristo. Porém, há cristãos que fraquejam perante a possibilidade de punição e de martírio:

Então, número enorme de chefes das Igrejas suportaram corajosamente terríveis sofrimentos e ofereceram o espetáculo de grandes combates. Muitíssimos, contudo, entorpecidos pela pusilanimidade, fraquejaram prontamente ao primeiro embate. Dos primeiros, cada qual suportou determinado gênero de suplício. Um teve o corpo ferido pelos flagelos, outro foi atormentado pelas torturas intoleráveis do cavalete e das unhas de ferro, sob as quais alguns logo chegaram a miserável termo de vida (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 3,1).

O quarto edito de perseguição foi promulgado por Diocleciano em 304 d. C. Nesse ano, em decorrência de um incêndio no palácio de Nicomédia, a perseguição contra os cristãos torna-se mais violenta e sistemática. Para Eusébio de Cesaréia, recaíram sobre os cristãos as suspeitas de que eles fossem os responsáveis por esse incêndio, o que ocasiona a prisão dos chefes das igrejas, a punição e a morte para muitos cristãos. Esse acontecimento é retratado nos seguintes trechos de sua “História Eclesiástica”:

Nesta ocasião, Antimo, então a frente da Igreja de Nicomédia, teve a cabeça cortada por causa do testemunho prestado a Cristo. A este uniu-se incontável multidão de mártires, em consequência de um incêndio que, não se sabe como, propagou-se naqueles dias no palácio imperial de Nicomédia. Por falsa suspeita, espalhou-se a fama de que havia sido ateadado pelos nossos e então globalmente, sem distinção, por ordem imperial, dentre os cristãos do lugar, uns foram degolados pela espada, outros mortos pelo fogo. Conta-se que, levados por inenarrável zelo divino, homens e mulheres se lançaram nas chamas. Os carrascos amarraram muitos outros em barcos e os precipitaram no fundo do mar (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 6, 6).

Pouco tempo depois, alguns habitantes da região chamada Metilene e outras ainda Síria havendo tentado apossar-se do império, veio uma ordem imperial de lançar os chefes das igrejas em prisão e cadeias por toda a parte.

O espetáculo do que sucedeu nessas circunstâncias supera toda narrativa. Em toda parte, inumerável multidão era aprisionada e em geral os cárceres, outrora preparados para assassinos e violadores de túmulos, estavam cheios de bispos, presbíteros, diáconos, leitores e exorcistas, de sorte a não restar mais lugar para os condenados por seus crimes (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 6, 8-9).

Segundo Lactâncio, Galério, um indivíduo cruel, teria iniciado o incêndio no palácio imperial para culpar os cristãos e para convencer Diocleciano a promulgar o quarto edito de perseguição contra os praticantes do cristianismo:

Pero el César, no satisfecho con las disposiciones del Edicto, se dispone a ejercer outra presión sobre Diocleciano. A fin de empujarle a aceptar su proyecto de una persecución sangrienta, puso fuego al palacio imperial por medio de agentes secretos. Al incendiarse una parte de éste, los cristianos comenzaron a ser acusados como enemigos públicos y, al tiempo que ardía el palacio, se encendió un enorme odio contra el nombre cristiano: se decía que, en connivencia con los eunucos, habían tramado eliminar a los príncipes y que ambos emperadores habían estado a punto de perecer abrasados vivos en su propia casa (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 14, 2).

O quarto edito imperial de perseguição contra os cristãos promulgado por Diocleciano em 304 d. C. estabelecia o sacrifício obrigatório e a morte para os indivíduos que não obedecessem a essa ordem imperial (MAGALHÃES DE OLIVEIRA, 2010; SILVA, 2011; SILVA, 2006). O bispo cristão trata desse quarto edito em outra passagem de sua “História Eclesiástica”:

Deste modo, pois, ao lhes ser ordenado escolher, ou serem libertados depois de tocarem o ímpio sacrifício e assim obterem a maldita liberdade, ou, se não sacrificassem, recebiam a sentença capital, sem hesitação e alegremente, caminhavam para a morte [...] (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 10,10).

De acordo com os autores modernos que evidenciamos anteriormente, o Império Romano enfrentava crises, que, para os pagãos, inclusive para Diocleciano, eram decorrentes do rompimento da “paz dos deuses”, o que teria motivado essa perseguição contra os cristãos, pois esses indivíduos não sacrificavam às divindades e ao imperador. Contudo, segundo Eusébio de Cesaréia, o Império era próspero e o governo dos imperadores era duradouro no período em que os cristãos não eram perseguidos. Porém, essa perseguição provoca a crise no Império, a qual seria um castigo do Deus dos cristãos:

Antes da guerra contra nós e durante todo o tempo em que as disposições dos príncipes a nosso respeito eram amigáveis e pacíficas, qual a afluência de bens que mereceu o império romano, de que prosperidade usufruiu? Que palavras bastariam para narrá-lo? Celebraram os soberanos imperadores do universo o décimo e o vigésimo ano de reinado, em meio a festas, jogos públicos, banquetes suntuosos, festins realizados em paz completa e duradoura.

Assim crescia-lhe o poder sem obstáculos e diariamente grandemente progredia, quando, de repente, eles romperam a paz conosco e declararam-nos guerra implacável. O segundo ano desta agitação ainda não terminara, quando tal alteração revolucionou o império inteiro e transtornou os negócios públicos (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 13,9-10).

De acordo com Eusébio de Cesaréia, a consequência dessa perseguição contra os cristãos para Diocleciano é, assim como para os outros imperadores perseguidores, um fim terrível: uma infausta moléstia, a loucura, uma vida privada e particular, a divisão do Império que governava:

Com efeito, infausta moléstia atingiu o primeiro dos príncipes mencionados, e em consequência disto sua inteligência soçobrou na loucura, de sorte que, juntamente com o que ocupava o segundo lugar, voltou à vida privada e particular. Ainda não terminara a questão, e o império foi dividido em dois, coisa que, de maneira imemorial, jamais se produzira (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 13,11).

O detentor do primeiro lugar em precedência e honra, definhou com fraqueza corporal longa e cheia de achaques. O segundo perdeu a vida estrangulado. Segundo um prognóstico do demônio, isto sofreu, em consequência dos numerosos crimes que ousara cometer (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, Apêndice, 3).

Lactâncio, assim como Eusébio de Cesaréia, constrói uma imagem negativa dos imperadores perseguidores, como, por exemplo, a de Diocleciano: “Diocleciano, que fue un inventor de crímenes y un maquinador de maldades, al tiempo que arruinaba todas las demás cosas, tampoco pudo abstenerse de levantar sus manos

contra Dios. Con su avaricia y su timidez alteró la faz de la tierra” (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 7, 2). Além disso, também para Lactânio, Diocleciano tem uma má morte, em decorrência dos sofrimentos provenientes de uma doença:

Después de haber perpetrado este crimen, Diocleciano, a quien la felicidad le había vuelto ya la espalda, se dirigió de inmediato a Roma para celebrar allí sus Vicennales que iban a ser el 20 de noviembre. Un vez celebradas éstas, al no poder soporiar la libertad de palabra del pueblo romano, incapaz de dominarse y con el ánimo abatido, abandonó la ciudad en vísperas del primero de enero, fecha en la que se le debía conferir su noveno consulado. No pudo aguantar trece días más, con lo que hubiera iniciado el consulado en Roma y no en Rávena. Además, como inició la marcha en lo más crudo del invierno, se vio afectado por el frío y las lluvias, por lo que contrajo una enfermedad leve, aunque crónica, y hubo de hacer gran parte del trayecto, en medio de grandes achaques, transportado en litera. Después de pasar de este modo todo el verano, llegó a Nicomedia, tras dar un rodeo siguiendo la ribera del Danubio, al tiempo que la enfermedad se iba agravando. Pese a que era consciente de ello, quiso que lo llevaran hasta la ciudad con el fin de poder inaugurar, en el primer aniversario de las Vicennales, el circo que había construido. Posteriormente enfermó hasta tal punto, que se debieron elevar preces por su salud a todos los dioses. Por último, hacia el 15 de diciembre, en palacio todo fueron llantos, tristeza y lágrimas de los funcionarios; se expandió por toda la ciudad el temor y el silencio. Se le consideraba ya, no sólo muerto, sino incluso enterrado, cuando de súbito, al día siguiente, de madrugada, corre el rumor de que vivía aún y los rostros de la servidumbre y de los funcionarios se inundan de alegría. No faltaron quienes sospechaban que se ocultaba su muerte para dar tiempo a que llegase el César, con la finalidad de evitar una revuelta de los soldados. Esta sospecha alcanzó tal arraigo, que nadie creía que estaba aún con vida, hasta que el primero de marzo apareció en público, pero con un aspecto apenas reconocible, como consecuencia de haber pasado casi todo un año enfermo. Esta persona, que el 15 de diciembre había dormido el sueño de la muerte, había recuperado la vida, pero no del todo. Adquirió un trastorno mental que hacía que en ciertos momentos delirase, mientras que en otros recuperaba el juicio (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 17, 1-9).

Edward Gibbon, historiador do final do século XVIII, em sua obra “Declínio e queda do Império Romano” (1989), tece uma argumentação que se contrapõe ao que é enfatizado por esses autores cristãos: “[...] o reinado de Diocleciano foi o mais brilhante do que o de qualquer de seus predecessores” (p. 139). Esse autor complementa a sua argumentação com o seguinte trecho:

São raros os espíritos exercitados no trato dos assuntos do mundo que desenvolvem o hábito de conversar consigo mesmos [...] As distrações das letras e da devoção, que oferecem tanto consolo na solidão, não conseguiam prender a atenção de Diocleciano; todavia, ele havia conservado, ou pelo menos logo o recobrou, o gosto pelos prazeres mais inocentes e mais naturais, e suas horas de lazer eram satisfatoriamente empregadas em construção, plantio e jardinagem (p. 160).

Portanto, ao contrário da imagem negativa construída pelos autores antigos Aurélio Vitor, Eutrópio, Eusébio de Cesaréia e Lactâncio, autores modernos e contemporâneos destacam, positivamente, as importantes reformas no Império Romano que Diocleciano empreendeu em um contexto de superação da “Anarquia Militar”.

4 AS REPRESENTAÇÕES DE CONSTANTINO (307-337 D. C.) NA PRODUÇÃO TEXTUAL PAGÃ E CRISTÃ TARDO ANTIGA

Nesse quarto capítulo ressaltaremos o contexto histórico de Constantino e as representações de Constantino na produção textual pagã tardo antiga (o “Panegírico de Constantino”, de um orador anônimo; a “Nova História”, de Zózimo) e na produção textual cristã tardo antiga (“Sobre a Morte dos Perseguidores”, de Lactâncio; a “História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesaréia).

4.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DE CONSTANTINO (307-337 d. C.)

Como vimos anteriormente, o Augusto Diocleciano nomeia Maximiano (286-305 d. C.) como César e depois como Augusto. Em seguida, proclama Galério (305-311 d. C.) como César. Já Maximiano nomeia Constâncio Cloro (305-306 d. C.) como César. Diocleciano e Galério governariam a parte oriental do Império Romano, enquanto Maximiano e Constâncio Cloro, a ocidental (CARLAN, 2009; CARLAN, 2010; CARLAN, 2013).

De acordo com esse sistema político da Tetrarquia, os dois Augustos governariam durante vinte anos: após esse período os Augustos abdicariam, os Césares tornariam-se Augustos e escolheriam novos Césares. Com isso, Diocleciano e Maximiano abdicam em 01/05/305 d. C. Galério e Constâncio Cloro tornam-se Augustos. Galério escolhe Maximino Daia (305-312 d. C.) como César e Constâncio Cloro, Severo (306-307 d. C.) (CARLAN, 2009; CARLAN, 2010; CARLAN, 2013).

Entretanto, Constantino, filho de Constâncio Cloro, Maxêncio (306-312 d. C.), filho de Maximiano, e o próprio Maximiano, obrigado a abdicar junto com

Diocleciano, não aceitam essa sucessão imperial (CARLAN, 2009; CARLAN, 2010; CARLAN, 2013).

Constâncio Cloro morre em York, na Bretanha, em 25/07/306 d. C., e Constantino é aclamado imperador pelas tropas de seu pai, mas o Augusto Galério o reconhece apenas como César e proclama Severo, o César de Constâncio Cloro, como Augusto. Nesse período, Maxêncio é aclamado imperador em Roma. Maximiano também objetivava o título imperial e proclama-se imperador na Gália (CARLAN, 2009; CARLAN, 2010; CARLAN, 2013).

Em 307 d. C., Severo pretendia reprimir Maxêncio e Maximiano, mas é abandonado por suas tropas e executado. Galério nomeia Licínio (308-324 d. C.) como Augusto no Ocidente. Maximiano e Constantino se unem através do casamento de Constantino com Fausta, filha de Maximiano (CARLAN, 2009; CARLAN, 2010; CARLAN, 2013).

No ano de 310 d. C., Maximino Daia se proclama Augusto. Maximiano rompe a aliança e se levanta contra Constantino, mas é derrotado e condenado ao suicídio voluntário (CARLAN, 2009; CARLAN, 2010; CARLAN, 2013).

Em 311 d. C., ocorre a morte do imperador Galério. Com isso, Licínio e Maximino Daia configuram uma aliança e governam a parte oriental do Império Romano (CARLAN, 2009; CARLAN, 2010; CARLAN, 2013).

No ano de 312 d. C., Constantino empreende uma guerra contra Maxêncio, que é derrotado na Batalha da Ponte Mílvia, e torna-se o único soberano da parcela ocidental do Império Romano (CARLAN, 2009; CARLAN, 2010; CARLAN, 2013).

Em 313 d. C., Licínio rompe a aliança com Maximino Daia, que é derrotado, tornando-se o único imperador do Oriente e aliado de Constantino (CARLAN, 2009; CARLAN, 2010; CARLAN, 2013).

Constantino e Licínio rompem essa aliança em 314 d. C. Licínio é derrotado definitivamente em 324 d. C., tornando-se Constantino o único imperador do Império Romano (CARLAN, 2009; CARLAN, 2010; CARLAN, 2013).

Após esse relato do contexto histórico do imperador Constantino, abordaremos qual foi a relação dos imperadores romanos com o cristianismo durante esse período.

A efetividade da “Grande Perseguição” aos cristãos empreendida pelo imperador *senior* Diocleciano variou de acordo com o tetrarca. No Oriente, governado por Diocleciano, Galério e Maximino Daia, a aplicação da legislação

anticristã (obrigação dos sacrifícios aos deuses de Roma; proibição do culto cristão) é mais efetiva, havendo um grande número de martírios (cristãos que morreram defendendo sua fé), confessores (cristãos perseguidos, mas que sobreviveram), *lapsi* (cristãos que abjuraram a fé cristã), *traditores* (cristãos acusados de entregar as Escrituras e objetos litúrgicos às autoridades imperiais) (SILVA, 2006; SILVA, 2011).

No Ocidente, a “Grande Perseguição” é menos efetiva, pois a renúncia de Maximiano, a usurpação de Maxêncio, a postura benevolente de Constâncio Cloro e a ascensão de Constantino após a morte de seu pai, favorecem os cristãos (SILVA, 2006; SILVA, 2011).

Em 30/04/311 d. C., Galério, o Augusto *senior*, enfermo e pressionado por Constantino e Licínio, proclama o Edito de Tolerância, que admitia o fracasso da perseguição aos cristãos, concedia liberdade de culto a esse grupo religioso e solicitava que o mesmo rezasse ao seu Deus pela saúde do imperador, que veio a morrer pouco tempo depois, e pelo Império. Esse Edito encerra oficialmente a “Grande Perseguição”, porém Maximino Daia enfatiza a legislação anticristã no Oriente, o que se contrapõe às atitudes de Constantino e de Licínio. Em 13 de junho de 313 d. C., os imperadores Constantino e Licínio promulgam o Edito de Milão, assegurando a liberdade de culto para os cristãos em todo o território do Império Romano (SILVA, 2006; SILVA, 2011).

Portanto, Constantino ascende ao poder em 306 d. C. como imperador da Bretanha, das Gálias e da Espanha. Esse governante, assim como seu pai, Constâncio Cloro, e seus filhos, Constantino II (337-340 d. C.), Constâncio II (337-361 d. C.) e Constante I (337-350 d. C.), não cumpre as determinações contra os cristãos, mas inicia uma relação benevolente com os mesmos: ordena o fim das perseguições aos cristãos em seu território; torna o cristianismo um culto isento de perseguições (medida nomeada por Tertuliano como a transformação da fé cristã em *religio licita*¹⁴); estreita as relações entre o Império Romano e o cristianismo;

14 O conceito de *religio licita* é empregado por alguns autores, tais como André Leonardo Chevitarese (2006) e Diogo Pereira da Silva (2011), para a compreensão da mudança na relação entre o Estado romano e o cristianismo: de religião ilícita e perseguida, o cristianismo, sob Constantino, torna-se lícita, defendida e favorecida. Porém, esse termo é criticado por Paula Fredriksen (2007). Para Fredriksen (2007), não há registro de leis que tornam uma religião ilegal juridicamente no Império Romano e não há menções a esse conceito em outra fonte antiga além da “Apologia” do autor cristão Tertuliano (160 d. C. - 220 d. C.). Fredriksen (2007) também refuta

concede privilégios à Igreja Cristã; interfere na resolução dos conflitos das comunidades cristãs, pois os mesmos seriam prejudiciais à unidade da Igreja e à segurança do Império Romano (SILVA, 2006; SILVA, 2011). Assim, “Em 313, o cristianismo de religião ilícita e perseguida tornou-se uma religião lícita e, a partir de Constantino, favorecida pelos imperadores romanos” (SILVA, 2011, p. 39).

A relação do imperador Constantino com o cristianismo é alvo de diferentes análises historiográficas:

Ora visto como um político astuto que se utilizou do Cristianismo para fortalecer seu poder político, ora visto como um imperador com preocupações místicas, que encontrou na mensagem cristã o sentido de missão para sua vida, Constantino se tornou um objeto privilegiado para os estudiosos do Baixo Império romano, ou da Antiguidade Tardia (SILVA, 2010, p. 32).

Uma primeira vertente historiográfica considerou o imperador Constantino como um político realista, negando a sinceridade da conversão desse governante, pois ele teria aceitado o cristianismo por motivação política. De acordo com o historiador suíço Jacob Burckhardt, Constantino usou o cristianismo como um instrumento político para assegurar e manter o poder. O historiador belga Henri Grégoire, em 1930, também rejeitou a autenticidade da conversão de Constantino ao cristianismo (SILVA, 2010).

Para Pedro Paulo Abreu Funari (2004), a suposta conversão de Constantino ao cristianismo teria motivações políticas. No contexto desse imperador, o cristianismo havia se expandido, se consolidado e adquirido importância social e política. Por isso, uma boa estratégia política não seria a oposição a esse grupo religioso, mas a associação ao mesmo: como benfeitor e protetor dessa religião, Constantino aumentaria suas bases de apoio. Isso configura uma nova relação entre o Império Romano e o cristianismo: de religião perseguida, o cristianismo torna-se a religião do imperador romano:

Assim o imperador Constantino concedeu aos cristãos, por meio do chamado Edito de Milão, em 313, liberdade de culto. Em seguida, esse mesmo imperador procurou tirar vantagem e interveio nas questões internas que dividiam os próprios cristãos e convocou um concílio, uma assembleia da qual participavam os principais padres cristãos. Nos Concílios foram

esse conceito por ele comprometer a compreensão da relação entre culto e etnia na Antiguidade, já que a obrigação ancestral e não o aspecto jurídico era relevante no campo religioso tardo romano.

discutidas as diretrizes básicas da doutrina cristã. Depois, Constantino cuidou pessoalmente para que as determinações do concílio fossem respeitadas, ou seja, passou a ter um controle muito maior dos cristãos e suas ideias. Antes de morrer, o imperador resolveu batizar-se também (FUNARI, 2004, p. 143).

Outro viés historiográfico considerou o imperador Constantino como um cristão verdadeiro e comprometido. O bizantinista inglês Norman Hepburn Baynes (1877–1961), em “Constantine and the Christian Church” (1972), influenciado pelo historiador alemão Otto Seeck (1850-1921), ressaltou que Constantino se converteu ao deus dos cristãos em 312 d. C., pois obteve a ajuda do mesmo na guerra contra Maxêncio, o que motivou esse governante a empreender uma política religiosa que favorecesse a Igreja Cristã (SILVA, 2010).

Nessa perspectiva, o inglês Arthur Hugh Martin Jones (1904-1970), em “Constantine and the conversion of Europe” (1948), salientou que Constantino se converte ao cristianismo, desenvolve uma política pró-cristã e utiliza essa religião como forma de legitimação (SILVA, 2010).

Segundo o professor da Universidade de Yale Ramsay MacMullen (1928-), Constantino se converte ao cristianismo, o que muda a situação religiosa do Império Romano, e patrocina a nova religião, o que permite sua expansão no século IV d. C. (SILVA, 2010).

De acordo com o inglês Timothy David Barnes (1942-), em “Constantine and Eusebius” (1981) e “The New Empire of Diocletian and Constantine” (1982), Constantino teve uma conversão radical ao cristianismo e objetivou expandir essa religião no Império Romano, o que pode ser depreendido das atitudes desse imperador: o patrocínio para a construção de igrejas, a organização de concílios (SILVA, 2010).

Robin Lane Fox, em “Pagans and Christians” (1986), destaca que Constantino favorece a expansão do cristianismo e a conformação de seu dogma, patrocinando concílios, promulgando leis que favorecessem essa religião (SILVA, 2010).

Para T. G. Elliot, em “The Christianity of Constantine the Great” (1996), Constantino já estava comprometido com o cristianismo, pois seus pais Constâncio Cloro e Helena eram cristãos, o que favoreceu uma política favorável a essa religião (SILVA, 2010).

Charles Matson Odahl, em “Constantine and the Christian Empire” (2004), ressalta que Constantino era um fiel seguidor do cristianismo e utilizou seu poder

para proteger, promover e expandir a religião cristã (SILVA, 2010).

O clérigo anglicano e historiador inglês Henry Chadwick (1920-2008), em “The Church in Ancient Society: from Galilee to Gregory the Great” (2001), destaca que as relações entre Constantino e o cristianismo se desenvolveram desde 306 d. C. e que sua aliança com o deus dos cristãos ocorre em 312 d. C. ou é proveniente de sua influência familiar (SILVA, 2010).

Segundo Paul Veyne (1930-), em “Quando o Nosso Mundo se Tornou Cristão” (2007), Constantino faz do cristianismo a sua religião pessoal, que se torna favorecido pelo poder imperial, o que provoca a cristianização do Império Romano. Sobre as causas da conversão de Constantino à religião dos cristãos, Veyne ressalta:

O motivo da conversão de Constantino é simples, me disse Hélène Monsacré: àquele que desejava ser um grande imperador, era necessário um grande deus. Um Deus gigantesco e amante, que se apaixonou pela humanidade, suscitava sentimentos mais fortes que a multidão de deuses do paganismo, que viviam para si mesmos; este Deus desenrolava um plano não menos gigantesco para a salvação eterna da humanidade; ele se imiscuía na vida de seus fiéis exigindo-lhes uma moral estrita (VEYNE, 2007, p. 33).

Contudo, Silva (2010) ressalta que uma questão importante tem sido negligenciada pela historiografia, pois os estudiosos se interessam muito em afirmar ou negar a sinceridade da conversão e do comprometimento de Constantino com o cristianismo:

[...] o Edito de Milão promulgado por Constantino pode ou não atestar sua sincera conversão, o mesmo no caso de Licínio, o co-signatário da lei. A questão se coloca principalmente porque os autores se preocupam em refutar, ou então seguem a argumentação de Eusébio acerca da visão mística de 312, baseados num olhar cristão sobre este evento, o que encorajou tais questionamentos em torno da religiosidade de Constantino (SILVA, 2010, p. 43).

Ainda de acordo com esse autor: “devido aos efeitos de cisão de quase uma década de perseguição e o insucesso das medidas persecutórias, deveríamos nos perguntar pelas opções políticas abertas àquele que se tornasse imperador em 312, pouco importando sua crença religiosa” (SILVA, 2010, p. 42).

Essa argumentação se associa à de Carlan (2013):

Não é nossa intenção analisar os fatores que fortaleceram a conversão de Constantino, se foi a revelação divina que nos narram os historiadores cristãos, diante da ponte Mílvia, ao norte de Roma, à espera do exército de Maxêncio, ou simplesmente um frio cálculo de oportunismo político. Mas, o que devemos deixar claro é que a tolerância, herança de seu pai Constâncio Cloro, para muitos chefes é a única solução. Mesmo Galério, irredutível adversário do cristianismo, aceitou este ponto de vista. Alguns dias antes de sua morte, gravemente enfermo, na primavera de 311, publica o Edito de Tolerância, reconhecendo o malogro da perseguição. Tal edito nunca foi abrogado (p. 79).

Após essa revisão historiográfica sobre a relação do imperador Constantino com o cristianismo, abordaremos algumas representações de Constantino na produção textual pagã e cristã tardo antiga.

4.2 AS REPRESENTAÇÕES DE CONSTANTINO (307-337 d. C.) NA PRODUÇÃO TEXTUAL PAGÃ E CRISTÃ TARDO ANTIGA

Constantino é representado de um modo positivo em uma parte da produção textual pagã tardo antiga (o “Panegírico de Constantino”, de um orador anônimo) que utilizaremos nesse capítulo. O nosso orador anônimo (o “Panegírico de Constantino”) elogia esse imperador porque ele é protegido pelos deuses do paganismo romano, principalmente por Apolo.

Em um primeiro momento, Constantino manifestava predileção pelo culto de Marte, o que mencionaremos posteriormente (SILVA, 2006).

Entretanto, a partir do ano 310 d. C. esse imperador passa a se apresentar, especialmente em suas emissões monetárias, como devoto do *Sol Invictus*, divindade solar assimilada a Apolo que protegia a linhagem de Constâncio Cloro¹⁵, o que também mencionaremos posteriormente. Ao mesmo tempo, se difunde, por meio dos panegíricos, dentre os quais o “Panegírico de Constantino”, de um orador anônimo, a narrativa da visão pagã que esse imperador tivera de Apolo a caminho de Massilia, quando se preparava para combater povos bárbaros. Nessa ocasião, esse deus lhe teria oferecido a coroa da vitória, prometendo-lhe trinta anos de reinado (SILVA, 2006; VEYNE, 2007).

No seguinte trecho do “Panegírico de Constantino”, o nosso orador anônimo

15 Constantino seguiu a tendência religiosa dos seguintes imperadores: Cláudio, o Gótico, que se representava como o Sol no reverso de suas moedas; Aureliano, que objetivava restaurar o mundo romano e a moral do Império, instituindo o culto do Sol, o que vimos anteriormente; Constâncio Cloro, que se inclinava para uma espécie de monoteísmo solar (SILVA, 2006).

nos conta sobre a visão pagã de Constantino e sobre a proteção que Apolo lhe teria concedido:

Lo que siempre hemos de desear es que tus triunfos superen aun a tus deseos, pues nosotros ponemos toda nuestra esperanza en el seno de tu majestad y, como si ello fuera realizable, reclamamos tu presencia en todas partes. Durante el breve tiempo que te alejaste de la frontera, hay que ver en que espantosas amenazas se manifestó la perfidia de los bárbaros. Se preguntaban, en efecto: «¿Cuándo llegará? ¿Cuándo vencerá? ¿Cuándo volverá a traer a su ejército cansado?» De pronto, la noticia de tu vuelta los llenó de estupor y de desaliento, sin que tu solicitud por la República hubiera tenido que inquietarse más que una noche. Al día siguiente de aquel en que, informado de esta agitación, habías hecho doblar las etapas, te enteraste de que todas aquellas turbaciones se habían calmado y de que había vuelto la tranquilidad tal como la habías dejado al partir; la fortuna lo arreglaba todo de forma que el feliz resultado de tus cosas te hizo pensar en llevar a los dioses inmortales las ofrendas que les habías prometido, en el lugar en que te habías desviado para ir al templo más hermoso del mundo, más aún al dios que, como viste, está presente allí. Pues imagino viste, Constantino, a tu protector Apolo, acompañado de la Victoria, ofrecerte unas coronas de laurel de las que cada una te trae el presagio de treinta años. Este es, en efecto, el número de las generaciones humanas que de todas formas se te deben y que prolongarán tu vida más allá de la vejez de Néstor. Y en verdad, ¿por qué digo «creo»? Tú viste al dios y te reconociste bajo los rasgos de aquel a quien los cantos divinos de los poetas han predicho estaba destinado el imperio de todo el mundo. Estimo que este reino ha llegado ahora, puesto que tú eres, emperador, igual que él, joven, alegre, saludable y bellissimo. Con razón, pues, has honrado tú estos augustos templos con dotaciones tan ricas que ellos no echan de menos ya las antiguas ofrendas y que todos los templos parecen ya llamarte con sus votos, en especial el de nuestro Apolo, cuyas aguas ardientes castigan los perjuros que tú más que nadie debes detestar (Orador anónimo. *Panegírico de Constantino*. XXI).

Porém, ao contrário do que narra o orador anônimo do “Panegírico de Constantino”, Eusébio de Cesaréia e Lactâncio salientam que Constantino seria protegido pelo deus dos cristãos, o que veremos em seguida.

Constantino também é representado de um modo positivo na produção textual cristã tardo antiga (a “História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesaréia; “Sobre a Morte dos Perseguidores”, de Lactâncio) que utilizaremos nesse capítulo. Eusébio de Cesaréia (a “História Eclesiástica”) e Lactâncio (“Sobre a Morte dos Perseguidores”) elogiam esse imperador porque ele é benevolente com o cristianismo e porque ele é protegido pelo deus dos cristãos.

De acordo com Eusébio de Cesaréia e Lactâncio, Constantino mantém uma relação benevolente com o cristianismo pelos seguintes motivos: Constâncio Cloro, o pai de Constantino, era um bom indivíduo e já havia se recusado a empreender a perseguição contra o cristianismo iniciada por Diocleciano; Constantino também é

um bom indivíduo e por isso se recusa a perseguir as comunidades cristãs; o deus dos cristãos protege Constantino dos imperadores perseguidores. Esses motivos apresentados pelos autores cristãos serão analisados a seguir.

Constâncio Cloro, o pai de Constantino, governador da Gália e da Bretanha, não empreendeu uma perseguição sistemática contra os cristãos durante a “Grande Perseguição” iniciada por Diocleciano em 303 d. C. Com isso, Eusébio de Cesaréia e Lactâncio constroem uma imagem positiva desse governante, a qual é o reverso dos imperadores perseguidores, que são caracterizados de modo negativo. Assim, Constâncio Cloro seria um bom indivíduo, pois em seu reinado poupou a vida dos cristãos e não confiscou amplamente os bens dos mesmos.

Nos trechos da “História Eclesiástica” destacados a seguir, Eusébio de Cesaréia apresenta Constâncio Cloro de um modo positivo: esse imperador é um bom indivíduo; é benevolente com o cristianismo; não persegue os cristãos; o final de sua vida é feliz; deixa um herdeiro, Constantino, que também possui as qualidades do pai, inclusive a de não perseguir os seguidores de Jesus Cristo:

Após pequeno intervalo, o imperador Constâncio que, durante toda a vida, tivera para com seus súditos disposições mais suaves e benignas, e para com a doutrina cristã sentimentos mais amigáveis, deixou para substituí-lo o próprio filho Constantino, como imperador e Augusto; e terminou a vida, conforme a lei comum da natureza. Foi o primeiro dos imperadores a ser por eles colocado entre os deuses, com as honras póstumas que se prestavam a um imperador, pois fora o mais clemente e suave dos imperadores.

Foi o único em nossa época a se portar de maneira digna do poder supremo durante toda a duração de seu principado, tendo-se mostrado, de resto para com todos acolhedor e grande benfeitor. Jamais tomou parte na guerra contra nós; ao invés preservou de danos e maus-tratos os cristãos a seu serviço. Não destruiu igrejas, nem criou contra nós inovação alguma. Por isso, o fim de sua vida foi feliz e três vezes abençoado: somente ele morreu no exercício do poder suave e gloriosamente, junto de um herdeiro legítimo, seu filho muito prudente e piedoso em tudo (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 13,12-13).

[...] Constâncio, ótimo e suavíssimo imperador, que exercera dignamente o poder, durante todo o reinado, e tendo se mostrado, aliás, muito acolhedor e beneficente para com todos (de fato, manteve-se alheio à luta contra nós, preservou de dano e vexações os súditos, adoradores de Deus, não destruiu as igrejas e nada absolutamente empreendeu contra nós), recebeu a recompensa de um fim de vida realmente feliz e três vezes abençoado e, ao morrer, foi o único a deixar feliz e gloriosamente o império a seu filho legítimo, sucessor no poder, em tudo prudente e piedoso.

Este foi imediatamente proclamado imperador absoluto e Augusto pelos soldados e revelou-se êmulo da bondade paterna para com a nossa religião [...] (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, Apêndice, 4-5).

Lactânncio, em “Sobre a morte dos perseguidores”, também apresenta Constâncio Cloro deste modo positivo, já que o mesmo não empreende uma perseguição sistemática contra os cristãos: “Paso por alto a Constancio, puesto que fue diferente de los demás y digno de estar él solo al frente de todo el Imperio” (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 8, 7). Em outra passagem de sua obra, o autor cristão argumenta que esse imperador poupou a vida dos cristãos, ao contrário de Maximiano, que acata a ordem de perseguir esse grupo religioso:

Se habían enviado también cartas a Maximiano y a Constancio para que actuasen del mismo modo; ni siquiera se solicitó su parecer en asunto tan importante. Ciertamente, el anciano Maximiano, persona que no se caracterizaba por su clemencia, obedeció de buen grado en Italia. En cuanto a Constancio, para que no pareciese que desaprobaba las órdenes de sus superiores, se limitó a permitir que fuesen destruidos los lugares de reunión, es decir, las paredes que podían ser reconstruidas, pero conservó intacto el verdadero templo de Dios que se encuentra dentro de las personas (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 15, 6-7).

Eusébio de Cesaréia e Lactânncio também apresentam Constantino como um bom indivíduo, possuidor de inúmeras qualidades pessoais, físicas, políticas, dentre as quais a de não perseguir as comunidades cristãs. Para esses autores cristãos, Constantino é um imperador cristão, que possibilita o triunfo do cristianismo no mundo romano ao conceder benefícios a essa religião.

Essa imagem positiva de Constantino (um bom indivíduo, assim como seu pai, protegido pelo deus dos cristãos e que não age contra os praticantes do cristianismo) é evidenciada nesse trecho da obra de Eusébio de Cesaréia:

Seu filho, Constantino, tendo sido logo proclamado imperador absoluto e Augusto pelos soldados e ainda bem antes deles, pelo próprio Deus, o Rei supremo, mostrou-se zeloso sucessor da piedade paterna para com nossa religião. Assim era ele. Nesta ocasião, Licínio foi proclamado imperador e Augusto por sufrágio unânime dos imperadores (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. VIII, 13, 14).

Entretanto, Eusébio de Cesaréia e Lactânncio retratam os imperadores perseguidores dos cristãos de um modo negativo: eles são maus indivíduos, caracterizados por vícios pessoais e políticos. Na passagem a seguir, presente na obra de Lactânncio, podemos constatar a contraposição das virtudes de Constantino e dos defeitos de Maxêncio:

Maximiano tenía un hijo, Majencio, yerno del mismo Galerio. Tenía una mente malvada y perversa y era tan soberbio y terco, que no acostumbraba a rendir culto ni a su padre ni a su suegro, por lo que ambos le odiaban. Constancio tenía también un hijo, Constantino, joven santísimo y totalmente digno de este alto cargo, a quien, por su distinguida y digna prestancia física, por su genio militar, por su integridad de costumbres y su extraordinaria afabilidad, los soldados le amaban y los simples particulares le deseaban como emperador (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 18, 9-10).

Constantino também é benevolente com o cristianismo porque o deus dessa religião protege esse imperador contra os imperadores perseguidores. Como exemplo dessa situação, evidenciaremos a seguir: o deus dos cristãos protege Constantino das maquinações de Galério; ajuda Constantino a vencer Maxêncio na Batalha da Ponte Mílvia; auxilia Constantino e Licínio a vencerem Maximino Daia; ajuda Constantino a vencer Licínio.

Segundo Lactânio, o deus dos cristãos protege Constantino contra o imperador Galério, que é caracterizado negativamente como um indivíduo mau, cruel, inimigo dos cristãos, do Senado e do povo romano, o que se contrapõe à imagem de Constantino:

Mas el otro Maximiano, a quien Diocleciano había unido consigo como yerno, fue peor no sólo que estos dos a los que conoció nuestro tiempo, sino peor también que todos los malvados que antes habían existido. Esta bestia estaba dotada de una barbarie innata y de una fiera ajena a la sangre romana (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 9, 1-2).

Lactânio também evidencia de modo negativo o imperador Galério na passagem a seguir: “Entretanto Galerio, tras haber reunido su ejército, invade Italia y se acerca a la capital con la intención de eliminar el Senado y masacrar su población” (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 27, 2).

Em 306 d. C., Constantino vai até a região da Bretanha encontrar seu pai enfermo para assumir suas tropas e o título imperial. De acordo com Lactânio, o deus dos cristãos protege Constantino contra as maquinações de Galério, um mau governador, pois é perseguidor dos cristãos:

Constancio, gravemente enfermo, le había escrito para que le enviase a su hijo Constantino, a quien ya había reclamado anteriormente sin éxito. Pero nada estaba más lejos de sus intenciones. En efecto, en repetidas ocasiones había intentado acabar con el joven mediante diversos ardides, porque no se atrevía a actuar abiertamente por miedo a provocar una guerra civil y, lo que más temía, atraerse el odio de los soldados. So pretexto de realizar ejercicios y juegos, lo había expuesto a las fieras; pero en vano,

pues la mano de Dios lo protegía y lo libró de sus garras en el momento crítico. Sucedió que, no pudiendo negarse por más tiempo a las continuas reclamaciones, a la caída del día le dio el permiso para partir, pero le ordenó que no saliese hasta el día siguiente por la mañana tras haber recibido instrucciones, bien fuese con la intención de detenerlo con cualquier pretexto, bien para poder enviar previamente una carta para que lo detuviese Severo. Constantino, sospechando esto, una vez que el emperador se había retirado a descansar tras la cena, huyó a toda prisa, al tiempo que hacía matar todos los caballos de muchas de las postas. Al día siguiente el emperador lo hizo llamar, tras haber prolongado su sueño intencionadamente hasta el mediodía. Le dan la noticia de que había salido inmediatamente después de la cena. Se indigna y se pone furioso. Solicita los caballos de la posta para hacerlo volver. Se le comunica que las postas han sido desmanteladas. Apenas podía retener las lágrimas.

Entretanto Constantino, con increíble rapidez, llegó hasta su padre, que estaba ya moribundo, quien, tras encomendarle a los soldados, le entregó el poder. De este modo alcanzó el último descanso en su propio lecho, tal como había deseado. Una vez emperador, Constantino Augusto lo primero que hizo fue devolver a los cristianos sus cultos y su Dios. Ésta fue su primera medida de restauración de la santa religión (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 24, 3-9).

Galério sofria com uma enfermidade, que para Eusébio de Cesaréia e Lactâncio era um castigo do deus dos cristãos devido a sua ênfase na perseguição aos seguidores de Jesus Cristo. Segundo Lactâncio, esse sofrimento não é atenuado pelos deuses pagãos, mas pela promulgação do Edito de Tolerância, em Nicomédia, em 30 de abril de 311 d. C., o qual determinava medidas favoráveis ao cristianismo:

Quando estaba cumpliendo su décimotavo año en el poder, Dios le hirió con una enfermedad de Galerio incurable. Se le produce una úlcera maligna en la parte inferior de los genitales que se va extendiendo. Los médicos cortan, limpian. Pero, cuando estaba ya cicatrizando, se abre de nuevo la herida y, al romperse la vena, se produce una pérdida de sangre que le pone en peligro de muerte. Sin embargo, aunque con dificultad, se corta la hemorragia. Se renueva totalmente la cura. Por fin, logra cicatrizar. De nuevo se vuelve a abrir la herida por causa de un leve movimiento del cuerpo y pierde más sangre aún que en la primera ocasión. Su tez palidece y, al irse consumiendo sus fuerzas, se va debilitando, pero se logra cortar, por fin, el río de sangre. La herida comienza a no responder a la medicación: la Úlcera comienza a invadir las partes del cuerpo adyacentes y cuanto más se la corta, más se expande; cuanto más la curan, más crece. Cejaron los maestros en el arte de curar, Quirón, Filírides y Melampo Amitaonio.

Se hace venir de todas partes a médicos famosos, pero la mano humana no consigue nada. Se recurre a los ídolos: se hacen súplicas a Apolo y Asclepio pidiendo la curación. Apolo indica el remedio, pero el mal empeora [...]

Esta situación se prolongó sin interrupción durante un año, hasta que finalmente, doblegado por el mal, se vio forzado a hacer confesión de Dios. En los intervalos entre uno y otro ataque de dolor declara su intención de restituir el templo de Dios y reparar convenientemente su crimen. Ya en trance de muerte publicó un Edicto [...] (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 33, 1-11).

Esse Edito de Tolerância beneficiava o cristianismo, o qual: reconhecia o fracasso das perseguições, pois os cristãos continuavam determinados em praticar sua religião; acabava com as medidas persecutórias contra os cristãos; permitia que esse grupo religioso praticasse sua religião, desde que isso não perturbasse a ordem do Império Romano; solicitava que os cristãos e também os pagãos rezassem pela saúde do imperador Galério e pelo Estado imperial romano:

Entre las restantes disposiciones que hemos tomado mirando Edicto de Tolerancia siempre por el bien y el interés del Estado. Nos hemos procurado, con el intento de amoldar todo a las leyes tradicionales y a las normas de los romanos, que también los cristianos aue habían abandonado la religión de sus padres retornasen a los buenos propósitos. En efecto, por motivos que desconocemos se habían apoderado de ellos una contumacia y una insensatez tales, que ya no seguían las costumbres de los antiguos, costumbres que quizá sus mismos antepasados habían establecido por vez primera, sino que se dictaban a sí mismos, de acuerdo únicamente con su libre arbitrio y sus propios deseos, las leyes que debían observar y se atraían a gentes de todo tipo y de los más diversos lugares. Tras emanar nosotros la disposición de que volviesen a las creencias de los antiguos, muchos accedieron por las amenazas, otros muchos por las torturas. Mas, como muchos han perseverado en su propósito y hemos constatado que ni prestan a los dioses el culto y la veneración debidos, ni pueden honrar tampoco al Dios de los cristianos, en virtud de nuestra benevolísima clemencia y de nuestra habitual costumbre de conceder a todos el perdón, hemos creído oportuno extenderles también a ellos nuestra muy manifiesta indulgencia, de modo que puedan nuevamente ser cristianos y puedan reconstruir sus lugares de culto, con la condición de que no hagan nada contrario al orden establecido. Mediante otra circular indicaremos a los gobernadores la conducta a seguir. Así pues, en correspondencia a nuestra indulgencia, deberán orar a su Dios por nuestra salud, por la del Estado y por la suya propia, a fin de que el Estado permanezca incólume en todo su territorio y ellos puedan vivir seguros en sus hogares (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 34, 1-5).

Contudo, Galério morreu uma semana depois, em 5/5/311 d. C. De acordo com Lactâncio, Galério tem um final doloroso, pois o deus dos cristãos não perdoa seus crimes, dentre os quais o de perseguir as comunidades cristãs:

Este Edicto es hecho público en Nicomedia el 30 de abril, siendo cónsules él por octava y Maximino Daya por segunda vez. Entonces se abrieron las prisiones, oh Donato carísimo, y tú, con otros confesores, alcanzaste la libertad, tras haber constituido la cárcel tu morada durante seis años. Sin embargo, no por esto alcanzó de Dios el perdón de su crimen, sino que, unos pocos días después, tras haber entregado y confiado a Licinio su esposa y su hijo, cuando ya los miembros de todo su cuerpo se descomponían, murió consumido por la horrenda putrefacción (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 35, 1-3).

O deus dos cristãos também ajuda Constantino a vencer Maxêncio na Batalha

da Ponte Mílvia, que ocorreu em 28/10/312 d. C. Nessa ocasião, Constantino teria tido uma aparição da cruz no céu com as palavras *In hoc signo vinces* (“por este sinal vencerás”). Assim, os soldados de Constantino marcaram seus escudos com o símbolo da cruz e derrotaram Maxêncio, que havia construído uma ponte de barcos, duplicando a ponte de pedra. Essa ponte de barcos se rompeu sob o peso das tropas e Maxêncio foi precipitado no rio Tibre com muitos soldados. Eusébio de Cesaréia não relata a visão e a conversão de Constantino na “História Eclesiástica”, o que é narrado pelo bispo cristão em “*De vita Constantini*”. Na “História Eclesiástica”, Eusébio de Cesaréia ressalta apenas que Constantino invocou o deus dos cristãos e Jesus Cristo para afirmar o cristianismo desse imperador. Silva (2006) nos apresenta mais detalhes dessa visão de Constantino:

De acordo com uma tradição conservada por Eusébio de Cesaréia (Vit. Const. I,28), por volta do meio dia o imperador teria avistado, no céu, uma cruz reluzente com a inscrição “com este signo vencerás”. Mais tarde, à noite, o próprio Cristo teria aparecido em sonho a Constantino e lhe ordenado que fabricasse um estandarte para suas tropas de acordo com a visão que havia tido, surgindo assim o *labarum*, doravante empregado pelos imperadores cristãos nas campanhas contra os seus inimigos (p. 254).

Nos trechos apresentados a seguir, Eusébio de Cesaréia trata da Batalha da Ponte Mílvia, nos quais podemos perceber a ênfase na proteção do deus dos cristãos a Constantino, em detrimento de Maxêncio, o imperador pagão, perseguidor dos cristãos, “o mais ímpio dos homens”. O bispo cristão também ressalta a ajuda do deus dos cristãos para que o imperador Licínio vencesse outro imperador pagão e perseguidor, Maximino Daia:

Foi certamente desta forma que o rei soberano, Deus do universo e Salvador, contra tiranos muito ímpios, suscitou Constantino, a respeito do qual mais acima afirmamos que foi imperador, filho de imperador, piedoso, oriundo de pai piíssimo e sapientíssimo (e Licínio, segundo depois dele, ambos assinalados pela inteligência e piedade). Tendo eles disposto as tropas de acordo com as normas bélicas, Deus combateu a seu lado, de forma extraordinária. De um lado, em Roma, Maxêncio caiu sob Constantino; de outro, no Oriente, Maximino não lhe sobreviveu muito tempo, pois sucumbiu também ele de morte ignominiosa sob os golpes de Licínio, então ainda não atacado de demência. Inicialmente, Constantino, o primeiro dos dois imperadores em dignidade e ordem, teve compaixão dos que em Roma suportavam a tirania. Tendo em suas orações invocado, como aliado, o Deus do céu e seu Verbo, o Salvador de todos, Jesus Cristo, avançou com todo o exército, prometendo aos romanos a recuperação da liberdade herdada de seus antepassados (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. IX, 9, 1-2).

Lactânncio salienta que Constantino recebeu durante o sono a ordem divina de pôr um símbolo cristão nos escudos de seus soldados para obter a vitória sobre Maxêncio. O autor cristão também menciona que Maxêncio foi enganado pelos deuses pagãos, o que ressalta o poder do deus dos cristãos:

Ya se había iniciado entre ellos la guerra civil. Majencio, aunque permanecía en Roma, pues había recibido una respuesta del oráculo en el sentido de que perecería si salía de las puertas de la ciudad, llevaba la guerra por medio de hábiles generales. Majencio disponia de mayor número de hombres porque había heredado de Severo el ejército de su padre y el suyo propio lo había reclutado recientemente, a base de contingentes de moros y gétulos.

Se inició la lucha, y al comienzo lograron imponerse los soldados de Majencio hasta que, posteriormente, Constantino, con ánimo renovado y dispuesto a todo, movió sus tropas hasta las proximidades de Roma y acampó junto al puente Milvio. Estaba próxima la fecha en que Majencio conmemoraba su ascenso al poder, el 27 de octubre, y sus Quinquenales tocaban a su fin. Constantino fue advertido en sueños para que grabase en los escudos el signo celeste de Dios y entablase de este modo la batalla. Pone en práctica lo que se le había ordenado y, haciendo girar la letra X con su extremidad superior curvada en círculo, graba el nombre de Cristo en los escudos. El ejército, protegido con este emblema, toma las armas. El enemigo avanza sin la presencia de su emperador y cruza el puente. Los dos ejércitos chocan frente a frente y se lucha por ambos bandos con extrema violencia: y ni en éstos ni en aquéllos era la huida conocida.

En la ciudad estalla un motín y se increpa al emperador como traidor a la salvación nacional. Al aparecer en público, pues estaba dando unos juegos en el circo en conmemoración de su aniversario, el pueblo, al punto, prorrumpió, todos a una, que Constantino no podía ser vencido. Afectado por estos gritos, abandona el circo, llama a algunos senadores y ordena que sean consultados los libros Sibílicos. Se descubre en ellos que aquel día moriría el enemigo de los romanos. Reanimado en la esperanza de la victoria con esta respuesta, se pone en marcha y llega al campo de batalla. El puente se corta a sus espaldas con lo que, al verlo, se recrudece la batalla y la mano de Dios se extiende sobre las líneas de combate. El ejército de Majencio es presa del pánico; él mismo inicia la huida y corre hacia el puente, que estaba cortado, por lo que, arrastrado por la masa de los que huían, se precipita en el Tíber (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 44, 1-9).

Com isso, parte da historiografia que se baseia na produção textual dos escritores cristãos Eusébio de Cesaréia e Lactânncio enfatiza que Constantino se converte ao cristianismo em 312 d. C., beneficiando essa religião em detrimento do paganismo. Todavia, evidências numismáticas refutam essa argumentação, pois nas moedas cunhadas entre 307 d. C. e 317 d. C., do início do governo de Constantino ao final da primeira guerra contra Licínio, há representações imagéticas do deus Marte, que simboliza a paz e a conservação do Império, evidenciando a relação de Constantino com o politeísmo greco-romano (CARLAN, 2009; CARLAN, 2010; CARLAN, 2013; SILVA, 2010; SILVA, 2011; SILVA, 2006).

Sobre isso, Carlan (2010) destaca:

Constantino era adepto ao culto solar (*Solis Invictus*), de tendência monoteísta, herança de seu pai Constâncio Cloro, membro da primeira Tetrarquia. Ele se considerava inspirado por um Deus único, mas mal definido, e mantinha as funções de *pontifex maximus* e mestre do paganismo (p. 239).

Para Silva (2011), o aprofundamento da relação entre Constantino e o cristianismo, em detrimento do paganismo, ocorre a partir de 317 d. C. e não a partir de 312 d. C.:

Embora Constantino tenha desenvolvido relações com a Igreja Cristã emergente desde o ano de 313 – como prova sua intervenção no cisma donatista –, a guinada em direção à redefinição de sua representação pública aconteceu apenas a partir da Primeira Guerra contra Licínio, vencida em 317, e se consolida com a vitória final sobre o Augusto do Oriente em 324 (p. 324).

Deste modo, os símbolos cristãos são evidenciados nas fontes numismáticas romanas a partir de 315 d. C. Por exemplo, em uma dessas moedas o lábaro cristão é acompanhado de uma legenda que designa o ressurgimento da grandeza e da ordem imperial romana a partir do cristianismo, o que evidencia a união entre o Império Romano e o cristianismo, configurada por Constantino (CARLAN, 2009; CARLAN, 2010; CARLAN, 2013).

Após derrotar Maxêncio, Constantino torna-se o único imperador do território ocidental romano, agindo em favor do cristianismo e em prejuízo da religião tradicional romana: exige o fim da perseguição aos cristãos no Oriente governado por Maximino Daia e atribui privilégios políticos, religiosos, sociais, econômicos, legais à religião cristã, tais como a restituição de bens confiscados e a concessão de recursos financeiros (CARLAN, 2009; CARLAN, 2010; CARLAN, 2013; SILVA, 2006):

Ao adentrar em Roma, no dia seguinte à derrota de Maxêncio, Constantino já se apresenta como um imperador cristão, recusando-se a sacrificar a Júpiter Capitolino pela vitória, o que contraria a tradição (...). Mais que isso, faz erigir no coração mesmo da *Urbs*, na basílica de Maxêncio, uma grande estátua com a sua efigie, portando na mão o símbolo da cruz [...] (SILVA, 2006, p. 254).

Eusébio de Cesaréia e Lactâncio destacam que o deus dos cristãos também

ajuda Constantino e Licínio a vencerem Maximino Daia, pois eles são os imperadores favoráveis aos cristãos, sendo designados como “amigos de Deus”, “imperadores agradáveis”, “promotores da paz”. Lactâncio argumenta que Maximino Daia era um indivíduo supersticioso, favorável à prática dos sacrifícios, perseguidor dos seguidores de Jesus Cristo:

Quando había comenzado a poner en práctica estos planes, una carta de Constantino le intimida. Pero obró con disimulo. En efecto, aquel que casualmente caía en sus manos era arrojado al mar en secreto. Tampoco interrumpió su costumbre de ofrecer sacrificios diariamente en Palacio. Además, fue el autor de la idea de que todos los animales que debía comer fuesen muertos previamente no por los cocineros, sino inmolados por los sacerdotes en el altar. De este modo, no se servía en la mesa nada que no hubiese sido previamente ofrendado y sacrificado a los dioses y rociado de vino puro, con el fin de que quienquiera que fuese invitado a su mesa se levantase de ella manchado e impuro (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 37, 1-2).

Eusébio de Cesaréia evidencia as características positivas de Constantino e Licínio e as negativas de Maximino Daia, já que esse imperador é pagão e perseguidor dos praticantes do cristianismo:

Entretanto, os imperadores promotores da paz e da piedade haviam escrito a Maximino que desse as mesmas permissões que eles próprios haviam concedido a todos os seus súditos por editos e leis. Este homem, assaz ímpio, porém, tinha preferido não outorgá-las. Só o fez quando, sob a permissão da justiça divina, viu-se enfim constrangido (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. IX, 9A, 12).

Eusébio de Cesaréia salienta a proteção do deus dos cristãos aos imperadores Constantino e Licínio contra o imperador Maximino Daia: “A vitória, provinda do único e exclusivo Deus do universo, coube ao detentor do poder de então” (Eusébio de Cesaréia. *História Eclesiástica*. IX, 10, 3), a qual também é destacada por Lactâncio. Segundo esse autor cristão, Licínio tem uma visão divina e, assim como seus soldados, reza para que o deus dos cristãos o auxilie na luta contra o perseguidor das comunidades cristãs:

La proximidad de los ejércitos hacía prever que al día siguiente se entablaría el combate. Entonces, Maximino hizo un voto a Júpiter en el sentido de que, si alcanzaba la victoria eliminaría el nombre de los cristianos y lo erradicaría totalmente. Sucedió entonces que, en la noche siguiente, se le apareció a Licinio, mientras descansaba, un ángel enviado por Dios, quien le advirtió que se levantase inmediatamente y, en unión de todo su ejército, elevase plegarias al Dios supremo: si así lo hacía, suya sería la

victoria. Tras oír estas palabras, le pareció que, mientras se levantaba, permanecía a su lado aquel que le había avisado y le explicaba de qué modo y en qué términos debía orar. Cuando se despertó, mandó venir un notario y le dictó estas palabras, tal como las había oído «Dios supremo, a ti rogamos, Dios santo, a ti rogamos: a ti encomendamos toda la justicia, a ti encomendamos nuestra salvación, a ti encomendamos nuestro Imperio. Gracias a ti vivimos, gracias a ti alcanzamos la victoria y la felicidad. Dios supremo, Dios santo, escucha nuestras plegarias. A ti extendemos nuestros brazos: escúchanos Dios santo, supremo.» Se escriben estas palabras en numerosos ejemplares que son enviados a los oficiales y tribunos, a fin de que cada uno se las haga aprender a sus soldados. Todos elevaron su ánimo, en la creencia de que desde el cielo se les había anunciado la victoria.

[...] Los soldados de Licinio colocan en el suelo los escudos, se quitan los yelmos, elevan las manos al cielo con los oficiales delante de ellos y recitan la plegaria precedidos por el emperador. El ejército que va a perecer escucha el murmullo de los que oran. Éstos, después de recitar por tres veces la oración, pletóricos ya de moral, vuelven a colocar los yelmos en sus cabezas y toman los escudos [...] (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 46, 1-12).

O sofrimento e a morte de Maximino Daia, de acordo com Lactânco, são castigos divinos decorrentes de sua postura contra os cristãos:

Por otra parte, Licinio perseguía con su ejército al tirano, y éste, batiéndose en retirada, se dirigió de nuevo a los desfiladeros del Tauro. Aquí intentó el avance con la construcción de torres y fortificaciones, pero fue desalojado por los vencedores, que destruyeron todas las construcciones, y, finalmente, huyó a Tarso. Allí, al verse asediado por tierra y por mar y no esperar ya refugio alguno, angustiado y temeroso, recurrió a la muerte, como remedio a los males que Dios había acumulado sobre su cabeza. [...] Por último, perdida ya la vista, tuvo una visión en la que Dios le juzgaba rodeado de servidores vestidos de blanco. Daba gritos de manera semejante a los que están sometidos a tortura y declaraba que no lo había hecho él, sino otros. Finalmente, como si hubiese cedido a los tormentos, comenzó a confesar a Cristo suplicándole e implorándole que se compadeciese de él. De este modo, exhalando gemidos como si le estuviesen quemando, entregó su espíritu pernicioso en medio de un género de muerte detestable (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 49, 1-7).

Com a vitória de Constantino, o imperador do Ocidente, e Licínio, o imperador do Oriente, sobre Maximino Daia, há a união entre esses governantes. Eusébio de Cesaréia menciona esse acontecimento e associa esses imperadores ao deus dos cristãos, já que os mesmos venceram os ímpios e favoreceram os praticantes do cristianismo:

Assim descartados os ímpios, as partes do império que lhes cabiam foram governadas firmemente e sem contestação apenas por Constantino e Licínio. Estes extirparam primeiro do mundo inteiro o ódio a Deus, depois manifestaram, através dos bens cuja administração Deus lhes havia sabiamente confiado, o amor à virtude e a Deus, a piedade e o reconhecimento para com a divindade, por meio da legislação em favor dos cristãos (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica* IX, 11, a).

Em 313 d. C., Constantino e Licínio promulgam o “Edito de Milão”. Esses imperadores se encontram na cidade de Milão e estabelecem algumas medidas políticas e religiosas favoráveis aos cristãos: o fim das perseguições aos cristãos; a liberdade de culto aos cristãos e aos pagãos; a restituição dos templos e dos locais de reunião e de culto; a devolução dos bens confiscados (CARLAN, 2009; CARLAN, 2010; CARLAN, 2013; SILVA, 2006). Lactâncio expõe esse documento que permite ao romano escolher sua religião sem restrição e que, deste modo, devolve a liberdade de culto aos cristãos, no qual é evidenciada a preocupação dos imperadores em manter a paz, a ordem e a benevolência das divindades para com o Império Romano:

Habiéndonos reunido felizmente en Milán tanto yo, Constantino Augusto, como yo, Licinio Augusto, y habiendo tratado sobre todo lo relativo al bienestar y a la seguridad públicas, juzgamos oportuno regular, en primer lugar, entre los demás asuntos que, según nosotros, beneficiarán a la mayoría, lo relativo a la reverencia debida a la divinidad; a saber, conceder a los cristianos y a todos los demás la facultad de practicar libremente la religión que cada uno desease, con la finalidad de que todo lo que hay de divino en la sede celestial se mostrase favorable y propicio tanto a nosotros como a todos los que están bajo nuestra autoridad. Así pues, con criterio sano y recto, hemos creído oportuno tomar la decisión de no rehusar a nadie en absoluto este derecho, bien haya orientado su espíritu a la religión de los cristianos, bien a cualquier otra religión que cada uno crea la más apropiada para sí, con el fin de que la suprema divinidad, a quien rendimos culto por propia iniciativa, pueda prestarnos en toda circunstancia su favor y benevolencia acostumbrados [...] hemos concedido a los propios cristianos incondicional y absoluta facultad para practicar su religión. Al constatar que les hemos otorgado esto, debe entender tu excelencia que también a los demás se les ha concedido licencia igualmente manifiesta e incondicional para observar su religión en orden a la conservación de la paz en nuestros días, de modo que cada cual tenga libre facultad de practicar el culto que desee [...]

[...] En todo lo referente a la susodicha comunidad cristiana, deberás mostrar tu eficaz mediación para que nuestro decreto se cumpla con la mayor rapidez posible, a fin de que también en este asunto se muestre la preocupación de nuestra clemencia por la paz pública. Todo esto se hará para que, según hemos expresado más arriba, el favor divino que nos asiste y que en tan graves circunstancias hemos experimentado, actúe siempre de manera próspera en nuestras empresas con el consiguiente bienestar general [...] (Lactancio. *Sobre la muerte de los perseguidores*. 48, 1-13).

Eusébio de Cesaréia também destaca o Edito de Milão promulgado pelos imperadores Constantino e Licínio, no qual enfatizam a liberdade de culto concedida aos cristãos e a relevância da intervenção das divindades pagãs e cristã, em benefício do Império Romano:

Por conseguinte, quando eu, Constantino Augusto, e eu, Licínio Augusto,

chegamos felizmente a Milão e procurávamos tudo o que importava à utilidade e ao bem comum, entre outras coisas que nos pareciam proveitosas em geral, de vários pontos de vista, resolvemos, em primeiro lugar e antes de tudo, dar ordens para assegurar o respeito e a honra à divindade, isto é, decidimos conceder aos cristãos e a todos os outros a livre escolha de seguir a religião que quisessem, de tal modo que tudo que possa haver de divindade e de poder celeste nos seja propício, a nós e a todos os que vivem sob nossas autoridades (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. X, 5, 4).

Contudo, no Oriente, Licínio objetivava tornar-se o único imperador romano e persegue os cristãos, rompendo com a política pró-cristã de Constantino e ocasionando uma guerra contra esse imperador, mas é derrotado na batalha de Crisópolis, em 324 d. C. Constantino torna-se o único imperador romano e aumenta os benefícios às comunidades cristãs (CARLAN, 2009; CARLAN, 2010; CARLAN, 2013; SILVA, 2006).

Eusébio de Cesaréia argumenta que Constantino recebeu a proteção do deus dos cristãos contra o imperador Licínio, o qual teria sofrido um castigo divino, assim como os outros imperadores perseguidores dos cristãos:

Para Constantino, Deus era amigo, protetor e guarda, trouxe à luz as conjurações planejadas secretamente e na sombra. E superou-as. Extremamente eficaz é a grande arma da piedade para assegurar a proteção contra os inimigos e salvaguardar a salvação do indivíduo. Sob a proteção de tal arma, nosso imperador, muito amado de Deus, escapou às conjurações deste astuto, cujo nome se tornou odioso (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. X, 8, 6).

[...] e o próprio Licínio sofreu igualmente o mesmo que viu com seus próprios olhos acontecer aos tiranos ímpios de outrora, porque não aceitara a advertência nem sabiamente aprendera pelas chicotadas infligidas aos vizinhos (cf. Jr 2,30). Procedeu pelo mesmo caminho da impiedade que eles, e foi arrastado com justiça a idêntico precipício (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. X, 9, 5).

Por fim, Eusébio de Cesaréia enfatiza que, com a vitória sobre Licínio, o Império Romano é reunificado por Constantino e seus filhos, os bons imperadores, favoráveis ao deus dos cristãos, e que o cristianismo triunfa sobre a religião tradicional romana e sobre os imperadores pagãos e perseguidores dos cristãos:

Mas enquanto ele jazia, ferido deste modo, o grande vencedor Constantino, ilustre pelas virtudes oriundas da piedade, e seu filho Crispo, imperador muito amado de Deus, em tudo semelhante ao pai, recuperavam o Oriente que lhes cabia, e restabeleciam a precedente unidade do império romano. A terra inteira, nas duas direções: do Norte ao Sul, desde o sol levante até os confins onde declina o dia, submeteu-se àquele pacífico governo (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. X, 9, 6).

Assim, certamente foi abolida toda tirania e somente Constantino e seus filhos conservavam firme e incontestado o governo do império que lhes competia. Antes de tudo, eliminaram do mundo o ódio a Deus. Assim, dentre os bens que Deus em sua sabedoria lhes concedera, eles manifestaram, por meio de ações realizadas perante todos os homens, principalmente o amor à virtude, o amor a Deus, a piedade e o reconhecimento para com a divindade (Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. X, 9, 9).

Portanto, Eusébio de Cesaréia e Lactâncio enfatizam que Constantino aproximou-se do cristianismo por motivações religiosas, o que também é defendido por alguns autores modernos. Porém, outra vertente historiográfica ressalta que esse imperador teria aceitado o cristianismo por motivações políticas, como foi destacado no início desse capítulo.

Todavia, Constantino é representado de um modo negativo em uma parte da produção textual pagã tardo antiga (a “Nova História”, de Zózimo) que utilizaremos nesse capítulo. Zózimo (a “Nova História”) critica esse imperador porque ele foi benevolente com o cristianismo em detrimento do paganismo, o que teria produzido uma perda da proteção que os deuses concediam ao Império Romano e a consequente decadência do mesmo.

Com isso, Zózimo, na “Nova História”, expõe algumas opiniões negativas ao governo de Constantino, dentre as quais citaremos as críticas desse autor pagão às reformas econômica e militar executadas por esse imperador cristão¹⁶.

Constantino criou o *solidus*, um lingote de ouro com a chancela imperial, o qual se manteve estável e se tornou o padrão monetário no Império Bizantino. Com a continuação do processo inflacionário, esse imperador cristão criou impostos em ouro e prata, que foram duramente criticados por Zózimo (MENDES; SILVA, 2006). De acordo com esse autor pagão:

16 Essa linha de raciocínio de Zózimo não é seguida por alguns estudiosos, os quais elogiam as reformas realizadas por Constantino. Por exemplo, Gilvan Ventura da Silva e Norma Musco Mendes, em “Diocleciano e Constantino: A construção do *Dominato*”, afirmam que “É necessário, no entanto, que evitemos compreender todo o lapso de tempo transcorrido entre a Anarquia Militar e a deposição de Rômulo Augusto como uma sequência inevitável de transformações catastróficas e irreversíveis, uma vez que o período é marcado por conjunturas periódicas de reequilíbrio nas quais o Estado romano empreende esforços notáveis no sentido de perpetuar a unidade imperial, realizando amplas reformas na máquina pública, como aquelas instituídas por Diocleciano e Constantino, os artífices do *Dominato* que, mediante sua obra, permitiram ao Império do Ocidente se manter coeso por cerca de duzentos anos, ao mesmo tempo em que estabeleceram as bases do que será mais tarde a Civilização Bizantina, ou seja, a civilização romano-cristã do Oriente cujas raízes remontam à fundação de Constantinopla, em 330” (MENDES; SILVA, 2006, p. 196) e que “Entre a ascensão de Diocleciano, em 284, e a morte de Constantino, em 337, a difícil situação vivida pela sociedade romana de meados do século III foi controlada e o Império passou por uma fase de recuperação mediante a adoção de mudanças político-administrativas e sociais de ampla envergadura, as quais possibilitaram um maior controle do Estado sobre a vida pública” (MENDES; SILVA, 2006, p. 197).

Una vez que llevó a cabo todas estas cosas, siguió Constantino derrochando los impuestos en obsequios que no estaban justificados, sino que se dirigían a gente inmerecedora de ellos e inútil, con lo cual resultaba gravoso a los contribuyentes y enriquecía a hombres incapaces de prestar servicio alguno. Pues para él la prodigalidad era motivo de honra. Fue él, asimismo, quien impuso el pago de oro y plata a todos cuantos se ocupaban del comercio en cualquier lugar de la tierra y presentaban a la venta en las ciudades cualquier tipo de objeto, incluidos hasta los más pobres y sin dejar fuera de esta contribución ni siquiera a las desgraciadas meretrices; de suerte que cuando se aproximaba el cumplimiento de los cuatro años a cuyo término había que aportar este impuesto, podían verse por todas las ciudades duelos y lamentos y, cuando se cumplía, azotes y torturas aplicados a los cuerpos de quienes a causa de su extrema pobreza no podían sobrellevar una multa. Las madres llegaron a vender a sus hijos, y los padres a conducir a sus hijas al prostíbulo, compelidos a valerse del trabajo de éstas para aportar dinero a los recaudadores del crisárguro. Con la intención de urdir algún daño a las gentes de linaje claro, se dedicó a llamar a cada uno de ellos a la dignidad pretoriana, y bajo el pretexto de tal honor les exigía una considerable cantidad de dinero. Se podía ver entonces cómo los residentes en las ciudades que habían sido señalados a tal efecto huían todos y se exiliaban a otro país, temerosos de alcanzar esa dignidad al precio de su hacienda. Censó las haciendas de los clarísimos y las gravó con una contribución a la que él mismo puso el nombre de *foliis*. Con tales impuestos dejó exhaustas a las ciudades. Pues al mantenerse esta exigencia, incluso después de la muerte de Constantino, durante largo tiempo, agotado en breve el dinero de las ciudades, quedaron la mayoría de ellas desiertas de habitantes (Zósimo. *Nueva Historia*. II 38).

Zózimo también critica Constantino por ter prejudicado a defesa do Império Romano ao retirar as tropas estacionadas nas fronteiras com o objetivo de criar o exército móvel (*comitatus*), o que facilitou a penetração dos bárbaros e a prática de estacionar as tropas próximas às cidades perturbou a vida nas mesmas e enfraqueceu a disciplina militar, pois os soldados eram corrompidos pelos prazeres da vida urbana (MENDES; SILVA, 2006). Para ele:

Otra cosa llevó a efecto Constantino que facilitó a los bárbaros la penetración en el territorio sometido a los romanos. Puesto que, gracias a la previsión de Diocleciano, las fronteras del Imperio estaban por doquier jalonadas, de la forma que ya he expuesto, por ciudades, fortalezas y recintos amurallados en los que tenían casa todos los componentes del ejército, a los bárbaros les resultaba imposible penetrar, ya que en cualquier punto se les enfrentaban fuerzas capaces de rechazar el ataque. Pues bien, también con esta salvaguarda acabó Constantino cuando quitó de las fronteras la mayor parte de las tropas para establecerlas en las ciudades, que no necesitaban protección; con ello privó de amparo a quienes se veían agobiados por la presión de los bárbaros, cargó aquellas ciudades que vivían tranquilas con los perjuicios que acarrea la presencia de los soldados – por lo cual la mayor parte de ellas ha quedado desierta –, enervó a la tropa, entregada a los espectáculos y a la molicie, y, en una palabra, puso los cimientos y plantó la simiente de la ruina que hasta hoy se prolonga en los asuntos públicos (Zósimo. *Nueva Historia*. II 34).

Por fim, essas críticas de Zózimo a Constantino podem ser compreendidas a partir da afirmação de Gilvan Ventura da Silva contida em “A relação Estado/Igreja no Império Romano: séculos III e IV”. Segundo esse autor, os pagãos acusaram os cristãos pelos males do Império Romano em diversas ocasiões. Após o saque de Roma por Alarico, em 410 d. C., os pagãos começam a se referir aos tempos cristãos (*tempora christiana*), objetivando com essa expressão identificar uma época de angústia, marcada por uma crise de autoridade trazida pelo cristianismo, o que demonstra a recusa dos pagãos em admitir que o “triunfo da Igreja” pudesse proporcionar um futuro de paz e prosperidade para o mundo romano (SILVA, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessa dissertação analisamos os governos de Diocleciano e Constantino, que se relacionaram de maneira diferente com o cristianismo. Para isso, utilizamos fontes antigas pagãs (o “Panegírico de Constantino”, de um orador anônimo; o “Breviário Desde a Fundação de Roma”, de Eutrópio; o “Livro dos Césares”, de Aurélio Vitor; a “Nova História”, de Zózimo), fontes antigas cristãs (“Sobre a Morte dos Perseguidores”, de Lactâncio; a “História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesaréia) e estudos modernos que interpretaram os governos desses imperadores de um modo crítico.

Primeiramente, analisamos o governo de Diocleciano. Por exemplo, embora Lactâncio (“Sobre a Morte dos Perseguidores”) e Eusébio de Cesaréia (a “História Eclesiástica”) construam uma imagem negativa desse imperador e concluam que a maldade do mesmo teria motivado a “Grande Perseguição” contra os cristãos, ressaltamos que esse governante encontrava-se inserido em um contexto de superação da “Anarquia Militar” (período de crises que marcou o terceiro século). Assim, o cristianismo foi visto como um obstáculo à prosperidade do Império Romano, pois os cristãos não cultuavam o imperador e os deuses tradicionais, os quais proporcionavam uma sociedade ordenada, feliz.

Com isso, apresentamos as seguintes representações de Diocleciano: Diocleciano é representado de um modo negativo na produção textual pagã tardo antiga (o “Livro dos Césares”, de Aurélio Vitor; o “Breviário Desde a Fundação de Roma”, de Eutrópio) que utilizamos no terceiro capítulo. Aurélio Vitor (o “Livro dos Césares”) e Eutrópio (o “Breviário Desde a Fundação de Roma”) criticam esse imperador porque ele permitiu que o proclamassem deus e o adorassem em público; Diocleciano também é representado de um modo negativo na produção textual cristã tardo antiga (a “História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesaréia; “Sobre a Morte dos Perseguidores”, de Lactâncio) que utilizamos no terceiro capítulo. Eusébio de Cesaréia (a “História Eclesiástica”) e Lactâncio (“Sobre a Morte dos Perseguidores”) criticam esse imperador porque ele empreende a “Grande Perseguição” contra os cristãos.

Posteriormente, analisamos o governo de Constantino. Por exemplo, Lactâncio (“Sobre a Morte dos Perseguidores”) e Eusébio de Cesaréia (a “História Eclesiástica”) argumentam que Constantino é benevolente com o cristianismo (de

culto ilícito e perseguido, o cristianismo torna-se lícito, defendido e favorecido por esse imperador) porque o mesmo era cristão e teria recebido o auxílio do deus dos cristãos. Todavia, evidenciamos que a relação desse governante com a religião tradicional romana não se encerrou após sua vitória na Batalha da Ponte Mílvia e que sua adesão ao cristianismo também teve motivações políticas.

Desse modo, apresentamos as seguintes representações de Constantino: Constantino é representado de um modo positivo em uma parte da produção textual pagã tardo antiga (o “Panegírico de Constantino”, de um orador anônimo) que utilizamos no quarto capítulo. O nosso orador anônimo (o “Panegírico de Constantino”) elogia esse imperador porque ele é protegido pelos deuses do paganismo romano, principalmente por Apolo; Constantino também é representado de um modo positivo na produção textual cristã tardo antiga (a “História Eclesiástica”, de Eusébio de Cesaréia; “Sobre a Morte dos Perseguidores”, de Lactâncio) que utilizamos no quarto capítulo. Eusébio de Cesaréia (a “História Eclesiástica”) e Lactâncio (“Sobre a Morte dos Perseguidores”) elogiam esse imperador porque ele é benevolente com o cristianismo e porque ele é protegido pelo deus dos cristãos; todavia, Constantino é representado de um modo negativo em uma parte da produção textual pagã tardo antiga (a “Nova História”, de Zózimo) que utilizamos no quarto capítulo. Zózimo (a “Nova História”) critica esse imperador porque ele foi benevolente com o cristianismo em detrimento do paganismo, o que teria produzido uma perda da proteção que os deuses concediam ao Império Romano e a conseqüente decadência do mesmo.

Por conseguinte, não objetivamos encerrar as discussões sobre o tema das representações dos imperadores romanos, mas contribuir para o estudo do mesmo.

REFERÊNCIAS

FONTES ANTIGAS

AURELIO VÍCTOR. **Libro de los Césares**. Introdução, tradução e notas de Emma Falque. Madri: Gredos, 1999.

Biografos y Panegiristas latinos. Tradução do latim, preâmbulos e notas por Luis Escolar Bareño, Balbino Garcia Felix, Victor-Jose Herrero Llorente, Mateo Ibañez de Segovia, Francisco de P. Samaranch e Candido Sol. Introdução geral de Victor-Jose Herrero Llorente. Madri: Aguilar, 1969.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. **História Eclesiástica**. São Paulo: Novo século, 2002.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. **História Eclesiástica**. Introdução e notas complementares de Roque Frangiotti e Tradução de Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria Mãe de Cristo. São Paulo: Paulus, 2000.

EUTROPIO. **Breviario**. Introdução, tradução e notas de Emma Falque. Madri: Gredos, 1999.

LACTANCIO, Lucius Caecilius Firmianus. **Sobre la muerte de los perseguidores**. Introdução, tradução e notas de Ramón Teja. Madrid: Editorial Gredos, 2000.

ZÓSIMO. **Nueva Historia**. Introdução, tradução e notas de José María Candau Morón. Madri: Gredos, 1992.

ESTUDOS MODERNOS

ALENCAR, Rosane Dias de. **As imagens de Constantino I nos documentos textuais dos séculos IV e VI**: múltiplas faces do poder em Roma. 2012. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

AMARAL, Ronaldo. A Antiguidade Tardia nas discussões historiográficas acerca dos períodos de *Translatio*. **Alétheia**, p. 1-8, 2008.

BONI, Luis Alberto de. O estatuto jurídico das perseguições dos cristãos no Império Romano. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 37, p. 135-168, 2014.

BROWN, Peter. **O Fim do mundo clássico**, de Marco Aurélio a Maomé. Trad. Antônio Gonçalves Mattoso. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

CARLAN, Claudio Umpierre. Constantino e as Transformações do Império Romano no Século IV. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, v. 1, p. 27-35, 2009.

_____. O mundo Romano do Século IV: Decadência ou Reestruturação. **Fênix**, v. 4, n. 1, 2007.

_____. Política e cultura. Constantino e o poder da imagem. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 52, p. 233-245, 2010.

_____. Roma: religião e poder. Os séculos IV e V. **Classica**. Revista Brasileira de Estudos Clássicos, v. 26, p. 67-85, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CHEVITARESE, André Leonardo. Cristianismo e Império Romano. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (Org.). **Repensando o Império Romano: Perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006. p. 161-173.

CORNELL, T.; MATTHEWS, J. **Roma: Legado de um império**. Madri: Edições del Prado, 1996.

CRUZ, Marcos S. O ser cristão e o triunfo da Igreja. Um estudo acerca das transformações da identidade do homem ocidental. In: XXIV Simpósio Nacional de História. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos, 2007, São Leopoldo. **Anais Complementários XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

_____. Religiosidade Tardo Antiga e a Cristianização do Império Romano. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 3, n. 2, 2010.

DANIEL-ROPS. **A Igreja dos Apóstolos e dos Mártires**. São Paulo: Quadrante,

1988.

DELUMEAU, Jean. Catacumbas e perseguições. In: _____. **De Religiões e de Homens**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FINLEY, Moses. El emperador Diocleciano. In: _____. **Aspectos de la Antigüedad**. Barcelona: Editorial Ariel, 1975.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média** – nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FREDRIKSEN, Paula. Mandatory Retirement: Ideas in the Study of Christian Origins Whose Time Has Come to Go. In: CAPEL, David B. et. al. (Org.). **Israel's God and Rebecca's Children: Christology and Community in Early Judaism and Christianity: Essays in Honor of Larry W. Hurtado and Alan F. Segal**. Waco: Baylor University Press, 2007. p. 25-38.

FREUND, W. H. C. El fracaso de las persecuciones en el Imperio Romano. In: FINLEY, Moses I. (Ed.). **Estudios sobre Historia Antigua**. Madrid: Akal Editor, 1981. p. 289-314.

FRIEDLAENDER, Ludwig. **La sociedad romana**: Historia de las costumbres en Roma, desde Augusto hasta los Antoninos. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Antiguidade Clássica**; a história e a cultura a partir dos documentos. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

_____. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Glaydson José da; MARTINS, Adilton Luís (Org.). **História Antiga: contribuições brasileiras**. São Paulo: Annablume – FAPESP, 2008.

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

GOBATO, Douglas Raphael Machado; VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *De Mortibus Persecutorum* de Lactâncio e a Perseguição de Diocleciano aos Cristãos

no século IV d. C. In: VI Congresso Internacional de História UEM, 2013, Maringá, PR. **Anais do VI Congresso Internacional de História UEM**, 2013.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Os Severos e a Anarquia Militar. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (Org.). **Repensando o Império Romano**: Perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006. p. 175-240.

LEMOS, Márcia Santos. **Cristãos, pagãos e cultura escrita**: As representações do poder no Império Romano dos séculos IV e V d. C. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Julio Cesar. A perseguição de Diocleciano na África e os autos da repressão à Igreja de Cirta: os *Acta Munatii Felicis*. **Dimensões** – Revista de História da UFES, v. 25, p. 18-31, 2010.

_____. Dos arquivos da perseguição às histórias dos mártires: hagiografia, memória e propaganda na África romana. **História** (São Paulo), v. 29, n. 1, p. 56-70, 2010.

_____. O conceito de Antiguidade Tardia e as transformações da cidade antiga: o caso da África do Norte. **Revista de E. F. e H. da Antiguidade**, v. 24, p. 123-135, 2008.

MARVILLA, Miguel. **O Império Romano e o Reino dos Céus**: a construção da imagem sagrada do imperador em *De laudibus Constantini*, de Eusébio de Cesaréia (séc. IV d. C.). Vitória: Flor&cultura, 2007.

MORENO RESANO, Esteban. El elogio del emperador Constantino en la literatura cristiana de su época. **Anuario de Historia de la Iglesia**, Pamplona, v. 22, p. 83-109, 2013.

OTERO, Uiera Barros. Os mártires. **Revista Gaia**, v. 1, p. 106-126, 2000.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Transformações no Paganismo Romano. In: **Phoïnix** (LHIA/ UFRJ). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997. p. 343-369.

ROSA, Claudia Beltrão da. A Religião na *Urbs*. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (Org.). **Repensando o Império Romano**: Perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006. p.

137-159.

SEBASTIÃO, Wilson José. **A imagem idealizada do imperador Constantino no *De Mortibus Persecutorum* de Lactânio (séc. IV d. C.)**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

SHERWIN-WHITE, A. N. ¿Por que fueron perseguidos los primeros cristianos? Una correccion. In: FINLEY, Moses I. (Ed.). **Estudios sobre Historia Antigua**. Madrid: Akal Editor, 1981. p. 275-280.

SILVA, Diogo Pereira da. As abordagens historiográficas sobre Constantino I (306-337): uma revisão. **Dimensões**, v. 25, p. 32-45, 2010.

_____. As perseguições aos cristãos no Império Romano (séc. I-IV): dois modelos de apreensão. **Revista Jesus Histórico**, v. 7, p. 29-44, 2011.

_____. Constantino I e o Politeísmo Greco-romano: o caso das moedas com a efígie do deus Marte (307-317). **Gaia**, v. 8, p. 21-35, 2011.

SILVA, Gilvan Ventura da. A relação Estado/Igreja no Império Romano: séculos III e IV. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (Org.). **Repensando o Império Romano: Perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006. p. 241-266.

SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. Diocleciano e Constantino: A construção do *Dominato*. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (Org.). **Repensando o Império Romano: Perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 2006. p. 241-266.

STE CROIX, G. E. M. de. ¿Por que fueron perseguidos los primeros cristianos? In: FINLEY, Moses I. (Ed.). **Estudios sobre Historia Antigua**. Madrid: Akal Editor, 1981. p. 233-273.

_____. ¿Por que fueron perseguidos los primeros cristianos? Una replica. In: FINLEY, Moses I. (Ed.). **Estudios sobre Historia Antigua**. Madrid: Akal Editor, 1981. p. 281-287.

VEYNE, P. Culto, piedad y moral en el paganismo grecorromano. In: _____. **El Imperio grecorromano**. Madrid: Akal, 2009.

_____. O Império Romano. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada, I: Do Império Romano ao Ano Mil.** São Paulo: Cia. Das Letras, 2006. p. 19-224.

_____. **Quando o Nosso Mundo se Tornou Cristão.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.